



CERILUZ

Distribuição

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA

CNPJ: 87.656.989/0001-74 - IE: 065/0021908

Rua Reinoldo Schindler, nº 100 - Bairro das Chácaras - 98.700-000 - Ijuí /RS

www.ceriluz.com.br - (55) 3331-9100

RELATÓRIO ANUAL 2017

SUMÁRIO

MENSAGEM DO PRESIDENTE	5
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	7
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS.....	24
NOTAS EXPLICATIVAS	31
BALANÇO SOCIAL	51
PARECER DO CONSELHO FISCAL	52
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	53

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 2015/2018

Presidente: Iloir de Pauli

Vice-presidente: Valmir Elton Seifert

1º vogal: Luiz Auri Visioli

2º vogal: Roque Costa Beber

CONSELHO FISCAL EFETIVO (2017/2018)

Sidnei João Montagner

Ângelo Paulo Przybytowicz

Carlos Karlinski

CONSELHO FISCAL SUPLENTE

Marlene Bussler

Nelson Dallabrida

Grasiele de Siqueira Beier

NEGÓCIO

“Comercializar Energia dentro da sua área de atuação, atendendo às necessidades dos consumidores das classes Rural, Residencial, Industrial, Comercial e Pública, focando a qualidade exigida para realização de suas atividades diárias”.

MISSÃO

“Melhorar a condição de vida do associado, fornecendo energia de qualidade, com eficiência e de forma sustentável”.

VISÃO

“Da geração à distribuição, para além da energia”.

PRINCÍPIOS

Ação e Transparência
Ética e Senso de Justiça
Inter cooperação e Competência
Cidadania
Solidariedade
União
Zelo

MENSAGEM DO PRESIDENTE



Caros associados e associadas da Ceriluz, chegamos ao ano de 2018! Ano em que o milênio completa sua maioridade. Podemos afirmar que a Ceriluz chega agora também a uma espécie de maioridade, apesar de ela estar já com seus 51 anos. Isso porque estamos alcançando maturidade no setor onde atuamos. Ao longo da história já passamos por muitas transformações na Ceriluz. Uma organização que iniciou pequena, levando luz, hoje se tornou grande, gerando energia e a distribuindo para mais de 14 mil famílias, além de atuar em outros setores, como no provimento de internet. Hoje nos consideramos maduros, pois aprendemos a gerenciar a distribuição com base nas regras que temos sobre o setor. Enfim, estamos mais preparados para o que vem pela frente. Temos menos dúvidas e mais convicções.

Não são apenas méritos nossos, mas o próprio setor está se mostrando mais amadurecido, ou seja, os órgãos reguladores, como a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), estão entendendo melhor as cooperativas e seu papel social. Um exemplo, a Lei 13.360, em vigor desde o final de 2016, que trata de pontos importantes para as cooperativas e seus associados. Um deles diz respeito às tarifas de energia. Com base na legislação anterior, as cooperativas perderiam seus descontos na compra da energia o que oneraria os associados, já que as tarifas se elevariam bruscamente. Com as novas regras, a compra de energia receberá uma subvenção e a elevação das tarifas será gradual, com limitação no índice de reajuste. Uma ótima notícia para as cooperativas e seus associados, para o ano de 2018 e os próximos que virão.

A cada dia vivemos na Ceriluz Distribuição experiências novas a partir desse contexto dinâmico do setor elétrico que nos fazem lembrar de quando tínhamos dezoito anos, quando tudo era desafiador. Porém, agimos sempre com responsabilidade, afinal, gerenciar a Cooperativa é influenciar o futuro de milhares de associados.

Enfim, 2018 está aí e nos abre portas. Vamos estudar bem todos os caminhos e buscar o melhor para a Cooperativa e, claro, para seus associados. Contamos com o apoio de todos. Venham conosco nesse ano e nos próximos que virão.

Iloir de Pauli

1. DEMANDA DE ENERGIA MANTÉM-SE ESTÁVEL EM 2017



Setor agropecuário apresentou maior demanda entre as classes, mas crescimento modesto devido ao clima favorável.

O cenário econômico e político costuma afetar os setores produtivos, aumentando ou reduzindo a demanda por produtos e serviços. E foi o que se viu em 2017. Este fator, aliado ao clima - bastante regular e ameno no ano passado - manteve a distribuição de energia da Ceriluz praticamente estável no ano que passou, com modesta elevação. No período os associados da Ceriluz consumiram 0,32% mais energia em relação ao ano de 2016, passando de um consumo total de 121.221.630 quilowatts-hora (kWh) para 121.626.129 kWh. No período anterior (2015/2016) esse crescimento havia sido de 5,14%. Apesar do crescimento moderado essa demanda representa o maior consumo já registrado pela Cooperativa em toda a sua história.

Como já é esperado, considerando o maior número de associados da Classe Rural, o consumo nas propriedades agrícolas representou a maior fatia do uso da energia. A Classe Rural exigiu 51.304.241 kWh, número 0,2% superior ao ano de 2016, de 51.201.383 kWh. A segunda maior demanda foi da indústria, com 45.608.463 kWh, contudo, que apresentou declínio, já que no ano anterior a demanda fora de 47.101.731 kWh. Na terceira posição a classe comercial, essa sim com crescimento mais expressivo, de 8,3%, passando de 11.518.105 kWh em 2016 para 12.480.394 kWh em 2017. Outros dois setores com consumo mais significativos foram o Serviço Público, com crescimento de 16% e 6.223.649 kWh exigidos, e o residencial urbano, com crescimento de 2,55%, consumindo 3.391.766 kWh.

O clima interferiu principalmente no uso dos pivôs de irrigação central nas lavouras da região, já que se registrou um ano de temperaturas mais amenas e chuvas mais equilibradas. Os consumidores irrigantes apresentaram um declínio de demanda na ordem de 18,9%, passando de 7.135.266 kWh em 2016 para 5.784.320 kWh em 2017.

2. REAJUSTE DA TARIFA FOI DE 15,88% PARA ASSOCIADOS CERILUZ

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) reunida no dia 25 de julho, em reunião pública semanal, definiu o Reajuste Tarifário Anual da Ceriluz, sugerindo um aumento médio de 15,88% em relação às tarifas praticadas pela Cooperativa no período 2016/17, considerando as diferentes classes consumidoras. Porém, para os associados Baixa Tensão (BT), que são ampla maioria da Ceriluz, o reajuste percebido foi de 14,68%. Ao calcular os índices de reajuste a Agência Nacional de Energia Elétrica considera a variação de custos que a empresa teve no decorrer do período de referência. A fórmula de cálculo inclui custos típicos da atividade de distribuição e outros custos como energia comprada de geradoras, encargos de transmissão e encargos setoriais. As tarifas de energia da Cooperativa passaram a vigorar no dia 30 de julho de 2017.

Veja abaixo os valores definidos por Classe, vigentes até junho de 2018.

CLASSE ONSUMIDORA	Período tarifário 2016/17 R\$/KWh	Período tarifário 2017/18 R\$/kWh	Percentual de Reajuste
RURAL	0,253	0,291	14,687%
RESIDENCIAL, INDUSTRIAL, COMERCIAL	0,362	0,415	14,687%

3. AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS NA BUSCA PELA MELHORIA CONSTANTE

A meta da Ceriluz é conquistar a excelência nos serviços prestados. Para isso, contudo, antes de mais nada é preciso saber qual o grau de satisfação do seu público consumidor e identificar os pontos em que é necessário e possível evoluir. Com esse objetivo que a Ceriluz dá grande importância para as pesquisas de satisfação, que têm a capacidade de mapear as principais carências, dando subsídios para correções de erros que possam estar ocorrendo no dia a dia da Cooperativa. Além de participar do Índice Aneel de Satisfação do Consumidor (IASC), realiza pesquisa própria, chamada de Pesquisa da Participação Social (PPS), que engloba seus consumidores Pessoa Física, incluindo os consumidores da Classe Rural, não contemplada pela pesquisa da agência reguladora. Vale mencionar também neste relatório a conquista do certificado ISO 9001 pela Ceriluz, no ano transcorrido, que demonstra que as ações realizadas visando a qualidade total vêm dando resultado.

3.1 - Pesquisa da Participação Social abre espaço para opinião dos associados



Comissão Validadora, formada por associados, analisou cartelas que integraram a Pesquisa da Participação Social, em agosto de 2017.

No transcorrer de 2017 a Cooperativa desenvolveu sua Pesquisa da Participação Social (PPS) com o objetivo de levantar o Índice de Satisfação dos Associados para os diferentes serviços prestados pela Cooperativa, assim como coletar sugestões de investimentos e melhorias. No geral, 97,38% dos associados se disseram satisfeitos ou totalmente satisfeitos com a qualidade da energia da Ceriluz, enquanto que 2,62% se disseram insatisfeitos ou totalmente insatisfeitos. A pesquisa ainda avaliou pontos específicos como a infraestrutura de distribuição; o atendimento das equipes técnicas, nos escritórios e pelo telefone 0800 51 3130; o trabalho da direção e a tarifa, entre outros (veja índices abaixo).

Para a realização da pesquisa, a Ceriluz encaminhou um formulário com o questionário a todos os associados das Classes Rural e Residencial, que tiveram a oportunidade de expressar sua opinião e devolvê-los preenchidos. Considerando a metodologia utilizada, de Amostragem Estratificada Proporcional, realizou-se uma triagem e, dentre todos os formulários devolvidos, 952 entraram na pesquisa, definidos com a participação de uma Comissão Validadora, formada por associados da Ceriluz, reunida no dia 09 de agosto com essa finalidade. A pesquisa foi coordenada pela empresa Pluz Agência Criativa, sendo que a metodologia utilizada garante um índice de confiança de 95%, com margem de erro de 3%, para mais ou para menos.

ITEM AVALIADO	Satisfeito e Totalmente Satisfeito	Insatisfeito e Totalmente Insatisfeito
Infraestrutura de Distribuição	97,79%	2,21%
Qualidade da Energia	97,38%	2,62%
Atend. das Equipes Técnicas	98%	2%
Atendimento nos Escritórios	97,27%	2,73%
Atendimento Telefônico	94,64%	5,36%
Serviço de Leitura	98,73%	1,27%
Trabalho da Direção	98,42%	1,58%
Comunicação e Informação	97,16%	2,84%
Tarifa de Energia	91,91%	8,09%
Investimentos e Melhorias	96,84%	3,16%

3.2 - Prêmio IASC 2017 reconhece qualidade dos serviços prestados

A Agência Nacional de Energia Elétrica divulgou no dia primeiro de fevereiro de 2018, o resultado do Prêmio IASC - Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor 2017, que premia as distribuidoras de energia mais bem avaliadas pela percepção dos consumidores residenciais. A Ceriluz estava entre as finalistas na categoria “Permissionárias acima de 10 mil unidades consumidoras”, e conquistou a segunda colocação com o índice de satisfação de 82,13%. A campeã foi a Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi Ltda. – Cergal/SC, com índice de 86,76%, enquanto a terceira colocada na categoria foi a Cooperativa de Distribuição de Energia – Creluz-D/RS, com 81,71%.

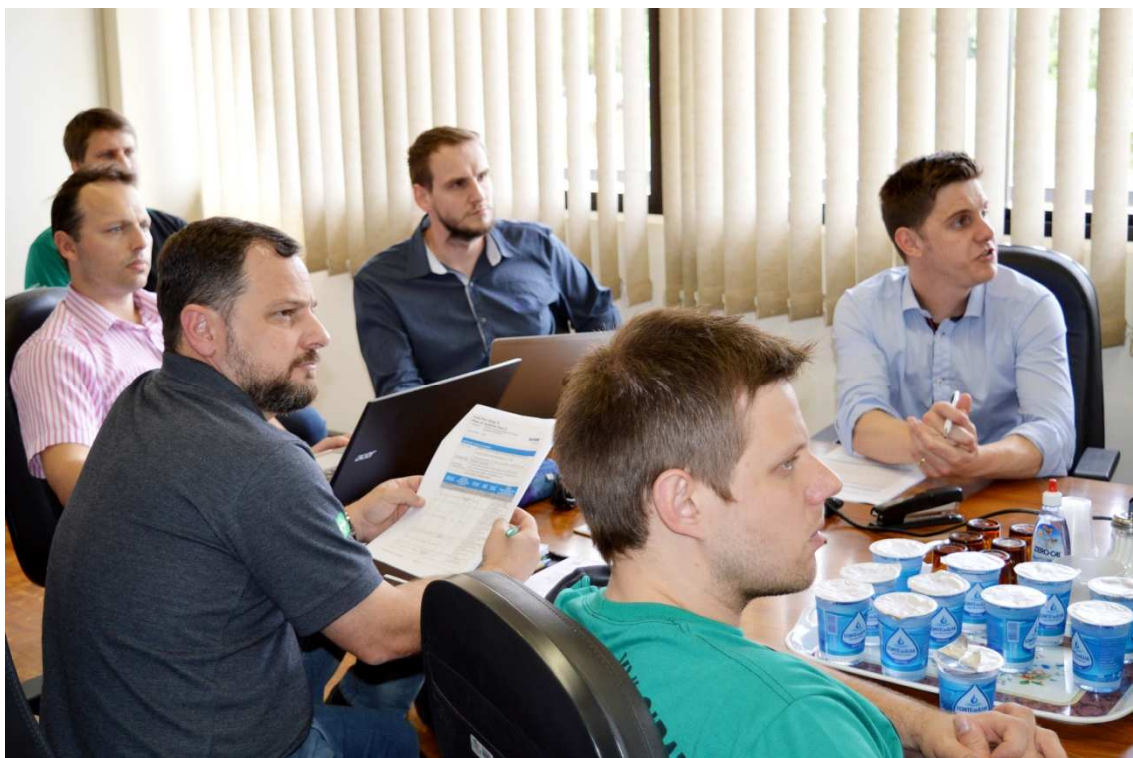
No Prêmio Brasil Permissionárias, que inclui todas as Cooperativas do Brasil, a Ceriluz ficou na quarta posição. O resultado alcançado pela Ceriluz é apontado como excelente, segundo os padrões de exigência da agência reguladora. A Cooperativa, desde o início da premiação das Permissionárias de Serviço Público, sempre esteve entre as cinco melhores do Brasil, conquistando pela segunda vez a segunda posição, a primeira sendo no ano de 2014. O índice é aferido por meio de pesquisa de opinião realizada com consumidores de todo o Brasil. A pesquisa foi realizada no período de 19 de agosto a 1º de novembro de 2017, quando foram entrevistados 24.926 consumidores residenciais, de forma presencial domiciliar, de 584 municípios atendidos pelas 96 distribuidoras, 58 concessionárias e 38 permissionárias. Na região de atuação da Ceriluz foram ouvidos associados residenciais urbanos dos municípios de Coronel Barros e Ijuí.

3.3 - Ceriluz atende requisitos e conquista certificação ISO 9001

A Ceriluz Distribuição subiu mais um degrau na escala do aperfeiçoamento dos serviços e do atendimento prestados aos associados. A Cooperativa recebeu em outubro de 2017 seu certificado de aptidão ao Sistema de Gestão ISO 9001, norma de qualidade internacional que rege processos de trabalho.

O certificado, que tem validade de 13 de outubro de 2017 a 12 de outubro de 2020, garante que a Ceriluz “tem um sistema de gestão implantado de acordo com a norma ISO 9001 para o seguinte escopo: distribuição de energia, coleta de dados e apuração de indicadores de continuidade individuais e coletivos e de qualidade do atendimento comercial e tratamento das reclamações dos associados/consumidores, na área de permissão da Ceriluz”.

É uma ótima notícia para a Cooperativa, que além de garantir serviços de qualidade aos seus associados, atende a uma exigência da ANEEL, para todas as cooperativas Permissionárias de Serviços Públicos. O objetivo da ISO, mais que garantir a qualidade dos serviços prestados aos associados, é possibilitar também o crescimento profissional dos colaboradores, por meio de procedimentos mais precisos e mais seguros.



Audidores externos da BRTÜV avaliaram todos os requisitos necessários para a certificação, antes de aprová-la.

4. RENOVAÇÃO DA MARCA E NOVA SEDE APROXIMAM A CERILUZ DE SEUS ASSOCIADOS



Evento de lançamento da nova logomarca Ceriluz, em 12 de outubro de 2017, em evento na EXPOIJUÍ/Fenadi.

O ano de 2017 foi um período de renovação para a Ceriluz, seus diretores e colaboradores. No dia 12 de outubro, em evento na sua casa na Expoijuí/Fenadi, a cooperativa reuniu associados, conselheiros, prefeitos, representantes de entidades e colaboradores, e diante deles, reassumiu o compromisso de manter-se em movimento, aprimorar sua identidade e seus serviços, buscando a renovação. Apresentou aos presentes sua nova logomarca, que representa o desafio da Cooperativa em manter-se em movimento, e também a nova sede, finalizada em 2017.

4.1 - Revitalização da marca reforça objetivos comerciais e sociais da Ceriluz

A Ceriluz tomou uma decisão, no início de 2017, de renovar sua marca, com a intenção de reforçar seus conceitos e marcar a nova fase na história da Cooperativa, pós-cinquentenário. O lançamento do logotipo revisado aconteceu no dia 12 de outubro, em evento na Casa da Ceriluz, durante a Expoijuí/Fenadi, contando com a presença de associados, colaboradores e lideranças regionais. Coincidência, ou não, Dia da Criança. Esse foi o objetivo da Ceriluz com a iniciativa, tornar-se mais jovem e recuperar a energia tão comum às crianças que estão sempre em movimento. Projeta-se por meio dessa marca a energia da juventude, somada a sabedoria dos 50 anos de experiência na região.

4.1.1 - Entendendo a marca



Apesar de se falar em nova marca, a direção da Cooperativa optou por fazer um *redesign* da marca Ceriluz, tornando-a mais contemporânea. O que costuma determinar a necessidade do *redesign* são mudanças de mercado e/ou na própria imagem da empresa. A marca se renova, contudo, mantém as características da antiga. Considerando as atuais tendências de *branding*, optou-se por deixar a marca Ceriluz mais limpa, ou seja, com linhas mais harmônicas e com menos elementos.

A nova marca Ceriluz é composta por um conjunto gráfico formado por linhas semi-elípticas, de diferentes tamanhos, assim como era na anterior. Além de elas terem características de um C, de Ceriluz, simbolizam o movimento que é indispensável para a geração de energia, especialmente a hídrica, cujo deslocamento da água é responsável por mover as turbinas. As linhas lembram também as redes de distribuição de energia que se espalham para o horizonte, ligando a Ceriluz aos seus associados.

Outro elemento importante da composição são as cores. Cada uma das linhas, diferenciadas em cores (verde escuro, laranja, verde claro e azul) representam um dos principais segmentos onde a Ceriluz atua atualmente: Geração de Energia, Distribuição de Energia, Provedor de Internet e Responsabilidade Socioambiental. A assinatura Ceriluz sofreu alteração na fonte, também com formas mais harmônicas em relação à anterior.

4.2 - Ceriluz conclui mudança de estrutura para nova sede

No mês de dezembro a Cooperativa conclui a transferência de toda a infraestrutura de atendimento ao associados para seu novo endereço, na Rua Reinoldo Schindler, nº 100, no Bairro das Chácaras, em Ijuí, ao lado da BR 285. O atendimento na nova sede iniciou oficialmente no dia 02 de janeiro de 2018, após a transferência das equipes ter ocorrido de forma progressiva, tendo iniciado em julho de 2014 com os colaboradores da área técnica e finalizado no mês de dezembro de 2017 com o setor administrativo.



Nova sede da Ceriluz, na Rua Reinoldo Schindler, nº100, em Ijuí.

Com a mudança para a nova sede a Ceriluz fica mais próxima de seus associados, facilitando o acesso destes quando eles vêm a Ijuí para tratar algum assunto presencial, não havendo mais a necessidade de entrar no centro da cidade. Por outro lado, dá agilidade também ao atendimento das equipes técnicas, que ao serem acionadas, em algum serviço de emergência, conseguem deslocar-se mais rapidamente, uma vez que caminhões e caminhonetes não precisam mais enfrentar o trânsito do centro de Ijuí em seu trajeto.

A nova sede dispõe de uma área muito maior e mais adequada para suas necessidades. Trata-se de um terreno de aproximadamente 30 mil m², que oferece muito mais espaço para estacionamento de veículos e armazenagem de materiais e equipamentos. Comparativamente, o espaço que a Ceriluz dispunha no centro de Ijuí era de aproximadamente 4 mil m², somadas as áreas da sede administrativa e também do estacionamento.

5. RIGOR DO CLIMA TROUXE DANOS ÀS REDES DA CERILUZ



Equipes trabalharam com apoio de máquinas pesadas para devolver fornecimento de energia na região de Coronel Barros.

O ano de 2017 foi de muitos desafios para o setor elétrico, no que diz respeito à correção de danos causados por intempéries climáticas. Os eventos mais expressivos ocorreram no mês de outubro, conforme descrevemos abaixo:

5.1 – Temporal atinge 90% das unidades consumidoras da Ceriluz

No dia primeiro de outubro, um temporal atingiu praticamente todo o Estado, incluindo a região de Ijuí, quando todo o perímetro onde a Ceriluz fornece energia foi atingido por fortes ventos. Logo após o registro do temporal, aproximadamente 12,8 mil Unidades Consumidoras (UCs) da Ceriluz estavam sem energia, em torno de 90% de um total de 13,7 mil registradas na Cooperativa. Porém, esse número caiu significativamente até o início da noite, com a reposição das primeiras redes alimentadoras, quando aproximadamente 10 mil UCs já estavam com o serviço normalizado. As demais permaneceram sem energia considerando a gravidade dos danos causados, principalmente o rompimento de cabos e a queda de postes. No total foram 23 postes caídos em toda a área de ação da Cooperativa, além de três transformadores queimados.

5.2 – Ventos derrubam 34 postes na área de ação da Cooperativa

Na madrugada do dia 20 de outubro a região voltou a ser atingida por fortes ventos e aproximadamente 6,3 mil associados ficaram sem energia no momento do sinistro, o que representa em torno de 50% de todos os consumidores de energia da Cooperativa. No total

foram contabilizados 34 postes danificados, entre caídos ou abalroados, incluindo redes alimentadoras principais. O município mais atingido foi Coronel Barros, com 13 postes caídos, o que deixou toda a cidade sem energia ao longo do dia 19. Somam-se aos danos causados pelos temporais o rompimento de cabos por queda de galhos e árvores, a queima de transformadores e o desarme de chaves.

6. AÇÕES SOCIAIS LEVAM QUALIDADE DE VIDA AOS ASSOCIADOS

A Ceriluz tem um compromisso firmado com a responsabilidade socioambiental. Destacamos nas sequencia algumas das atividades e projetos desenvolvidos por meio do Programa Além da Energia, com o objetivo de qualificar a vida e promover a inclusão de associados e o público diverso.

6.2 - Eventos focam na valorização das mulheres



Encontro em Nova Ramada abriu ciclo de palestra com a palestrante Magda Rillo da Silva.

A Ceriluz realizou no ano de 2017 um ciclo de palestras na sua área de ação. Durante o mês de setembro visitou sete comunidades onde focou suas ações no público feminino, especialmente associadas e esposas de associados, quando mais de setecentas mulheres prestigiaram a palestra “Intensificando a vida: o valor do feminino”, ministrada pela psicóloga Magda Rillo da Silva. O ciclo de encontros compreendeu as cidades de Nova Ramada, Bozano, Catuípe e Augusto Pestana, além de Ijuí, onde foram visitadas as comunidades de Mauá e Alto da União, nos dias 21 e 22 de setembro e 28 e 29 de setembro.

6.3 – Ceriluz doa equipamentos de segurança para associações de catadores

A segurança no trabalho é um princípio muito presente no dia a dia da Ceriluz. Todas as atividades desenvolvidas, especialmente as funções técnicas, exigem que seus colaboradores estejam preparados, com equipamentos de segurança e também consciência, para enfrentar os riscos existentes. Porém, no final de 2017 esse princípio extrapolou as fronteiras da instituição e, a partir do trabalho socioambiental promovido pelo Programa Além da Energia, a Ceriluz levou essa preocupação para outro setor carente desse tipo de cuidados: no dia 28 de dezembro doou Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs) para famílias integrantes da Associação de Reciclagem da Linha 06 (ARL6) e da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Ijuí (ACATA). Foram doados jalecos, botinas, luvas e máscaras para cada um dos trabalhadores filiados às associações.



Trabalhadores das associações de catadores, já vestindo alguns dos equipamentos doados pela Cooperativa.

6.4 – Por meio de faturas, Ceriluz repasse bônus para associados

A Ceriluz disponibilizou, entre os meses de abril e dezembro de 2017, a todos os associados Pessoa Física das áreas rurais e urbanas, um desconto de 20% sobre o valor consumido de energia, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada no dia 17 de março do corrente ano. Considerando o período vigente em 2017, a Ceriluz distribuiu entre seus associados um valor expressivo injetado na economia regional de outras formas, fomentando o desenvolvimento local, o que é importante principalmente no momento atual, onde se vive em uma economia fragilizada e que aos poucos tenta se recuperar. Não receberam o benefício os associados da Classe Rural – Irrigantes, uma vez que estes já possuem um desconto de 70% no valor da fatura, quando seu consumo é realizado entre

21h30 e 06 horas da manhã, período em que há menor demanda no sistema. No total foram beneficiadas aproximadamente 12,3 mil famílias.

6.5 – Convênio possibilita doações para APAE

A Ceriluz, sempre consciente do seu papel social, firmou parceria a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Ijuí e aderiu à campanha Seja Meu Herói. A Cooperativa contribuiu com a proposta permitindo que o associado autorize o débito junto à fatura de energia de uma contribuição para a entidade filantrópica. O associado tem autonomia para decidir se quer contribuir, com qual valor e por quanto tempo.

O apoio à APAE é importante pelo valioso trabalho social que ela desempenha e pelas dificuldades que enfrenta. Ela é uma instituição filantrópica e beneficente, com 46 anos de existência e que atualmente atende 390 alunos/usuários por meio da sua Clínica Interdisciplinar, da Assistência Social e da Escola Recanto da Esperança. Para atender estes usuários a entidade necessita manter um quadro administrativo, incluindo, professores, equipes de limpeza, motoristas, zelador e merendeiras, e um quadro clínico, que conta com assistentes sociais, médicos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, psicopedagogos, fonoaudiólogos, psicólogos, dentistas, entre outros.

6.6 - Plano de Saúde aos cooperados

Por meio do programa Além da Energia a Ceriluz disponibiliza seu Plano de Saúde ambulatorial, graças a uma parceria com a Cooperativa Médica Unimed Noroeste, pelo qual os beneficiários têm o direito a consultas e exames médicos preventivos, não cobrindo internação. Atualmente o beneficiário paga R\$ 103,82 mensais.

Veja abaixo as informações referentes ao número de beneficiários do plano, em 31 de dezembro de 2017:

Beneficiários 2017: 4.676

Titulares 2017: 2051

Dependentes 2017: 2625

5.7 - Seguro Residencial para consumidores de energia

A Ceriluz garante aos seus associados a possibilidade deles segurarem seus imóveis com uma contribuição mensal de apenas R\$ 6,69, descontados da sua conta de energia. Em 31 de dezembro de 2017 eram 3.119 associados que fizeram a adesão à proposta e que garantiram cobertura para caso suas residências venham a ser danificadas por incêndio, raio, explosão, vendaval ou granizo. Esse produto, o Seguro Residencial, é um benefício social oferecido pela Ceriluz através de uma parceria com a Sefeeld Seguros e a Zurich Seguradora. O Valor das coberturas é de R\$ 35.000,00, em caso de incêndio, raio ou explosão e R\$ 2.000,00 para danos com vendaval e granizo. São cobertas residências que estejam adimplentes com sua conta de luz e constantes na fatura mensal da apólice de seguro referente ao mês de ocorrência do sinistro. Para o associado que queira aderir à proposta do seguro residencial, este deve

estar com sua Unidade Consumidora (UC) ativa e comparecer aos escritórios da Cooperativa para solicitar a adesão portando os documentos pessoais.

7. DEDICAÇÃO À SEGURANÇA E À SAÚDE DOS COLABORADORES

Todos os anos a Ceriluz abre espaço em seu cronograma de atividades diárias para dedicar alguns momentos à qualificação dos colaboradores. Além da Semana Interna de Prevenção de Acidentes (SIPAT) outras ações são desenvolvidas considerando a segurança dos funcionários, como treinamentos, reciclagens, testes de equipamentos de proteção individuais e coletivos e exames médicos ocupacionais para o controle da saúde dos colaboradores.

Vejamos na sequência algumas das medidas adotadas com esse objetivo:

7.1 – Um espaço adequado para a qualificação dos colaboradores e parceiros



Colaboradores da Ceriluz, participando de treinamento sobre NR35, que previne acidentes em altura, na nova estrutura de treinamentos.

A nova sede da Ceriluz, localizada na área externa da BR 285, em Ijuí, já trouxe e vai trazer ainda mais benefícios para a Cooperativa, seus colaboradores e associados. Além da facilidade de acesso por parte dos cooperados, o espaço contribui muito para o desenvolvimento das atividades dos funcionários, desde a armazenagem de equipamentos e materiais, até o deslocamento para os locais de trabalho, evitando que os veículos tenham que se deslocar pelo centro de Ijuí. Uma das novidades instaladas na nova sede é um Centro de

Treinamento para os colaboradores da Ceriluz. O investimento só foi possível graças à área existente, o que era inviável na sede administrativa do centro. O espaço se caracteriza por uma estrutura que imita uma rede de distribuição de energia, de baixa e alta tensão, que obedece ao padrão adotado pela Ceriluz e pela Federação das Cooperativas do RS (FECOERGS) e reproduz situações que os eletricitistas encontram no dia a dia. Assim a estrutura está apropriada para cursos práticos da Norma Regulamentadora (NR) 10, que aborda os riscos do setor elétrico, e da NR 35, que trata dos riscos em trabalhos em altura, além de outras práticas ligadas ao sistema de distribuição.

7.2 – SIPAT reforçou atitude preventiva entre funcionários



Colaboradores reunidos para palestra voltada à motivação e à prevenção de acidentes, pelo trabalho em equipe.

Entre os dias 28 de agosto e 01 de setembro, aconteceu na Ceriluz a 16ª Semana Interna de Prevenção de Acidentes (SIPAT), evento que ocorre anualmente e que foca na segurança dos colaboradores e na preservação da sua saúde, coordenado pela Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) e pelo Setor de Segurança. Todos os colaboradores tiveram a oportunidade de participar de atividades que trouxeram profissionais especializados para tratar de diferentes temas, ao longo da semana. Foram tratados assuntos como doenças sexualmente transmissíveis; atitudes preventivas e cuidado ativo; patologias osteomusculares de membros superiores; alimentação saudável, ergonomia e trabalho em equipe, entre outros. A 16ª Semana Interna de Prevenção de Acidentes teve como tema “Eu me cuido! a vida agradece” e adotou diferentes estratégias para estimular percepção da prevenção entre os colaboradores. A SIPAT é realizada anualmente respeitando a legislação trabalhista e é regulada pela Norma Regulamentadora (NR) 05, que define a criação da CIPA.

7.3 – Reciclagem NR 35

No período compreendido entre 17 e 20 de abril foi realizada a Reciclagem da Norma Regulamentadora (NR) 35 entre os colaboradores da Ceriluz, iniciativa que trata da prevenção de acidentes nos trabalhos em altura. Por definição do Ministério do Trabalho, esse processo de reciclagem acontece a cada dois anos e tem o objetivo de alertar os funcionários para os principais riscos, medidas de prevenção e atendimento para casos de acidentes com quedas. Um total de 60 colaboradores participou do treinamento, envolvendo profissionais que atuam nas áreas de manutenção das usinas e de distribuição de energia, mais especificamente em Redes, Medição, Projetos, Segurança e também, agora, aqueles que atuam no Provedor de Internet, ou seja, na instalação e conexão das redes de fibra óptica. O treinamento foi ministrado pelo instrutor Alcione Zanon, técnico de segurança do trabalho e instrutor do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e teve o apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) e da Federação das Cooperativas de Infraestrutura do RS (FECOERGS)..

7.4 - Equipe de Linha Viva retoma fundamentos para atuar em redes energizadas



Treinamento reuniu colaboradores das Cooperativas Ceriluz e Cermissões, em atividades práticas nas redes de energia.

A Equipe de Linha Viva interage com as redes de distribuição de energia energizadas, sem a necessidade de interrupções no abastecimento dos associados. Para isso precisam participar de reciclagem periódica, o que ocorreu entre os dias 23 e 27 de outubro de 2017, orientados pelo professor Fábio Utzig, capacitado nas principais normativas que regem a atividade e com o conhecimento prático de quem atuou na área por muitos anos. O treinamento foi desenvolvido

em parceria com a Cermissões, cooperativa coirmã de Caibaté, sendo que metade ocorreu em Ijuí e outra metade na cidade missioneira, totalizando 40 horas. O curso esteve focado em aulas práticas, desenvolvidas diretamente nas redes aéreas da Ceriluz e da Cermissões, com intervenções teóricas, de acordo com os procedimentos gerais de trabalho em redes energizadas, seguindo o padrão Federação das Cooperativas de Energia do RS - FECOERGS. Foram enfatizados a identificação e controle dos riscos ambientais, o uso de equipamentos de proteção, principais problemas ocorridos na execução das tarefas e a importância de não queimarem etapas dos procedimentos de trabalho.

7.4 – Diálogos semanais de segurança

Com o objetivo de reforçar diferentes normas de segurança do trabalho no dia a dia, os integrantes da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) se tornaram instrutores dos demais colegas. Semanalmente os funcionários da Ceriluz se reúnem para participar do “Diálogo Semanal de Segurança”, onde um representante da comissão, indicado com antecedência, escolhe um tema para desenvolver e apresentar aos demais. São temas ligados à segurança, focados no trabalho do dia a dia, no uso da energia elétrica, atividades em altura, riscos ambientais, comportamento no trânsito e, até mesmo, acidentes domésticos. A atividade acontece sempre às segundas-feiras, às 7h40, na nova sede da Ceriluz, ao lado da BR – 285, em Ijuí, onde atualmente está centralizado todo o setor técnico da Cooperativa.

7.5 – Imunização contra a gripe

Já virou tradição. Todos os anos a Ceriluz disponibiliza aos seus colaboradores doses da vacina contra a gripe visando prevenir sua ocorrência. Foi o que aconteceu novamente em 2017. Aproximadamente 85 funcionários optaram por se vacinar. A vacina foi aplicada pelos técnicos da Clínica ImunIjuí, ao custo de R\$75,00 por colaborador, custeado pela Ceriluz. A imunização ocorreu em duas etapas: No dia 29 de março foram vacinados os colaboradores da antiga sede administrativa da Ceriluz, no centro de Ijuí. No dia seguinte foi a vez dos colaboradores da Nova Sede, ao lado da BR 285.

8. MANTER O MOVIMENTO PERMANENTE

“Talvez seja este o aprendizado mais difícil: manter o movimento permanente, a renovação constante, a vida vivida como caminho de mudança”. Esta frase, da autora e pesquisadora Maria Helena Kuhner, ganhou grande relevância para a Ceriluz neste ano que passou. Após completar cinquenta anos a Cooperativa deparou-se com uma questão: Como queremos que sejam os próximos cinquenta? A resposta: ela terá de ser uma cooperativa jovem, ativa e inserida em sua comunidade. E por isso, optou-se por se fazer algumas adequações.

Os últimos meses foram um marco dessa transformação. Atitudes foram tomadas que simbolizam esse movimento permanente. No dia 12 de outubro de 2017, na Casa da Ceriluz, durante a ExpoIjuí, foi lançada a marca renovada da Cooperativa e também sua nova sede administrativa. Uma marca mais contemporânea e que representa ainda melhor a inserção da Ceriluz na comunidade por meio de seus serviços e projetos. Uma nova sede mais apropriada para o tamanho da Cooperativa e mais próxima de seu associado.

A marca renovada da Ceriluz e a nova sede são apenas alguns dos temas deste relatório. Destaque também para os resultados da Pesquisa da Participação Social, desenvolvida ao longo de 2017, e que demonstrou que o trabalho duro da atual diretoria e dos colaboradores da Ceriluz vem no caminho certo. Um índice de aprovação geral de 97,38% não pode ser ignorado. Melhor que isso apenas 100%, mas isso não é uma meta, pois sabemos que isso não é possível numa organização do porte da Ceriluz. Sempre haverá onde melhorar e, isso sim, é uma meta. Melhorar, melhorar, melhorar... a vida dos associados.

Chegamos ao ano de 2018, período para consolidarmos essas melhorias. A Cooperativa chega com a disposição renovada para atender às demandas da comunidade. Nossa meta inicial é chegarmos aos cem anos jovens e sempre em movimento. Associados, nos acompanhem nessa trajetória e assim cresceremos juntos. Um bom ano de 2018 e uma boa leitura.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS**COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA****CNPJ: 87.656.989/0001-74****BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO****(Valores em R\$)**

ATIVO	Notas	2017	2016
CIRCULANTE		14.970.916,83	11.801.539,51
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	873.333,36	535.481,60
Consumidores	7	7.012.016,47	5.631.894,07
Outros Recebíveis	13	1.998.767,48	1.009.905,40
Tributos Compensáveis	9	607.321,97	691.766,68
Ativos Financeiros	14	746.031,34	391.305,40
Estoques	10	503.213,50	554.249,87
Serviço em Curso	8	181.309,57	81.598,64
Despesas pagas antecipadamente	12	37.445,78	43.190,98
Títulos e Valores Mobiliários	11	3.011.477,36	2.862.146,87
NÃO CIRCULANTE		54.331.128,34	54.569.076,22
Tributos Compensáveis	9	658.236,97	699.506,06
Depósitos vinculados a litígios	23	4.795,75	4.795,75
Indenização Pela Concessão a Receber	15	2.855.215,49	1.484.970,09
Outros		181.084,85	181.084,85
Investimento	16	68.020,91	62.825,47
Imobilizado	17	2.265.628,27	1.794.656,02
Intangível	17	48.298.146,10	50.341.237,98
TOTAL DO ATIVO		69.302.045,17	66.370.615,73

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

**ILOIR DE PAULI**
PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91**RUBIO FABRICIO MICHAEL**
CONTADOR
CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA**CNPJ: 87.656.989/0001-74****BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO****(Valores em R\$)**

PASSIVO	Nota	2017	2016
CIRCULANTE		7.016.328,13	8.342.777,65
Fornecedores	18	1.679.317,86	1.055.239,10
Obrigações Sociais e Trabalhistas	19	1.342.263,89	1.231.823,65
Tributos e Contribuições	20	301.446,32	245.390,12
Empréstimos e Financiamentos	21	847.110,00	919.358,18
Outros Passivos Circulantes	22	1.113.478,31	2.850.847,77
Provisão para Litígios	23	6.673,18	6.673,18
Passivos Financeiros	24	97.111,48	1.265.218,01
Encargos Setoriais	25	1.628.927,09	768.227,64
NÃO CIRCULANTE		8.130.293,97	9.029.904,18
Empréstimos e Financiamentos	21	850.982,91	1.591.262,58
Provisão para Litígios	23	1.150.000,00	1.000.000,00
Outros Credores	26	28.855,20	1.000.570,82
Obrigações Vinculadas a Concessão		6.100.455,86	5.438.070,78
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27	54.155.423,07	48.997.933,90
Capital Social Integralizado		6.646.661,96	6.648.862,33
Reservas de Capital		568.115,82	568.115,82
Reserva de Sobras		38.172.934,06	32.520.692,53
Reservas de Reavaliação		7.258.282,51	8.183.253,03
Sobra à Disposição da A.G.O.		1.509.428,72	1.077.010,19
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		69.302.045,17	66.370.615,73

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR
CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA

CNPJ: 87.656.989/0001-74

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE

(Valores em R\$)

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS	Nota	2017	2.016
Receita Operacional	29	59.053.102,89	54.179.746,65
Fornecimento de energia elétrica		47.832.025,33	42.854.879,75
Outras receitas operacionais		8.715.818,94	5.928.715,63
Receita de construção		2.505.258,62	5.396.151,27
Deduções da Receita Operacional	29	(15.483.532,65)	(13.675.948,42)
Tributos e contribuições sobre a receita		(9.156.083,07)	(7.984.709,13)
Encargos setoriais		(6.327.449,58)	(5.691.239,29)
Receita Operacional Líquida		43.569.570,24	40.503.798,23
Custo do Serviço	30	(31.258.616,39)	(30.525.524,76)
Custo da energia elétrica		(14.483.965,59)	(12.860.578,38)
Custo de operação		(14.269.392,18)	(12.268.795,11)
Custo de construção		(2.505.258,62)	(5.396.151,27)
Despesas Operacionais	31	(5.765.687,84)	(5.258.458,13)
Despesas operacionais		(5.765.687,84)	(5.258.458,13)
Resultado do Serviço (líquido)		6.545.266,01	4.719.815,34
Resultado Financeiro		108.071,98	69.380,67
Receita financeira		542.122,98	601.882,14
Despesa financeira		(434.051,00)	(532.501,47)
Resultado Antes dos Tributos Sobre a Sobra/Lucro		6.653.337,99	4.789.196,01
Tributos sobre o lucro corrente		(102.857,95)	(166.397,18)
CSLL		(33.580,05)	(50.399,03)
IR		(69.277,90)	(115.998,15)
Sobra Líquida do Exercício		6.550.480,04	4.622.798,83

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

**ILOIR DE PAULI**

PRESIDENTE

CPF 166.969.800-91

**RUBIO FABRICIO MICHAEL**

CONTADOR

CRC-RS 079358

CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA**CNPJ: 87.656.989/0001-74****DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - DRA****(Valores em R\$)**

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS A DISPOSIÇÃO	2017	2016
RECURSOS		
Resultado Líquido do Exercício	7.815.205,99	5.770.911,55
Resultado com Associados	6.282.417,67	4.236.938,16
Resultado com Terceiros	268.062,37	385.860,67
Realização de Reservas Reavaliação	609.612,74	598.617,08
Realização do Fundo de Assistência Técnica Educacional - FATES	655.113,21	549.495,64
DESTINAÇÕES		
Destinações de Caráter Fiscal - FATES	268.062,37	385.860,67
Destinações de Caráter Legal Estatutário	6.037.714,90	4.308.040,69
Reserva Legal 45% – Artigo 47	3.396.214,63	2.423.272,89
FATES – 5% – Artigo 47	377.357,18	269.252,54
Reserva Manutenção Redes 30% – Artigo 47	2.264.143,09	1.615.515,26
SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA A.G.O.	1.509.428,72	1.077.010,19

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR
CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA

CNPJ: 87.656.989/0001-74

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL

(Valores em R\$)

CONTAS MUTAÇÕES	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA DE REAValiaÇÃO	RESERVA DE LUCROS	LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldo em 31.12.2015	6.648.536,35	568.115,82	9.097.759,56	28.372.599,39	1.143.718,22	45.830.729,34
Sobras Líquidas do Exercício	-	-	-	-	1.077.010,19	1.077.010,19
Realização do Capital	325,98	-	-	-	-	325,98
Realização Reserva Reavaliação	-	-	(914.506,53)	-	-	(914.506,53)
Aplicação FATES	-	-	-	(549.495,64)	-	(549.495,64)
Destinação Conforme A.G.O	-	-	-	-	(1.143.718,22)	(1.143.718,22)
Destinação Estatutária das Sobras	-	-	-	4.697.588,78	-	4.697.588,78
Saldo em 31.12.2016	6.648.862,33	568.115,82	8.183.253,03	32.520.692,53	1.077.010,19	48.997.933,90
Sobras Líquidas do Exercício	-	-	-	-	1.509.428,72	1.509.428,72
Realização do Capital	(2.200,37)	-	-	-	-	(2.200,37)
Realização Reserva Reavaliação	-	-	(924.970,52)	-	-	(924.970,52)
Aplicação FATES	-	-	-	(655.113,21)	-	(655.113,21)
Destinação Conforme A.G.O	-	-	-	-	(1.077.010,19)	(1.077.010,19)
Destinação Estatutária das Sobras	-	-	-	6.307.354,74	-	6.307.354,74
Saldo em 31.12.2017	6.646.661,96	568.115,82	7.258.282,51	38.172.934,06	1.509.428,72	54.155.423,07

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

**ILOIR DE PAULI**

PRESIDENTE

CPF 166.969.800-91

**RUBIO FABRICIO MICHAEL**

CONTADOR

CRC-RS 079358

CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA**CNPJ: 87.656.989/0001-74****DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - DFC - MÉTODO DIRETO****(valores em R\$)**

	2017	2016
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
(+) Arrecadação Venda de Energia	51.618.818,44	48.109.869,86
(+) Arrecadação TUSD Consumidores Livres	307.226,88	371.489,88
(+) Serviço Taxado	7.617,27	8.259,85
(+) Recebimento de Subvenção Baixa Renda	6.615.563,97	6.282.226,53
(+) Outros Recebimentos Operacionais	324.195,54	3.097.639,34
(-) Fornecedores - Materiais e Serviços	(15.313.465,90)	(9.972.285,00)
(-) Fornecedores - Energia Elétrica	(9.978.287,98)	(12.860.578,38)
(-) Salários e Encargos Sociais	(10.607.476,98)	(9.154.760,29)
(-) Tributos sobre a Receita - Federais	(877.239,58)	(895.848,06)
(-) Tributos sobre a Receita - Estaduais	(7.616.496,10)	(6.467.380,80)
(-) Encargos de Transmissão	(2.890.588,32)	(1.686.622,25)
(-) Demais Encargos Regulatórios	(5.483.190,10)	(5.685.473,25)
(-) Outras Despesas Operacionais	(693.815,85)	(1.335.982,98)
(-) Impostos, taxas e contribuições	(647.029,30)	(648.984,57)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	4.765.831,99	9.161.569,88
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
(+) Alienação de Imobilizado	287.649,57	134.861,20
(+) Recebimento Líquido de Receitas Financeiras	-	3.717,78
(+) Resgates/ Recebimentos de Ativos Financeiros	2.874.133,28	5.292,63
(-) Saque para Aplicações em Ativos Financeiros	(2.792.919,82)	(2.460.213,36)
(-) Aquisição Bruta de Imobilizado	(4.220.854,40)	(3.944.484,25)
(+) Participação Financeira do Consumidor em Obras	582.249,54	995.522,05
(-) Outras Movimentações de Investimentos	-	(1.143.718,22)
Caixa Líquido Provenientes das Atividades de Investimentos	(3.269.741,83)	(6.409.022,17)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
(-) Empréstimo Concedido	(23.513,24)	(1.315.178,94)
(-) Serviço da Dívida a Empresas Não Relacionadas - CP	(339.129,77)	(1.373.234,79)
(-) Serviço da Dívida a Empresas Não Relacionadas - LP	(795.595,39)	(785.361,62)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamentos	(1.158.238,40)	(3.473.775,35)
Caixa Líquido Gerado no Período	337.851,76	(721.227,64)
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	535.481,60	1.256.709,24
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	873.333,36	535.481,60
Variação das contas Caixa e Equivalentes a Caixa	337.851,76	(721.227,64)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

**ILOIR DE PAULI**
PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91**RUBIO FABRICIO MICHAEL**
CONTADOR
CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA**CNPJ: 87.656.989/0001-74****DEMONSTRAÇÃO DE VALOR AGREGADO - DVA****(Valores em R\$)**

	2017	2016
1. Receitas	59.053.102,89	54.171.089,02
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	49.335.567,91	41.978.075,39
Receita c/ Construção	2.505.258,62	5.396.151,27
Outras receitas (ativos não circulantes e ativos construídos para uso próprio)	7.212.276,36	6.796.862,36
2. Insumos Adquiridos de Terceiros	25.701.257,74	24.806.166,33
Custo c/ Construção	2.505.258,62	5.396.151,27
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	14.483.965,59	16.084.730,89
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	8.712.033,53	3.325.284,17
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	33.351.845,15	29.364.922,69
4. Depreciação, amortização e exaustão	2.661.659,27	2.187.085,71
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO PELA EMPRESA (3-4)	30.690.185,88	27.177.836,98
6. Valor Adicionado Recebido em Transferência	542.122,98	601.882,14
Receitas financeiras, aluguéis e royalties	542.122,98	601.882,14
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	31.232.308,86	27.779.719,12
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal	6.640.326,71	6.984.653,62
Remuneração direta	4.518.038,18	4.782.195,04
Benefícios	1.965.957,89	1.488.282,68
Encargos Sociais - F.G.T.S. e PIS Folha	156.330,64	714.175,90
Impostos, taxas e contribuições	17.607.451,11	15.639.765,20
Federais	9.243.783,38	8.380.886,10
Estaduais	8.362.344,71	7.258.879,10
Municipais	1.323,02	-
Remuneração de capitais de terceiros	434.051,00	532.501,47
Juros	434.051,00	532.501,47
Remuneração de capitais próprios	6.550.480,04	4.622.798,83
Lucros retidos	6.550.480,04	4.622.798,83
9. TOTAL DO VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	31.232.308,86	27.779.719,12

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR
CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nota 1 - Contexto Operacional

A Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda. – Ceriluz Distribuição é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, fundada em 20 de agosto de 1966, com sede na cidade de Ijuí, estado do Rio Grande do Sul e tem como principal objetivo o desenvolvimento sócio/econômico através da distribuição de energia elétrica e serviços de interesse de seu quadro de associados pessoas físicas ou jurídicas.

A entidade é regida pela Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1.971 que regulamenta o sistema cooperativista no país e tem como finalidade a prestação de serviços aos seus cooperados nas localidades compreendidas pelas poligonais definidas em contratos e aditivos de permissão firmados com a ANEEL.

Nota 2 – Contratos de Permissão

A Cooperativa CERILUZ-DISTRIBUIÇÃO, em 27 de maio de 2010, firmou o contrato de permissão de serviço público de distribuição de Energia Elétrica com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 036/2010 com prazo de vencimento previsto para maio de 2040, com possibilidade de prorrogação por mais 30 anos, a critério do poder concedente.

De acordo com o estabelecido no Contrato de Permissão do serviço público de distribuição de energia elétrica, as tarifas são reajustadas anualmente no mês de julho e revisadas a cada 4 anos.

Tanto os reajustes como as revisões possuem critérios e metodologias próprias, as quais são definidas pelo órgão regulador ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. A ANEEL estabelece uma tarifa diferente para cada agente (concessão ou permissão) de distribuição de energia em função das particularidades de cada distribuidora e o seu mercado.

As tarifas de energia elétrica devem permitir ao agente uma receita/faturamento suficiente para cobrir seus custos operacionais eficientes, remunerar os investimentos realizados, permitindo sua expansão e o equilíbrio econômico e financeiro da permissão. O Contrato também prevê que a permissionária deve ter estrutura apropriada e condizente com seu mercado, distribuindo uma energia dentro dos padrões técnicos definidos.

Nota 3 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais (R\$) e foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Fiscal.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as normas e pronunciamentos de contabilidade emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC na forma da NBC TG 1000, aprovada pela resolução 1.255/2009 do CFC. Tais demonstrações contábeis ainda estão de acordo com a legislação

fiscal e comercial em vigor e a Lei nº 5.764/1971 que trata especificamente das sociedades cooperativas, além de atender a legislação específica das permissionárias de energia elétrica emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL.

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração utilize estimativas e premissas que afetem os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis, bem como os valores reconhecidos de receitas e despesas durante o exercício. Os resultados reais podem ser diferentes das estimativas.

Essas demonstrações seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, exceto quando especificado em contrário.

Nota 4 - Alterações em Práticas Contábeis

Com o advento da Lei nº 11.638/2007, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade (IAS e IFRS), novos pronunciamentos técnicos vêm sendo expedidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, em consonância com as referidas normas internacionais de contabilidade e convertidos em Normas Brasileiras de Contabilidade.

Nota 5 – Sumário das Principais Práticas Contábeis

(a) Moeda Funcional

A moeda funcional da entidade é o real (R\$).

(b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os fluxos de caixa dos investimentos de curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplicações e resgates). As aplicações de curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias são consideradas como caixa e equivalentes. Os demais investimentos, com vencimentos superiores a 90 dias, são reconhecidos a valor justo e registrados em investimentos a curto prazo.

(c) Contas a Receber

Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na realização.

(d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Esta provisão é reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas de contas a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Em relação as contas a receber de consumidores, a mesma é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidas a mais de 90 dias, da classe comercial vencidos a mais de 180 dias e da classe industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos a mais de 360 dias, conforme definido na Instrução Contábil nº 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Engloba os recebíveis faturados, até a data de encerramento do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

(e) Estoques

Os materiais em estoque de manutenção, classificados no ativo circulante e os materiais destinados a investimentos, classificados no ativo intangível em curso estão registrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização.

(f) Não Circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses seguintes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

(g) Imobilizado

O imobilizado está registrado ao custo (sendo os bens adquiridos no Brasil, acrescidos de atualizações monetárias até 1995). Os bens são depreciados pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas.

(h) Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A amortização é calculada pelo método linear, tomando por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro, conforme determina a Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de outubro de 2015.

Os encargos de amortização, correspondentes à parcela de reavaliação de bens intangíveis, são registrados diretamente nas contas de despesas, sendo procedida a realização da reserva de reavaliação diretamente para a conta de sobras ou perdas do exercício.

Parte da amortização registrada na despesa é transferida para a respectiva conta redutora das Obrigações Especiais, apurando a taxa média de amortização dos ativos correspondentes e aplicando-a sobre o saldo das obrigações especiais.

(i) Obrigações Especiais

As obrigações especiais correspondem ao saldo de valores e/ou bens recebidos de Municípios e Estados, da União Federal e de Consumidores em geral, relativos a doações e participações em investimentos realizados em conjunto com a permissionária, conforme previsto na instrução contábil nº 6.3.14 do MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Inclui também os recursos de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e de Pesquisa e Eficiência Energética – PEE. Em atendimento à previsão do MCSE.

(j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Impairment

Consoante ao que determina a NBC TG 01 (R3), aprovada pela resolução 1.292/10 do CFC, que trata da redução do ativo ao seu valor recuperável, apesar de não ter sido elaborado trabalho técnico específico, foram reunidas evidências de que não existem ativos com valores superiores aos possíveis de serem recuperados pelo uso ou pela venda.

Ainda, considerando que o contrato de permissão prevê que os valores dos ativos serão recuperados na tarifa, através da amortização ou de custos previstos na empresa de referência, e que no final da permissão os bens remanescentes serão indenizados, o entendimento da Administração da Ceriluz Distribuição é de que não há evidência de ativos cujos valores não serão recuperáveis.

(k) Benefícios a Empregados

Os pagamentos de benefícios tais como salário, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência.

(l) Empréstimos e financiamentos

Os saldos dos empréstimos e financiamentos incluem o valor principal, os juros, variações monetárias e demais encargos contratuais incorridos até a data do balanço, pelo custo amortizado.

(m) Valor Presente de Ativos e Passivos de Longo Prazo

Os ativos e passivos de longo prazo da Cooperativa são, quando aplicável, ajustados a valor presente utilizando taxas de desconto que refletem a melhor estimativa da Cooperativa.

(n) Provisão para Contingências

Os passivos contingentes são constituídos sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações contábeis, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor do correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate destes depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade.

(o) Apuração do Resultado

A Cooperativa tem como prática a adoção do regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento dos ingressos/receitas e dispêndios/despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

(p) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES

As despesas com assistência técnica, educacional e social, realizadas no exercício, foram contabilizadas originalmente em contas de despesa. No encerramento do exercício, o respectivo valor foi revertido da conta do FATES para a conta Sobras ou Perdas do Exercício.

As referidas despesas totalizaram R\$ 655.113,21 em 2017 e resultaram de pagamento de assistência médica, seguro de vida, estudos, treinamento e auxílio educacional aos colaboradores, e palestras aos associados, conforme permite a legislação.

(q) Regime de Tributação

O regime de tributação da Cooperativa é o Lucro Real.

Nota 6 – Caixa e Equivalentes de Caixa

	2017	2016
Caixa	1.121,31	883,66
Depósitos Bancários	766.730,86	454.214,71
Numerário em Trânsito	105.481,19	80.383,23
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	873.333,36	535.481,60

Nota 7 – Consumidores

Consumidores - R\$	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS						
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/ Devedores Duvidosos	RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA		Provisão p/ Devedores Duvidosos	TOTAL 2017 LIQUIDO	TOTAL 2016 LIQUIDO
	Até 30 dias	Mais de 30 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
Fornecimento de Energia	6.043.310,30	-	502.783,62	3.766,21	2.747,54	65.802,09	(66.579,68)	7.239,79	22.702,35	5.607,66	5.099,76	(4.166,35)	6.588.313,29	5.447.490,51
- Residencial	183.032,23	-	58.440,71	55,23	364,48	13.124,47	(13.544,44)	2.687,80	2.667,56	632,76	-	-	247.460,80	194.047,08
- Industrial	1.459.806,20	-	11.310,83	-	-	11.356,82	(11.356,82)	1.792,62	597,54	-	334,47	(334,47)	1.473.507,19	1.556.243,32
- Comercial	795.930,84	-	86.760,90	50,46	125,19	5.365,14	(5.538,49)	685,44	9.943,90	1.772,77	881,24	(881,24)	895.096,15	590.521,20
- Rural	1.895.845,81	-	336.548,94	3.427,68	2.251,39	32.597,41	(32.781,68)	2.047,06	8.255,08	3.202,13	3.474,80	(2.496,65)	2.252.371,97	1.761.000,23
- Poderes Públicos	27.335,76	-	2.785,38	232,84	6,48	3.358,25	(3.358,25)		-	-	409,25	(453,99)	30.315,72	18.715,70
- Iluminação Pública	17.524,62	-	-	-	-	-	-		1.130,79				18.655,41	12.880,70
- Serviço Público	287.427,77	-	6.936,86	-	-	-	-	26,87	107,48			-	294.498,98	131.419,65
- Fornecimento Não Faturado	1.376.407,07	-	-	-	-	-	-						1.376.407,07	1.182.662,63
- Serviço Taxado	666,23	-	429,36	16,30	21,69	2.117,98	(2.115,21)						1.136,35	1.638,17
- Participação Financeira	36.601,00	126.549,65	5.781,54										168.932,19	136.462,10
- Outros Creditos	235.568,47	-	17.059,16	284,15	250,61	2.646,49	(2.174,24)						253.634,64	46.303,29
TOTAL	6.316.146,00	126.549,65	526.053,68	4.066,66	3.019,84	70.566,56	(70.869,13)	7.239,79	22.702,35	5.607,66	5.099,76	(4.166,35)	7.012.016,47	5.631.894,07

Os valores a receber são provenientes do fornecimento de energia elétrica e prestação de serviço aos associados da Cooperativa e estão registrados no ativo circulante.

A provisão para devedores duvidosos foi mensurada e reconhecida a partir dos parâmetros recomendados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O valor de R\$ 75.035,48 é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas que possam ocorrer na realização financeira dos créditos a receber.

Nota 8 – Serviços em Curso

	2017	2016
Manutenção de Redes	181.309,57	81.598,64
Total de Serviço Próprio em Curso	181.309,57	81.598,64

Nota 9 – Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis**Ativo Circulante**

	2017	2016
ICMS a Recuperar Curto Prazo	539.365,76	596.043,44
IRRF a Compensar	56.892,51	-
IRRF a Recuperar	11.063,70	95.723,24
Total de Tributos Compensáveis	607.321,97	691.766,68

Ativo Não Circulante

	2017	2016
ICMS a Recuperar Longo Prazo	658.236,97	699.506,06
Total de Tributos Compensáveis	658.236,97	699.506,06

Os créditos de ICMS a recuperar referem-se ao valor do ICMS pago na aquisição de imobilizados e intangíveis relacionados a atividade de Distribuição, instituído pela Lei Complementar nº 87/1996, que serão recuperados mensalmente na razão de 1/48 conforme determina a Lei Complementar nº102/2000.

Nota 10 – Estoque

	2017	2016
Almoxarifado de Manutenção de Redes	490.379,20	336.969,15
Almoxarifado da Oficina de Transformadores	-	40.417,41
Resíduos e Sucatas	12.834,30	176.863,31
Total do Estoque	503.213,50	554.249,87

Os materiais destinados a investimento no serviço permitido não estão registrados nesse grupo de contas, pois conforme preceitua o MCSE, na contabilidade regulatória os mesmos integram o ativo imobilizado em curso, por consequência na societária está compondo o Intangível em Curso.

Nota 11 – Títulos e Valores Mobiliários

A composição da conta Títulos e Valores Mobiliários é a seguinte:

	2017	2016
Banrisul Capitalização	9.000,00	46.006,90
BB Capitalização	912,40	1.000,00
Banco do Brasil	650.000,00	250.000,00
Banrisul RDB/CDB	467.542,56	400.000,00
Sicredi Catuípe	-	300.000,00
Sicredi Augusto Pestana	1.884.022,40	1.865.139,97
Total Títulos e Valores Mobiliários	3.011.477,36	2.862.146,87

Nota 12 – Despesas Pagas Antecipadamente

A composição da conta das despesas pagas antecipadamente é a seguinte:

	2017	2016
Prêmio de Seguro de Veículos	7.331,78	18.140,98
Publicidade	30.114,00	25.050,00
Total Despesas Pagas Antecipadamente	37.445,78	43.190,98

Nota 13 - Outros Recebíveis

	2017	2016
CDE Aneel	832.329,31	491.255,11
Empregados	116.914,45	115.187,69
Adiantamento a Fornecedores	67.047,21	127.639,96
Outros Devedores	47.332,56	12.068,98
Alienação de Bens e Direitos	-	20.850,00
Dispêndios a Reembolsar	598.251,24	79.601,52
Encargo de Uso da Rede Elétrica	14.013,07	14.028,15
Desativações e Alienações	322.879,64	149.273,99
Total Outros Recebíveis	1.998.767,48	1.009.905,40

Nota 14 – Ativos Financeiros

Os valores se referem à constituição e registro dos componentes financeiros ativos em curso em relação ao próximo reajuste tarifário.

	2017	2016
Componentes Financeiros em Constituição	467.310,29	391.305,40
Componentes Financeiros em Amortização	278.721,05	-
Total Ativos Financeiros	746.031,34	391.305,40

Nota 15 – Indenização pela Concessão a Receber

	2017	2016
Em Serviço		
Máquinas - Redes de Distribuição	2.012.738,65	1.244.822,23
Máquinas - Subestação CERILUZ 01	252.131,51	240.147,86
Máquinas - Subestação CERILUZ 02	572.345,33	-
Terrenos - Subestação CERILUZ 02	18.000,00	-
Total Indeização pela Concessão a Receber	2.855.215,49	1.484.970,09

Tais ativos correspondem à parcela dos bens e instalações, que em função de suas vidas úteis e do prazo de permissão, não estarão amortizados ao final do mesmo. Conforme previsto no contrato de permissão o valor dos mesmos será objeto de indenização.

Nota 16 – Investimentos

O valor de recuperação do ágio sobre investimentos é avaliado anualmente de acordo com os critérios e métodos estabelecidos pela NBC TG 01 (R3) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Para os exercícios sociais apresentados não foram identificadas quaisquer perdas por redução ao valor recuperável para os ágios da Cooperativa.

INVESTIMENTOS	2017	2016
Composição dos Investimentos em Sociedades Cooperativas		
Participação FECOERGS	549,87	549,87
Participação SICREDI Augusto Pestana	51.974,86	49.032,89
Participação SICREDI Catuípe	6.159,81	4.582,34
Participação CRESOL Santo Augusto	3.507,00	2.854,00
Participação Crehnor Noroeste Ijuí	310,00	310,00
Participação Cresol Augusto Pestana	147,00	124,00
Total 1	62.648,54	57.453,10
Composição em Incentivos Fiscais		
Ações FINOR	2.554,24	2.554,24
Ações FINAM	2.749,39	2.749,39
Ações EMBRAER	68,74	68,74
Total 2	5.372,37	5.372,37
TOTAL (1+2)	68.020,91	62.825,47

Nota 17 – Imobilizado e Intangível

a) Imobilizado em Serviço e em Curso

O imobilizado está registrado ao custo (sendo os bens adquiridos no Brasil, acrescidos de atualizações monetárias até 1995) e inclui os encargos financeiros incorridos durante o período de construção. Os bens são depreciados pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas.

IMOBILIZADO	CUSTO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR RESIDUAL	
			2017	2016
Em Serviço:				
Edificações	64.538,70	(46.402,45)	18.136,25	20.285,40
Máquinas e Equipamentos	174.806,57	(34.731,35)	140.075,22	61.937,52
Veículos	2.349.297,68	(572.364,60)	1.776.933,08	804.501,23
Terrenos	40.000,00	-	40.000,00	40.000,00
Moveis e Utensílios	4.668,03	(171,00)	4.497,03	-
Total	2.633.310,98	(653.669,40)	1.979.641,58	926.724,15
Em Curso:				
Adiantamento a Fornecedores	276.986,69	-	276.986,69	407.080,40
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	18.890,80
Móveis e Utensílios	-	-	-	4.668,03
Veículo	9.000,00	-	9.000,00	403.856,15
A Ratear	-	-	-	33.436,49
Total	285.986,69	-	285.986,69	867.931,87
Total do Imobilizado	2.919.297,67	(653.669,40)	2.265.628,27	1.794.656,02

b) Intangível em Serviço e em Curso

INTANGÍVEL	CUSTO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR RESIDUAL	
			2017	2016
Em Serviço:				
Software	498.705,95	(294.439,59)	204.266,36	74.271,51
Máquinas e Equipamentos	63.840.685,08	(21.241.986,76)	42.598.698,32	38.409.358,76
Terrenos	0,01	-	0,01	0,01
Edificação	0,01	(0,01)	-	-
Total	64.339.391,05	(21.536.426,36)	42.802.964,69	38.483.630,28
Em Curso:				
Software	96.655,50	-	96.655,50	281.389,00
Máquinas e Equipamentos	2.007.976,07	-	2.007.976,07	8.273.525,88
Terrenos	-	-	-	18.000,00
Edificação	-	-	-	573.408,86
Materiais em Depósito	2.909.473,20	-	2.909.473,20	2.711.283,96
Adiantamento a Fornecedores	481.076,64	-	481.076,64	-
Total	5.495.181,41	-	5.495.181,41	11.857.607,70
Total do Intangível	69.834.572,46	(21.536.426,36)	48.298.146,10	50.341.237,98

Conforme o Decreto nº 41.019/1957, os bens e instalações utilizados principalmente na distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução Normativa nº 691/2015 da ANEEL, entretanto, regulamentou a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

c) ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão:

Essa instrução define a forma de contabilização dos ativos de concessões e permissões. O impacto nas Demonstrações Contábeis foi a transferência dos saldos do Ativo Imobilizado e das Obrigações Especiais para o Ativo Intangível referente ao direito de cobrança de tarifa dos consumidores (direito de exploração da Permissão), e eventual registro de um ativo financeiro, representando um direito incondicional da Cooperativa de recebimento de caixa (indenização), mediante reversão dos ativos ao término da permissão. Desta prática, a permissionária deve reconhecer receitas e custos na forma da Seção 23 da NBC TG 1000 (receitas) relativos a prestação de serviços de construções e melhoria na infraestrutura (serviços de construção e melhoria), desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção (nota 29 e 30) estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

d) Vidas Úteis e Taxas de Depreciação

Em 11 de agosto de 2015 a ANEEL, através da Resolução Normativa nº 674, determinou a adoção de novas taxas de depreciação, às quais resultaram de estudos realizados para revisão da vida útil dos bens patrimoniais.

Os valores contabilizados como despesas de depreciação e amortização no exercício de 2017 foi de R\$ 2.661.659.27.

Taxas de Depreciação (%)

Distribuição	(%)
Banco de Capacitores	6,67%
Chave de Distribuição	6,67%
Condutor do Sistema	3,57%
Estrutura do Sistema	3,57%
Regulador de Tensão	4,35%
Religador de Tensão	4,00%
Transformador de Distribuição	4,00%
Transformador de Medida	4,35%
Administração:	(%)
Equipamento Geral	6,25%

Direitos, Marcas e patentes - Software	20,00%
Edificação	3,33%
Veículos	14,29%

e) Redução ao valor Recuperável – Impairment

A Administração entende ter direito contratual assegurado no que diz respeito à indenização dos bens vinculados ao final das concessões/permissões de serviço público, admitindo, por hora, e até que se edite regulamentação sobre o tema, a valorização dessa indenização pelo valor dos livros. Assim, a premissa de valoração do ativo residual ao final das concessões/permissões ficou estabelecida nos valores registrados contabilmente. Diante dessas premissas, a Cooperativa não identificou necessidade de constituição de provisão para impairment.

Nota 18 – Fornecedores

Os Fornecedores estão assim distribuídos

	2017	2016
Encargos de Uso de Rede Elétrica	122.653,67	41.057,99
Suprimento de Energia	334.938,94	-
Materiais e Serviços	1.221.725,25	1.014.181,11
Total Fornecedores	1.679.317,86	1.055.239,10

Nota 19 – Obrigações Sociais e Trabalhistas

	2017	2016
Tributos e Contribuições Sociais Retidos na Fonte	301.286,12	277.789,93
Consignação em Favor da Concessionária	15.709,78	29.083,01
Previsão de Férias	1.025.267,99	924.950,71
Total Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.342.263,89	1.231.823,65

Nota 20 – Tributos e Contribuições Sociais a Recolher

Os Tributos e contribuições sociais a recolher estão assim distribuídos:

	2017	2016
Passivo Circulante		
ICMS a Recolher	192.884,48	143.993,24
CSLL a Recolher	3.860,61	10.798,70
IRPJ a Recolher	2.458,06	9.188,18
PIS s/ Faturamento	14.959,30	12.756,83
COFINS s/ Faturamento	69.042,90	58.877,55
I.S.S.Q.N a Recolher	3.829,28	2.592,58
INSS a Recolher	5.147,68	2.011,54

PIS/COFINS a Recolher	5.394,44	2.931,62
Imposto de Renda a Recolher	2.079,28	1.164,30
Contribuição Social a Recolher	1.477,91	803,18
Outros	312,38	272,40
Total Obrigações Sociais e Trabalhistas	301.446,32	245.390,12

Nota 21 – Empréstimos e Financiamentos

Em 2017 não foram obtidos novos empréstimos, somente houve a contemplação de dois consórcios e a aquisição de mais dois.

	Saldo Devedor	Encargos Financeiros em %		Vencimento no Curto Prazo		Vencimento no Longo Prazo	
		Em R\$	Em %	Total 2017	Total 2016	Total 2017	Total 2016
Ban. Finame			5,5% a.a	-	113.906,25	-	
Banrisul BNDS			TJLP + 4,9% a.a	780.228,70	780.228,70	818.155,91	1.591.262,58
Automático			-	59.449,70	13.982,67	32.827,00	-
Consórcios			-	7.431,60	11.240,56	-	-
Encargos			-	847.110,00	919.358,18	850.982,91	1.591.262,58
Total			-				

Nota 22 – Outros Passivos Circulantes

	2017	2016
Consumidor	9.378,10	4.987,00
Outros Credores	1.104.100,21	2.845.860,77
Total Passivos Circulantes	1.113.478,31	2.850.847,77

a) Consumidor:

Refere-se a consumidores (associados) da Cooperativa de Distribuição de Energia autorizam em documento junto ao setor de faturamento, uma autorização para debitar o valor de sua livre escolha para beneficiar a entidade de sua região, seguro residencial, energia recebida em duplicidade e compensações a consumidores.

b) A Conta Outros Credores:

Convênios de arrecadação de Iluminação pública firmado com as prefeituras, valores recebidos que estão em classificação, credores diversos e PERT.

No ano de 2010 a cooperativa foi autuada pela receita federal através do auto de lançamento nº 10108000/00295/10 devido a dedução da base de cálculo do valor das despesas administrativas e financeiras. Devido as chances remotas de reverter o auto de lançamento a Cooperativa aderiu ao Refis na forma da Lei 12.996 de 18 de junho de 2014 no qual pagaria o

referido débito em 180 vezes. Em 2017 foi feita o cancelamento do Refis e aderiu ao PERT por ser mais vantajoso para a cooperativa. O saldo a pagar referente ao PERT no curto prazo é de R\$ 762.203,55.

Nota 23 – Litigio Trabalhistas:

A Cooperativa é parte envolvida em ações Trabalhistas, Cíveis e Tributárias e está discutindo estas questões na esfera judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são estimadas e atualizadas pela Administração que as considera prováveis, amparada pela opinião da assessoria jurídica da Cooperativa.

Contingências	Curto Prazo	Longo Prazo	Valor Estimado 2017	Valor Estimado 2016
Trabalhistas	-	1.150.000,00	1.150.000,00	1.000.000,00
Cíveis	6.673,18		6.673,18	6.673,18
Total de Contingências	6.673,18	1.150.000,00	1.156.673,18	1.006.673,18

No ano de 2017 foram baixados R\$ 250.000,00 de provisões trabalhistas e constituído mais R\$ 400.000,00 para suportar eventuais perdas em processos cíveis e trabalhistas de caráter indenizatório, considerando o prognóstico de nossa assessoria jurídica.

A cooperativa tem outros processos que a assessoria jurídica indicou como possíveis de perda que somam o montante de R\$ 3.395.526,61.

Nota 24 – Passivos Regulatórios

Os valores se referem ao registro da neutralidade dos encargos setoriais (Parcela “A”) - denominados custos não gerenciáveis e corresponde à diferença entre os valores destes encargos reconhecidos na Revisão Tarifária em relação ao mercado verificado, bem como, a provisão de constituição (em curso) de passivos regulatórios – componentes financeiros em relação ao próximo Reajuste Tarifário.

	2017	2016
Componentes Financeiros em Constituição	41.685,05	3.070,62
Componentes Financeiros Reconhecidos	110.852,81	2.524.294,73
(-) Amortização de Componentes Financeiros Reconhecidos	(55.426,38)	(1.262.147,34)
Total Passivos Regulatórios	97.111,48	1.265.218,01

Nota 25 – Encargos Setoriais:

	2017	2016
P&D - Empresa	72.794,67	66.665,92
Programa de Eficiência Energética - P.E.E.	244.685,88	224.084,95
Encargos CDE	273.326,01	315.683,34
Bandeiras Tarifárias	1.038.120,53	161.793,43
Total Encargos Setoriais	1.628.927,09	768.227,64

CDE – Conta de Desenvolvimento Energético: foi criada através da Lei 10438/2002, no artigo 13, visando além do desenvolvimento energético dos estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, a promoção da universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional, devendo os seus recursos observar as vinculações previstas em Lei. Este encargo na forma da Lei 12783/2013 e regulamentada pelo Decreto 7891/2013 teve suas finalidades alteradas com vistas a modicidade tarifária.

Nota 26 – Outros Credores

	2017	2016
Retenção Causas Trabalhistas	21.585,50	21.585,50
Refis	7.269,70	978.985,32
Total de Outras Contas a Pagar	28.855,20	1.000.570,82

Nota 27 – Patrimônio Líquido

27.1. Capital Social

O Capital Social da Cooperativa, no valor de R\$ 6.646.661,96 é formado por cotas partes referente a 15.117 associados em 31 de dezembro de 2017.

27.2. Natureza e Finalidade das Reservas

a) Fundo de Reserva: é indivisível para distribuição entre os cooperados, mas a sua constituição é obrigatória conforme a Lei nº 5.764/1971. Sendo constituído de 45% (antes de 2014 30%) das sobras do exercício social, além de eventuais destinações a critério da Assembleia Geral, destina-se à cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.

b) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES: também é indivisível entre os cooperados, sendo constituído a partir de 2014 por 5% (antes de 2014 20%) das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, conforme previsão estatutária, destinado à cobertura de gastos com assistência técnica e social dos cooperados, seus dependentes, e dos próprios empregados. Sua constituição é estabelecida pela Lei 5.764/1971.

c) Fundo de Manutenção e Expansão: é constituído por 30% das sobras líquidas do exercício social, além de eventuais destinações da Assembleia Geral, e destina-se a cobrir investimentos e/ou despesas de manutenção e expansão do patrimônio, podendo ainda ser aplicado em todas as iniciativas que visem ao desenvolvimento social ou econômico da Cooperativa.

27.3. Sobras à Disposição da Assembleia Geral Ordinária

	2017	2016
Resultado do Exercício	7.815.205,99	5.770.911,55
Destinações de Caráter Fiscal - FATES	268.062,37	385.860,67
Destinações de Caráter Legal Estatutário:	6.037.714,90	4.308.040,69
Fundo de Reserva Legal	3.396.214,63	2.423.272,89
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	377.357,18	269.252,54
Fundo de Manutenção e Expansão	2.264.143,09	1.615.515,26
Sobras à Disposição da Assembleia Geral Ordinária	1.509.428,72	1.077.010,19

As sobras apuradas após a constituição das reservas ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária para deliberação quanto a sua destinação.

Nota 28 – Instrumentos Financeiros

a) Considerações Gerais e Gerenciamento de Riscos

A Cooperativa mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controle de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão reconhecidas na contabilidade e os principais instrumentos financeiros são:

Caixa e equivalentes de caixa: apresentados na nota 6;

Consumidores: apresentadas na nota 7;

Empréstimos e Financiamentos: apresentados na nota 21.

b) Valor Justo

	2017		2016	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Caixa e Equivalentes de Caixa	873.333,36	873.333,36	535.481,60	535.481,60
Contas a Receber	7.012.016,47	7.012.016,47	5.631.894,07	5.631.894,07
Empréstimos e Financiamentos	1.698.092,91	1.698.092,91	2.510.620,76	2.510.620,76
Total	9.583.442,74	9.583.442,74	8.677.996,43	8.677.996,43

c) Classificação dos Instrumentos Financeiros

	Mantidos para Negociação	Mantidos até o Vencimento	Destinados a Venda	Empréstimos e Recebíveis
Ativos Financeiros:				
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	873.333,36	-	873.333,36
Contas a Receber	-	7.012.016,47	-	7.012.016,47
Total	-	7.885.349,83	-	7.885.349,83
Passivos Financeiros:				
Empréstimos e Financiamentos	-	1.698.092,91	-	1.698.092,91
Total	-	1.698.092,91	-	1.698.092,91

d) Fatores de Risco que Podem Afetar os Negócios

Risco de Taxas de Juros: esse risco é oriundo da possibilidade de a empresa vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que aplicadas aos seus passivos e ativo captados (aplicados) no mercado.

Risco de Taxas de Câmbio: esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando as despesas financeiras (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo), de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

Risco de Crédito: advém da possibilidade da Cooperativa não receber valores decorrentes de operações de distribuição de energia elétrica ou de créditos detidos junto a instituições financeiras, gerados por operações de aplicação financeira.

Risco de Gerenciamento de Capital: advém da escolha da Cooperativa em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações.

Nota 29 – Ingressos/Receitas Operacionais

	2017	2016
Ingressos/ Receita Operacional Bruta:	59.053.103	54.179.747
Fornecimento de Energia Elétrica - TE	14.112.675,19	12.108.436,20
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica - TUSD	33.525.605,70	29.563.780,92
Energia Não Faturada	193.744,44	1.182.662,63
Ativos e Passivos Regulatórios	1.503.542,58	- 876.804,36
Outras Receitas	7.212.276,36	6.805.519,99
Receita de Construção	2.505.258,62	5.396.151,27
Tributos sobre Ingressos/ Receita:	9.156.083,07	- 7.984.709,13
ICMS	8.362.344,71	- 7.258.879,10
COFINS	651.300,27	- 589.456,77
PIS	141.115,07	- 127.715,63
ISS	1.323,02	- 8.657,63

Encargos do Consumidor:	6.327.449,58	- 5.691.239,29
Conta Desenvolvimento Energético - CDE	3.576.413,43	- 5.277.704,18
Programa Eficiência Energética - PEE	-	- 59.532,64
P&D	-	- 67.732,01
Bandeiras Tarifárias	2.631.138,65	- 185.506,99
TFSEE	119.897,50	- 100.763,47
Total dos Tributos sobre Ingressos/ Receita e Encargos do Consumidor	15.483.532,65	- 13.675.948,42
Ingressos/Receita Operacional Líquida	43.569.570,24	40.503.798,23

a) Receita de Construção

Correspondem aos valores aplicados no ativo intangível e que, conforme a ITG 01 aprovada pela Resolução CFC 1.261/2009, deve ser registrada como receita. Em contrapartida, registramos também o custo correspondente, decorrente do direito de receber o valor investido através da tarifa, durante o período de permissão, bem como a indenização relativa à parcela não amortizada dos mesmos, ao final do mencionado período.

Nota 30 – Custo do Serviço

Custo da Energia	2017	2016
Energia Elétrica Comprada para Revenda	7.601.824,18	7.246.369,29
Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição	6.882.141,41	5.614.209,09
TOTAL	14.483.965,59	12.860.578,38

Custos de Operação	2017	2.016
Pessoal	6.424.173,07	6.925.232,93
Materiais	3.384.475,07	1.338.693,93
Serviços de Terceiros	1.697.331,64	1.354.960,65
Depreciações/Amortização	2.641.077,02	2.119.409,67
Outros Custos	122.335,38	530.497,93
TOTAL	14.269.392,18	12.268.795,11

a) Custo de Construção

Custo de Construção	2017	2.016
Custo de Construção	2.505.258,62	5.396.151,27
TOTAL	2.505.258,62	5.396.151,27

Correspondem aos valores aplicados no ativo intangível e que, conforme a ITG 01 aprovada pela Resolução CFC 1.261/2009, deve ser registrada como custo. Em contrapartida, registramos também a receita correspondente, decorrente do direito de receber o valor investido através da tarifa, durante o período de permissão, bem como a indenização relativa à parcela não amortizada dos mesmos, ao final do mencionado período.

Nota 31 – Dispêndios/Despesas

	2017	2016
Pessoal e Administradores	2.237.214,15	1.865.497,92
Materiais	160.590,34	176.837,84
Serviços de Terceiros	1.678.881,91	1.233.708,73
Depreciações/Amortização	20.582,25	67.676,04
Outras despesas	1.668.419,19	1.914.737,60
Total Dispêndios/Despesas	5.765.687,84	5.258.458,13

Nota 32 – Seguros:

A cooperativa efetua a contratação de seguros para os seus veículos, utilizados para deslocamentos em estradas intermunicipais e seguro de vida para os colaboradores, de acordo com o nível de risco existente e de obrigações contratuais.

Nota 33 – Nota Explicativa DVA:

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar as informações financeiras.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Informações Trimestrais e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09– Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Nota 34 – Informações por Segmento e Atividades de Negócios**a) Segmentos e Atividades de Negócios**

Distribuição de Energia: é composta de linhas, redes, subestações e demais equipamentos associados e tem por finalidade: a) distribuir energia elétrica e garantir o livre acesso ao sistema para os fornecedores e consumidores; b) permitir o fornecimento de energia elétrica a consumidores; e quando for o caso, c) garantir o suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

b) Áreas Geográficas

A área de ação, para efeito de admissão de associados e prestação de serviços a que se propõe são todas as localidades compreendidas pelas poligonais definidas em contratos e aditivos de permissão firmados com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

BALANÇO SOCIAL

1. BASE DE CÁLCULO	2017			2016		
Ingressos/Receita Líquida (RL)	43.569.570,24			40.503.798,23		
Resultado Operacional (RO)	6.550.480,04			4.622.798,83		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	9.971.170,41			8.790.730,85		
2. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	R\$	% S/FPB	% S/RL	R\$	% S/FPB	% S/RL
Alimentação	232.194,02	2,33%	0,53%	183.895,51	2,09%	0,45%
Plano de Saúde Funcionários	322.072,87	3,23%	0,74%	300.869,99	3,42%	0,74%
Encargos Sociais (INSS)	1.623.328,96	16,28%	3,73%	1.409.789,85	16,04%	3,48%
Seguro Vida em Grupo	56.252,21	0,56%	0,13%	68.742,08	0,78%	0,17%
Educação e Treinamento	84.515,41	0,85%	0,19%	40.781,36	0,46%	0,10%
Segurança e Medicina Trabalho	319.686,09	3,21%	0,73%	203.148,49	2,31%	0,50%
Participação Resultados	810.880,00	8,13%	1,86%	471.502,50	5,36%	1,16%
TOTAL	3.448.929,56	34,59%	7,92%	2.678.729,78	30,47%	6,61%
3. INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS		%S/RO	%/RL		%S/RO	%/RL
Investimento em Veículos	448.503,99	6,85%	1,03%	448.503,99	9,70%	1,11%
Qualidade vida associados	335.764,02	5,13%	0,77%	335.764,02	7,26%	0,83%
Total Cooperantes	784.268,01	11,97%	1,80%	784.268,01	16,97%	1,94%
Tributos (excluído os encargos sociais)	7.976.051,50	121,76%	18,31%	7.976.051,50	172,54%	19,69%
TOTAL	8.760.319,51	133,74%	20,11%	8.760.319,51	189,50%	21,63%
4. INDICADORES AMBIENTAIS		%S/RO	%S/RL		%S/RO	%S/RL
Investimentos em programas ou projetos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
5. INDICADORES CORPO FUNCIONAL						
Número de Funcionários final do período			121			114
Número de Admissões no Período			15			17
Número de Demissões			8			10
Número de Mulheres			12			10
Funcionários Deficientes			0			0
Outros			0			0
6. INFORMAÇÕES RELEVANTES-CIDADANIA EMPRESARIAL						
Relação entre a maior e menor Remuneração na empresa			10,6			9,85
Número Total de acidentes trabalho			2			0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros efetivos do Conselho Fiscal da Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Limitada – Ceriluz Distribuição -, CNPJ nº 87.656.989/0001-74, no uso das atribuições que nos confere o Art. 43 do Estatuto Social, nós abaixo assinados, tendo em vista observações em reuniões do órgão durante o corrente exercício, constatamos que o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Sobras ou Perdas do exercício encerrado em 31.12.2017, em conjunto com as demais demonstrações e notas explicativas que os acompanham, expressam adequadamente a situação patrimonial, econômica e financeira da Cooperativa, naquela data. Nossa opinião também está baseada no Relatório dos Auditores Independentes, Nardon Nasi Auditores Independentes S/S, emitido em 22 de fevereiro de 2018, sem ressalvas. Em razão disto, recomendamos a aprovação dos mesmos pela assembleia de associados.

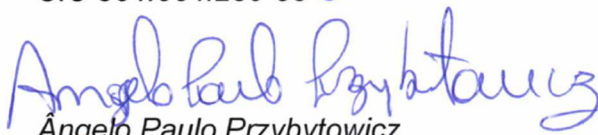
Ijuí (RS), 07 de março de 2018.



Carlos Karlinski
CIC 093. 981.120-00



Sidnei João Montagner
CIC 364.664.250-53



Angelo Paulo Przybytowicz
CIC 474.702.830-72

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA. - CERILUZ

**ACN/FBF/JPR/MM
017/2018**

**COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E
DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA. - CERILUZ**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

NARDON, NASI - AUDITORES INDEPENDENTES S/S

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA. - CERILUZ

**1 - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

NARDON, NASI - AUDITORES INDEPENDENTES S/S

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Ilmos. Srs.

Conselheiros, Diretores e Associados da

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA. - CERILUZ

Ijuí - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA. - CERILUZ**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas que fazem parte das referidas demonstrações.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA. - CERILUZ** em 31 de dezembro de 2017, o resultado de suas operações, as mutações no seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas de auditoria vigentes no Brasil. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Consideramos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse assunto.

AVENIDA ALBERTO BINS, 600 – 5º ANDAR • FONES (51)3342.9388 / 3342.9424 • CEP 90030-140 • PORTO ALEGRE – RS
RUA EMILIANO PERNETA, 725/CJ. 903 – ED. SAINT LOUIS BUSINESS • FONE (41)3225.4341 • CEP 80420-080 • CURITIBA – PR
www.nardonnasi.com.br • email: nardonnasi@nardonnasi.com.br • Registros CVM – BACEN – OCB • CRCRS 542 • CNPJ 92.838.150/0001/97

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e avaliar se os valores contidos no mesmo estão consistentes com as demonstrações contábeis e também com base no nosso conhecimento obtido durante a auditoria, possa haver distorções de fatos relevantes. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas de auditoria vigentes no Brasil, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



AVENIDA ALBERTO BINS, 600 – 5º ANDAR • FONES (51) 3342.9388 / 3342.9424 • CEP 90030-140 • PORTO ALEGRE – RS
RUA EMILIANO PERNETA, 725/CJ. 903 – ED. SAINT LOUIS BUSINESS • FONE (41) 3225.4341 • CEP 80420-080 • CURITIBA – PR
www.nardonnasi.com.br • email: nardonnasi@nardonnasi.com.br • Registros CVM – BACEN – OCB • CRCRS 542 • CNPJ 92.838.150/0001-97

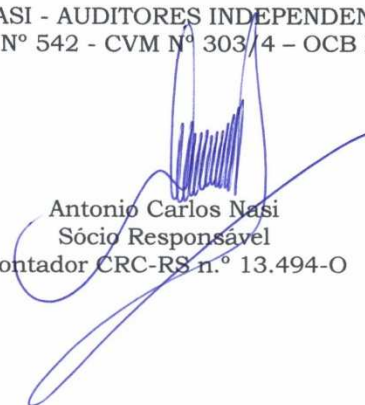
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas de auditoria vigentes no Brasil, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, RS, 22 de fevereiro de 2018.

NARDON, NASI - AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-RS Nº 542 - CVM Nº 303/4 - OCB Nº 15



Antonio Carlos Nasi
Sócio Responsável
Contador CRC-RS n.º 13.494-O

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA. - CERILUZ

2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

- 2.1 - BALANÇO PATRIMONIAL
- 2.2 - DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS
- 2.3 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
- 2.4 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO
- 2.5 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE E DA COMPOSIÇÃO DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO
- 2.6 - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA
- 2.7 - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NARDON, NASI - AUDITORES INDEPENDENTES S/S

2.1 - BALANÇO PATRIMONIAL**ATIVO**

Valores em Reais

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE		14.970.916,83	11.801.539,51
Caixa e Equivalentes de Caixa	06	873.333,36	535.481,60
Consumidores	07	7.012.016,47	5.631.894,07
Outros Recebíveis	13	1.998.767,48	1.009.905,40
Tributos Compensáveis	09	607.321,97	691.766,68
Ativos Financeiros	14	746.031,34	391.305,40
Estoques	10	503.213,50	554.249,87
Serviço em Curso	08	181.309,57	81.598,64
Despesas Pagas Antecipadamente	12	37.445,78	43.190,98
Títulos e Valores Mobiliários	11	3.011.477,36	2.862.146,87
NÃO CIRCULANTE		54.331.128,34	54.569.076,22
Tributos Compensáveis	09	658.236,97	699.506,06
Depósitos Vinculados a Litígios		4.795,75	4.795,75
Indenização pela Concessão a Receber	15	2.855.215,49	1.484.970,09
Outros		181.084,85	181.084,85
Investimentos	16	68.020,91	62.825,47
Imobilizado	17	2.265.628,27	1.794.656,02
Intangível	17	48.298.146,10	50.341.237,98
TOTAL DO ATIVO		69.302.045,17	66.370.615,73

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

2.1 - BALANÇO PATRIMONIAL
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores em Reais			
	Nota	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE		7.016.328,13	8.342.777,65
Fornecedores	18	1.679.317,86	1.055.239,10
Obrigações Sociais e Trabalhistas	19	1.342.263,89	1.231.823,65
Tributos e Contribuições Sociais a Recolher	20	301.446,32	245.390,12
Empréstimos e Financiamentos	21	847.110,00	919.358,18
Outros Passivos Circulantes	22	1.113.478,31	2.850.847,77
Provisão para Litígios	23	6.673,18	6.673,18
Passivos Financeiros	24	97.111,48	1.265.218,01
Encargos Setoriais	25	1.628.927,09	768.227,64
NÃO CIRCULANTE		8.130.293,97	9.029.904,18
Empréstimos e Financiamentos	21	850.982,91	1.591.262,58
Provisão para Litígios	23	1.150.000,00	1.000.000,00
Outros Credores	26	28.855,20	1.000.570,82
Obrigações Vinculadas a Concessão		6.100.455,86	5.438.070,78
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27	54.155.423,07	48.997.933,90
Capital Social		6.646.661,96	6.648.862,33
Reservas de Capital		568.115,82	568.115,82
Reserva de Sobras		38.172.934,06	32.520.692,53
Reservas de Reavaliação		7.258.282,51	8.183.253,03
Sobra à Disposição da A.G.O.		1.509.428,72	1.077.010,19
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		69.302.045,17	66.370.615,73

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

2.2 - DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS

Valores em Reais			
	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Receita Operacional		59.053.102,89	54.179.746,65
Fornecimento de energia elétrica		47.832.025,33	42.854.879,75
Outras receitas operacionais		8.715.818,94	5.928.715,63
Receita de construção		2.505.258,62	5.396.151,27
Deduções da Receita Operacional		(15.483.532,65)	(13.675.948,42)
Tributos e contribuições sobre a receita		(9.156.083,07)	(7.984.709,13)
Encargos Setoriais		(6.327.449,58)	(5.691.239,29)
Receita Operacional Líquida	29	43.569.570,24	40.503.798,23
Custo do Serviço	30	(31.258.616,39)	(30.525.524,76)
Custo da energia elétrica		(14.483.965,59)	(12.860.578,38)
Custo da operação		(14.269.392,18)	(12.268.795,11)
Custo de construção		(2.505.258,62)	(5.396.151,27)
Despesas Operacionais	31	(5.765.687,84)	(5.258.458,13)
Despesas operacionais		(5.765.687,84)	(5.258.458,13)
Resultado do Serviço (líquido)		6.545.266,01	4.719.815,34
Resultado Financeiro		108.071,98	69.380,67
Receita financeira		542.122,98	601.882,14
Despesa Financeira		(434.051,00)	(532.501,47)
Resultado antes dos Tributos sobre a Sobra/Lucro		6.653.337,99	4.789.196,01
Tributos sobre o Lucro Corrente		(102.857,95)	(166.397,18)
CSLL		(33.580,05)	(50.399,03)
IR		(69.277,90)	(115.998,15)
Sobra Líquida do Exercício		6.550.480,04	4.622.798,83

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

2.3 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Valores em Reais					
	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Sobras	Reserva de Reavaliação	Sobra à Disposição da A.G.O.	Total do PL
Saldo em 31/12/2015	6.648.536,35	568.115,82	28.372.599,39	9.097.759,56	1.143.718,22	45.830.729,34
Destinação das Sobras do Exercício Anterior conforme A.G.O.					(1.143.718,22)	(1.143.718,22)
Realização do Capital	325,98					325,98
Baixa de Reavaliação e Correção				(315.889,45)		(315.889,45)
Distribuição de Sobras e Capitalização de Juros			3.687,42			3.687,42
Resultado Líquido do Exercício					4.622.798,83	4.622.798,83
Realização de Reserva de Reavaliação				(598.617,08)	598.617,08	-
Realização do Fundo de Assistência Técnica Educacional - FATES			(549.495,64)		549.495,64	-
Destinação de Caráter Fiscal p/FATES			385.860,67		(385.860,67)	-
Destinação de Caráter Legal Estatutário p/ Reserva Legal			2.423.272,89		(2.423.272,89)	-
Destinação de Caráter Legal Estatutário p/ FATES			269.252,54		(269.252,54)	-
Destinação de Caráter Legal Estatutário p/ Reserva Manutenção Redes			1.615.515,26		(1.615.515,26)	-
Saldo em 31/12/2016	6.648.862,33	568.115,82	32.520.692,53	8.183.253,03	1.077.010,19	48.997.933,90
Destinação das Sobras do Exercício Anterior conforme A.G.O.					(1.077.010,19)	(1.077.010,19)
Realização do Capital	(2.200,37)					(2.200,37)
Baixa de Reavaliação e Correção				(315.357,78)		(315.357,78)
Distribuição de Sobras e Capitalização de Juros			1.577,47			1.577,47
Resultado Líquido do Exercício					6.550.480,04	6.550.480,04
Realização de Reserva de Reavaliação				(609.612,74)	609.612,74	-
Realização do Fundo de Assistência Técnica Educacional - FATES			(655.113,21)		655.113,21	-
Destinação de Caráter Fiscal p/FATES			268.062,37		(268.062,37)	-
Destinação de Caráter Legal Estatutário p/ Reserva Legal			3.396.214,63		(3.396.214,63)	-
Destinação de Caráter Legal Estatutário p/ FATES			377.357,18		(377.357,18)	-
Destinação de Caráter Legal Estatutário p/ Reserva Manutenção Redes			2.264.143,09		(2.264.143,09)	-
Saldo em 31/12/2017	6.646.661,96	568.115,82	38.172.934,06	7.258.282,51	1.509.428,72	54.155.423,07

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA. - CERILUZ

2.4 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO

	Valores em Reais	
	2017	2016
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
(+) Arrecadação Venda de Energia	51.618.818,44	48.109.869,86
(+) Arrecadação TUSD Consumidores Livres	307.226,88	371.489,88
(+) Serviço Taxado	7.617,27	8.259,85
(+) Recebimento de Subvenção Baixa Renda	6.615.563,97	6.282.226,53
(+) Outros Recebimentos Operacionais	324.195,54	3.097.639,34
(-) Fornecedores - Materiais e Serviços	(15.313.465,90)	(9.972.285,00)
(-) Fornecedores - Energia Elétrica	(9.978.287,98)	(12.860.578,38)
(-) Salários e Encargos Sociais	(10.607.476,98)	(9.154.760,29)
(-) Tributos sobre a Receita – Federais	(877.239,58)	(895.848,06)
(-) Tributos sobre a Receita – Estaduais	(7.616.496,10)	(6.467.380,80)
(-) Encargos de Transmissão	(2.890.588,32)	(1.686.622,25)
(-) Demais Encargos Regulatórios	(5.483.190,10)	(5.685.473,25)
(-) Outras Despesas Operacionais	(693.815,85)	(1.335.982,98)
(-) Impostos, Taxas e Contribuições	(647.029,30)	(648.984,57)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	4.765.831,99	9.161.569,88
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
(+) Alienação de Imobilizado	287.649,57	134.861,20
(+) Recebimento Líquido de Receitas Financeiras	-	3.717,78
(+) Resgates/Recebimentos de Ativos Financeiros	2.874.133,28	5.292,63
(-) Saque para Aplicações em Ativos Financeiros	(2.792.919,82)	(2.460.213,36)
(-) Aquisição Bruta de Imobilizado	(4.220.854,40)	(3.944.484,25)
(+) Participação Financeira do Consumidor em Obras	582.249,54	995.522,05
(-) Outras Movimentações de Investimentos	-	(1.143.718,22)
Caixa Líquido Provenientes das Atividades de Investimentos	(3.269.741,83)	(6.409.022,17)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
(-) Empréstimo Concedido	(23.513,24)	(1.315.178,94)
(-) Serviço da Dívida a Empresas Não Relacionadas – CP	(339.129,77)	(1.373.234,79)
(-) Serviço da Dívida a Empresas Não Relacionadas – LP	(795.595,39)	(785.361,62)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamentos	(1.158.238,40)	(3.473.775,35)
Caixa Líquido Gerado no Período	337.851,76	(721.227,64)
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	535.481,60	1.256.709,24
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	873.333,36	535.481,60
Variação das contas Caixa e Equivalentes de Caixa	337.851,76	(721.227,64)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

2.5 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE E DA COMPOSIÇÃO DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO

	Valores em Reais	
	31/12/2017	31/12/2016 Reclassificado
Recursos		
Resultado Líquido do Exercício	7.815.205,99	5.770.911,55
Resultado com Associados	6.282.417,67	4.236.938,16
Resultado com Terceiros	268.062,37	385.860,67
Realização de Reservas Reavaliação	609.612,74	598.617,08
Realização do Fundo de Assistência Técnica Educacional - FATES	655.113,21	549.495,64
Destinações		
Destinações de Caráter Fiscal – FATES	268.062,37	385.860,67
Destinações de Caráter Legal Estatutário	6.037.714,90	4.308.040,69
Reserva Legal (45%) - Artigo 47	3.396.214,63	2.423.272,89
FATES (5%) - Artigo 47	377.357,18	269.252,54
Reserva Manutenção Redes (30%) - Artigo 47	2.264.143,09	1.615.515,26
Sobras à Disposição da Assembleia Geral Ordinária	1.509.428,72	1.077.010,19

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

2.6 - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA apresenta a composição da formação da lucratividade bruta da Cooperativa, assim como sua distribuição na forma de renda aos vários segmentos da sociedade.

	2017 (em R\$)	%	2016 (em R\$) Reclassificado	%
Receitas	59.053.102,89	100,00	54.171.089,02	100,00
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	49.335.567,91	83,54	41.978.075,39	77,49
Receita c/ Construção	2.505.258,62	4,24	5.396.151,27	9,96
Outras receitas	7.212.276,36	12,21	6.796.862,36	12,55
Insumos Adquiridos de Terceiros	25.701.257,74	43,52	24.806.166,33	45,79
Custo c/ Construção	2.505.258,62	4,24	5.396.151,27	9,96
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	14.483.965,59	24,53	16.084.730,89	29,69
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	8.712.033,53	14,75	3.325.284,17	6,14
Valor Adicionado Bruto	33.351.845,15	56,48	29.364.922,69	54,21
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.661.659,27	4,51	2.187.085,71	4,04
Valor Adicionado Líquido Gerado pela Empresa	30.690.185,88	51,97	27.177.836,98	50,17
Valor Adicionado Recebido em Transferência	542.122,98	0,92	601.882,14	1,11
Receitas financeiras, aluguéis e royalties	542.122,98	0,92	601.882,14	1,11
Valor Adicionado Total a Distribuir	31.232.308,86	52,89	27.779.719,12	51,28
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal	6.640.326,71	11,24	6.984.653,62	12,89
Remuneração direta	4.518.038,18	7,65	4.782.195,04	8,83
Benefícios	1.965.957,89	3,33	1.488.282,68	2,75
Encargos Sociais - F.G.T.S. e PIS Folha	156.330,64	0,26	714.175,90	1,32
Impostos, Taxas e Contribuições	17.607.451,11	29,82	15.639.765,20	28,87
Federais	9.243.783,38	15,65	8.380.886,10	15,47
Estaduais	8.362.344,71	14,16	7.258.879,10	13,40
Municipais	1.323,02	0,00	-	-
Remuneração de Capitais de Terceiros	434.051,00	0,74	532.501,47	0,98
Juros	434.051,00	0,74	532.501,47	0,98
Remuneração de Capitais Próprios	6.550.480,04	11,09	4.622.798,83	8,53
Lucros retidos	6.550.480,04	11,09	4.622.798,83	8,53
Total do Valor Adicionado Distribuído	31.232.308,86	52,89	27.779.719,12	51,28

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

2.7 - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda. – Ceriluz Distribuição é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, fundada em 20 de agosto de 1966, com sede na cidade de Ijuí, estado do Rio Grande do Sul e tem como principal objetivo o desenvolvimento sócio/econômico através da distribuição de energia elétrica e serviços de interesse de seu quadro de associados pessoas físicas ou jurídicas.

A entidade é regida pela Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1.971 que regulamenta o sistema cooperativista no país e tem como finalidade a prestação de serviços aos seus cooperados nas localidades compreendidas pelas poligonais definidas em contratos e aditivos de permissão firmados com a ANEEL.

NOTA 02 - CONTRATOS DE PERMISSÃO

A Cooperativa CERILUZ-DISTRIBUIÇÃO, em 27 de maio de 2010, firmou o contrato de permissão de serviço público de distribuição de Energia Elétrica com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 036/2010 com prazo de vencimento previsto para maio de 2040, com possibilidade de prorrogação por mais 30 anos, a critério do poder concedente.

De acordo com o estabelecido no Contrato de Permissão do serviço público de distribuição de energia elétrica, as tarifas são reajustadas anualmente no mês de julho e revisadas a cada quatro anos.

Tanto os reajustes como as revisões possuem critérios e metodologias próprias, as quais são definidas pelo órgão regulador ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. A ANEEL estabelece uma tarifa diferente para cada agente (concessão ou permissão) de distribuição de energia em função das particularidades de cada distribuidora e o seu mercado.

As tarifas de energia elétrica devem permitir ao agente uma receita/faturamento suficiente para cobrir seus custos operacionais eficientes, remunerar os investimentos realizados, permitindo sua expansão e o equilíbrio econômico e financeiro da permissão. O Contrato também prevê que a permissionária deve ter estrutura apropriada e condizente com seu mercado, distribuindo uma energia dentro dos padrões técnicos definidos.

NOTA 03 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais (R\$) e foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Fiscal.

-14-

NARDON, NASI - AUDITORES INDEPENDENTES S/S

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as normas e pronunciamentos de contabilidade emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC na forma da NBC TG 1000, aprovada pela resolução 1.255/2009 do CFC. Tais demonstrações contábeis ainda estão de acordo com a legislação fiscal e comercial em vigor e a Lei nº 5.764/1971 que trata especificamente das sociedades cooperativas, além de atender a legislação específica das permissionárias de energia elétrica emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL.

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração utilize estimativas e premissas que afetem os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis, bem como os valores reconhecidos de receitas e despesas durante o exercício. Os resultados reais podem ser diferentes das estimativas.

Essas demonstrações seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, exceto quando especificado em contrário.

NOTA 04 - ALTERAÇÕES EM PRÁTICAS CONTÁBEIS

Com o advento da Lei nº 11.638/2007, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade (IAS e IFRS), novos pronunciamentos técnicos vêm sendo expedidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, em consonância com as referidas normas internacionais de contabilidade e convertidos em Normas Brasileiras de Contabilidade.

NOTA 05 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**(a) Moeda Funcional**

A moeda funcional da entidade é o real (R\$).

(b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os fluxos de caixa dos investimentos de curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplicações e resgates). As aplicações de curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias são consideradas como caixa e equivalentes. Os demais investimentos, com vencimentos superiores a 90 dias, são reconhecidos a valor justo e registrados em investimentos a curto prazo.

(c) Contas a Receber

Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na realização.

(d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Esta provisão é reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas de contas a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Em relação as contas a receber de consumidores, a mesma é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidas há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e da classe industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, conforme definido na Instrução Contábil nº 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Engloba os recebíveis faturados, até a data de encerramento do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

(e) Estoques

Os materiais em estoque de manutenção, classificados no ativo circulante e os materiais destinados a investimentos, classificados no ativo intangível em curso estão registrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização.

(f) Não Circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses seguintes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

(g) Imobilizado

O imobilizado está registrado ao custo (sendo os bens adquiridos no Brasil, acrescidos de atualizações monetárias até 1995). Os bens são depreciados pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas.

(h) Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A amortização é calculada pelo método linear, tomando por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro, conforme determina a Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de outubro de 2015.

Os encargos de amortização, correspondentes à parcela de reavaliação de bens intangíveis, são registrados diretamente nas contas de despesas, sendo procedida a realização da reserva de reavaliação diretamente para a conta de sobras ou perdas do exercício.

Parte da amortização registrada na despesa é transferida para a respectiva conta redutora das Obrigações Especiais, apurando a taxa média de amortização dos ativos correspondentes e aplicando-a sobre o saldo das obrigações especiais.

(i) Obrigações Especiais

As obrigações especiais correspondem ao saldo de valores e/ou bens recebidos de Municípios e Estados, da União Federal e de Consumidores em geral, relativos a doações e participações em investimentos realizados em conjunto com a permissionária, conforme previsto na instrução contábil nº 6.3.14 do MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Inclui também os recursos de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e de Pesquisa e Eficiência Energética – PEE. Em atendimento à previsão do MCSE.

(j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos – *Impairment*

Consoante ao que determina a NBC TG 01 (R3), aprovada pela resolução 1.292/10 do CFC, que trata da redução do ativo ao seu valor recuperável, apesar de não ter sido elaborado trabalho técnico específico, foram reunidas evidências de que não existem ativos com valores superiores aos possíveis de serem recuperados pelo uso ou pela venda.

Ainda, considerando que o contrato de permissão prevê que os valores dos ativos serão recuperados na tarifa, através da amortização ou de custos previstos na empresa de referência, e que no final da permissão os bens remanescentes serão indenizados, o entendimento da Administração da Ceriluz Distribuição é de que não há evidência de ativos cujos valores não serão recuperáveis.

(k) Benefícios a Empregados

Os pagamentos de benefícios tais como salário, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência.

(l) Empréstimos e Financiamentos

Os saldos dos empréstimos e financiamentos incluem o valor principal, os juros, variações monetárias e demais encargos contratuais incorridos até a data do balanço, pelo custo amortizado.

(m) Valor Presente de Ativos e Passivos de Longo Prazo

Os ativos e passivos de longo prazo da Cooperativa são, quando aplicável, ajustados a valor presente utilizando taxas de desconto que refletem a melhor estimativa da Cooperativa.

(n) Provisão para Contingências

Os passivos contingentes são constituídos sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações contábeis, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor do correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate destes depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade.

(o) Apuração do Resultado

A Cooperativa tem como prática a adoção do regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento dos ingressos/receitas e dispêndios/despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

(p) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES

As despesas com assistência técnica, educacional e social, realizadas no exercício, foram contabilizadas originalmente em contas de despesa. No encerramento do exercício, o respectivo valor foi revertido da conta do FATES para a conta Sobras ou Perdas do Exercício.

As referidas despesas totalizaram R\$ 655.113,21 em 2017 e resultaram de pagamento de assistência médica, seguro de vida, estudos, treinamento e auxílio educacional aos colaboradores, e assistência médica, auxílio pecúlio e palestras aos associados, conforme permite a legislação.

(q) Regime de Tributação

O regime de tributação da Cooperativa é o Lucro Real.

NOTA 06 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2017	2016
Caixa	1.121,31	883,66
Depósitos Bancários	766.730,86	454.214,71
Numerário em Trânsito	105.481,19	80.383,23
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	873.333,36	535.481,60

NOTA 07 - CONSUMIDORES

Consumidores	VALORES CORRENTES						VALORES RENEGOCIADOS						Total Líquido 2017	Total Líquido 2016
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/ Devedores Duvidosos	RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA		Provisão p/ Devedores Duvidosos		
	Até 30 dias	Mais de 30 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
Fornecimento de Energia	6.043.310,30	-	502.783,62	3.766,21	2.747,54	65.802,09	(66.579,68)	7.239,79	22.702,35	5.607,66	5.099,76	(4.166,35)	6.588.313,29	5.447.490,51
- Residencial	183.032,23	-	58.440,71	55,23	364,46	13.124,47	(13.544,44)	2.687,80	2.667,56	632,76	-	-	247.460,80	194.047,08
- Industrial	1.459.806,20	-	11.310,83	-	-	11.356,82	(11.356,82)	1.792,62	597,54	-	334,47	(334,47)	1.473.507,19	1.556.243,32
- Comercial	795.930,84	-	88.760,90	50,46	125,19	5.365,14	(5.538,49)	685,44	9.943,90	1.772,77	881,24	(881,24)	895.096,15	590.521,20
- Rural	1.895.845,81	-	336.548,94	3.427,68	2.251,39	32.597,41	(32.781,68)	2.047,06	8.255,08	3.202,13	3.474,80	(2.496,65)	2.252.371,97	1.761.000,23
- Poderes Públicos	27.335,76	-	2.785,36	232,84	6,48	3.358,25	(3.358,25)	-	-	-	409,25	(453,99)	30.315,72	18.715,70
- Iluminação Pública	17.524,62	-	-	-	-	-	-	-	1.130,79	-	-	-	18.655,41	12.880,70
- Serviço Público	287.427,77	-	6.936,86	-	-	-	-	26,87	107,48	-	-	-	294.498,98	131.419,65
- Fornecimento Não Faturado	1.376.407,07	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.376.407,07	1.182.662,63
Serviço Taxado	666,23	-	429,36	16,30	21,69	2.117,98	(2.115,21)	-	-	-	-	-	1.136,35	1.838,17
Participação Financeira	36.691,00	126.549,65	5.781,54	-	-	-	-	-	-	-	-	-	168.932,19	136.462,10
Outros Créditos	235.568,47	-	17.099,16	284,15	250,61	2.846,49	(2.174,24)	-	-	-	-	-	253.634,64	46.303,29
Total	6.316.146,00	126.549,65	526.053,68	4.066,66	3.019,84	70.566,56	(70.869,13)	7.239,79	22.702,35	5.607,66	5.099,76	(4.166,35)	7.012.016,47	5.631.894,07

Os valores a receber são provenientes do fornecimento de energia elétrica e prestação de serviço aos associados da Cooperativa e estão registrados no ativo circulante.

A provisão para devedores duvidosos foi mensurada e reconhecida a partir dos parâmetros recomendados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O valor de R\$ 75.035,48 é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas que possam ocorrer na realização financeira dos créditos a receber.

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA. - CERILUZ**NOTA 08 - SERVIÇOS EM CURSO**

	2017	2016
Manutenção de Redes	181.309,57	81.598,64
Total Serviços em Curso	181.309,57	81.598,64

NOTA 09 - TRIBUTOS COMPENSÁVEIS**Ativo Circulante**

	2017	2016
ICMS a Recuperar Curto Prazo	539.365,76	596.043,44
IRRF a Compensar	56.892,51	-
IRRF a Recuperar	11.063,70	95.723,24
Total Tributos Compensáveis AC	607.321,97	691.766,68

Ativo Não Circulante

	2017	2016
ICMS a Recuperar Longo Prazo	658.236,97	699.506,06
Total Tributos Compensáveis ANC	658.236,97	699.506,06

Os créditos de ICMS a recuperar referem-se ao valor do ICMS pago na aquisição de imobilizados e intangíveis relacionados a atividade de Distribuição, instituído pela Lei Complementar nº 87/1996, que serão recuperados mensalmente na razão de 1/48 conforme determina a Lei Complementar nº 102/2000.

NOTA 10 - ESTOQUES

	2017	2016
Almoxarifado de Manutenção de Redes	490.379,20	336.969,15
Almoxarifado da Oficina de Transformadores	-	40.417,41
Resíduos e Sucatas	12.834,30	176.863,31
Total Estoques	503.213,50	554.249,87

Os materiais destinados a investimento no serviço permitido não estão registrados nesse grupo de contas, pois conforme preceitua o MCSE, na contabilidade regulatória os mesmos integram o ativo imobilizado em curso, por consequência na societária está compondo o Intangível em Curso.

NOTA 11 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2017	2016
Banrisul Capitalização	9.000,00	46.006,90
BB Capitalização	912,40	1.000,00
Banco do Brasil	650.000,00	250.000,00
Banrisul RDB/CDB	467.542,56	400.000,00
Sicredi Catuípe	-	300.000,00
Sicredi Augusto Pestana	1.884.022,40	1.865.139,97
Total Títulos e Valores Mobiliários	3.011.477,36	2.862.146,87

-20-

NARDON, NASI - AUDITORES INDEPENDENTES S/S

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA. - CERILUZ**NOTA 12 - DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE**

	2017	2016
Prêmio de Seguro de Veículos	7.331,78	18.140,98
Publicidade	30.114,00	25.050,00
Total Despesas Pagas Antecipadamente	37.445,78	43.190,98

NOTA 13 - OUTROS RECEBÍVEIS

	2017	2016
CDE Aneel	832.329,31	491.255,11
Empregados	116.914,45	115.187,69
Adiantamento a Fornecedores	67.047,21	127.639,96
Outros Devedores	47.332,56	12.068,98
Alienação de Bens e Direitos	-	20.850,00
Dispêndios a Reembolsar	598.251,24	79.601,52
Encargo de Uso da Rede Elétrica	14.013,07	14.028,15
Desativações e Alienações	322.879,64	149.273,99
Total Outros Recebíveis	1.998.767,48	1.009.905,40

NOTA 14 - ATIVOS FINANCEIROS

Os valores se referem à constituição e registro dos componentes financeiros ativos em curso em relação ao próximo reajuste tarifário.

	2017	2016
Componentes Financeiros em Constituição	467.310,29	391.305,40
Componentes Financeiros em Amortização	278.721,05	-
Total Ativos Financeiros	746.031,34	391.305,40

NOTA 15 - INDENIZAÇÃO PELA CONCESSÃO A RECEBER

	2017	2016
Em Serviço		
Máquinas - Redes de Distribuição	2.012.738,65	1.244.822,23
Máquinas - Subestação CERILUZ 01	252.131,51	240.147,86
Máquinas - Subestação CERILUZ 02	572.345,33	-
Terrenos - Subestação CERILUZ 02	18.000,00	-
Total Indenização pela Concessão a Receber	2.855.215,49	1.484.970,09

Tais ativos correspondem à parcela dos bens e instalações, que em função de suas vidas úteis e do prazo de permissão, não estarão amortizados ao final do mesmo. Conforme previsto no contrato de permissão o valor dos mesmos será objeto de indenização.

NOTA 16 - INVESTIMENTOS

O valor de recuperação do ágio sobre investimentos é avaliado anualmente de acordo com os critérios e métodos estabelecidos pela NBC TG 01 (R3) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Para os exercícios sociais apresentados não foram identificadas quaisquer perdas por redução ao valor recuperável para os ágios da Cooperativa.

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA. - CERILUZ

Investimentos	2017	2016
Composição dos Investimentos em Sociedades Cooperativas	62.648,54	57.453,10
Participação FECOERGS	549,87	549,87
Participação SICREDI Augusto Pestana	51.974,86	49.032,89
Participação SICREDI Catuípe	6.159,81	4.582,34
Participação CRESOL Santo Augusto	3.507,00	2.854,00
Participação CREHNOR Noroeste Ijuí	310,00	310,00
Participação CRESOL Augusto Pestana	147,00	124,00
Composição de Incentivos Fiscais	5.372,37	5.372,37
Ações FINOR	2.554,24	2.554,24
Ações FINAM	2.749,39	2.749,39
Ações EMBRAER	68,74	68,74
Total	68.020,91	62.825,47

NOTA 17 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL
a) Imobilizado em Serviço e em Curso

O imobilizado está registrado ao custo (sendo os bens adquiridos no Brasil, acrescidos de atualizações monetárias até 1995) e inclui os encargos financeiros incorridos durante o período de construção. Os bens são depreciados pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas.

Imobilizado	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Residual	
			2017	2016
Em Serviço	2.633.310,98	(653.669,40)	1.979.641,58	926.724,15
Edificações	64.538,70	(46.402,45)	18.136,25	20.285,40
Máquinas e Equipamentos	174.806,57	(34.731,35)	140.075,22	61.937,52
Veículos	2.349.297,68	(572.364,60)	1.776.933,08	804.501,23
Terrenos	40.000,00	-	40.000,00	40.000,00
Móveis e Utensílios	4.668,03	(171,00)	4.497,03	-
Em Curso	285.986,69	-	285.986,69	867.931,87
Adiantamento a Fornecedores	276.986,69	-	276.986,69	407.080,40
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	18.890,80
Móveis e Utensílios	-	-	-	4.668,03
Veículo	9.000,00	-	9.000,00	403.856,15
A Ratear	-	-	-	33.436,49
Total	2.919.297,67	(653.669,40)	2.265.628,27	1.794.656,02

b) Intangível em Serviço e em Curso

Intangível	Custo	Amortização Acumulada	Valor Residual	
			2017	2016
Em Serviço	64.339.391,05	(21.536.426,36)	42.802.964,69	38.483.630,28
Software	498.705,95	(294.439,59)	204.266,36	74.271,51
Máquinas e Equipamentos	63.840.685,08	(21.241.986,76)	42.598.698,32	38.409.358,76
Terrenos	0,01	-	0,01	0,01
Edificação	0,01	(0,01)	-	-
Em Curso	5.495.181,41	-	5.495.181,41	11.857.607,70
Software	96.655,50	-	96.655,50	281.389,00
Máquinas e Equipamentos	2.007.976,07	-	2.007.976,07	8.273.525,88
Terrenos	-	-	-	18.000,00
Edificação	-	-	-	573.408,86
Materiais em Depósito	2.909.473,20	-	2.909.473,20	2.711.283,96
Adiantamento a Fornecedores	481.076,64	-	481.076,64	-
Total	69.834.572,46	(21.536.426,36)	48.298.146,10	50.341.237,98

Conforme o Decreto nº 41.019/1957, os bens e instalações utilizados principalmente na distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução Normativa nº 691/2015 da ANEEL, entretanto, regulamentou a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

c) ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão

Essa instrução define a forma de contabilização dos ativos de concessões e permissões. O impacto nas Demonstrações Contábeis foi a transferência dos saldos do Ativo Imobilizado e das Obrigações Especiais para o Ativo Intangível referente ao direito de cobrança de tarifa dos consumidores (direito de exploração da Permissão), e eventual registro de um ativo financeiro, representando um direito incondicional da Cooperativa de recebimento de caixa (indenização), mediante reversão dos ativos ao término da permissão. Desta prática, a permissionária deve reconhecer receitas e custos na forma da Seção 23 da NBC TG 1000 (receitas) relativos a prestação de serviços de construções e melhoria na infraestrutura (serviços de construção e melhoria), desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção (nota 29 e 30) estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

d) Vidas Úteis e Taxas de Depreciação

Em 11 de agosto de 2015 a ANEEL, através da Resolução Normativa nº 674, determinou a adoção de novas taxas de depreciação, às quais resultaram de estudos realizados para revisão da vida útil dos bens patrimoniais.

O valor contabilizado como despesa de depreciação e amortização no exercício de 2017 foi de R\$ 2.661.659,27.

Taxas de Depreciação (%)

Distribuição:	
Banco de Capacitores	6,67%
Chave de Distribuição	6,67%
Condutor do Sistema	3,57%
Estrutura do Sistema	3,57%
Regulador de Tensão	4,35%
Religador de Tensão	4,00%
Transformador de Distribuição	4,00%
Transformador de Medida	4,35%
Administração:	
Equipamento Geral	6,25%
Direitos, Marcas e Patentes – Software	20,00%
Edificação	3,33%
Veículos	14,29%

e) Redução ao Valor Recuperável - Impairment

A Administração entende ter direito contratual assegurado no que diz respeito à indenização dos bens vinculados ao final das concessões/permisões de serviço público, admitindo, por hora, e até que se edite regulamentação sobre o tema, a valorização dessa indenização pelo valor dos livros. Assim, a premissa de valorização do ativo residual ao final das concessões/permisões ficou estabelecida nos valores registrados contabilmente. Diante dessas premissas, a Cooperativa não identificou necessidade de constituição de provisão para *impairment*.

NOTA 18 - FORNECEDORES

	2017	2016
Encargos de Uso de Rede Elétrica	122.653,67	41.057,99
Suprimento de Energia	334.938,94	-
Materiais e Serviços	1.221.725,25	1.014.181,11
Total Fornecedores	1.679.317,86	1.055.239,10

NOTA 19 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	2017	2016
Tributos e Contribuições Sociais Retidos na Fonte	301.286,12	277.789,93
Consignação em Favor da Concessionária	15.709,78	29.083,01
Previsão de Férias	1.025.267,99	924.950,71
Total Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.342.263,89	1.231.823,65

NOTA 20 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

	2017	2016
Passivo Circulante		
ICMS a Recolher	192.884,48	143.993,24
CSLL a Recolher	3.860,61	10.798,70
IRPJ a Recolher	2.458,06	9.188,18
PIS s/ Faturamento	14.959,30	12.756,83
COFINS s/ Faturamento	69.042,90	58.877,55
ISSQN a Recolher	3.829,28	2.592,58
INSS a Recolher	5.147,68	2.011,54
PIS/COFINS a Recolher	5.394,44	2.931,62
Imposto de Renda a Recolher	2.079,28	1.164,30
Contribuição Social a Recolher	1.477,91	803,18
Outros	312,38	272,40
Total Tributos e Contribuições Sociais a Recolher	301.446,32	245.390,12

NOTA 21 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 2017 não foram obtidos novos empréstimos, somente houve a contemplação de dois consórcios e a aquisição de mais dois.

	Encargos Financeiros	Vencimento			
		Curto Prazo		Longo Prazo	
		2017	2016	2017	2016
Ban. Finape	5,5% a.a.	-	113.906,25	-	-
Banrisul BNDES Automático	TJLP + 4,9% a.a.	780.228,70	780.228,70	818.155,91	1.591.262,58
Encargos	-	7.431,60	11.240,56	-	-
Consórcios	-	59.449,70	13.982,67	32.827,00	-
Total Empréstimos e Financiamentos		847.110,00	919.358,18	850.982,91	1.591.262,58

-24-

NARDON, NASI - AUDITORES INDEPENDENTES S/S

NOTA 22 - OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

	2017	2016
Consumidor	9.378,10	4.987,00
Outros Credores	1.104.100,21	2.845.860,77
Total Outros Passivos Circulantes	1.113.478,31	2.850.847,77

a) Consumidor

Refere-se a consumidores (associados) da Cooperativa de Distribuição de Energia que autorizam em documento junto ao setor de faturamento, uma autorização para debitar o valor de sua livre escolha para beneficiar a entidade de sua região, seguro residencial, energia recebida em duplicidade e compensações a consumidores.

b) Outros Credores

Convênios de arrecadação de Iluminação pública firmado com as prefeituras, valores recebidos que estão em classificação, credores diversos e PERT.

No ano de 2010 a Cooperativa foi autuada pela receita federal através do auto de lançamento nº 10108000/00295/10 devido a dedução da base de cálculo do valor das despesas administrativas e financeiras. Devido as chances remotas de reverter o auto de lançamento a Cooperativa aderiu ao Refis na forma da Lei 12.996 de 18 de junho de 2014 no qual pagaria o referido débito em 180 vezes. Em 2017 foi feita o cancelamento do Refis e aderiu ao PERT por ser mais vantajoso para a Cooperativa. O saldo a pagar referente ao PERT no curto prazo é de R\$ 762.203,55.

NOTA 23 - PROVISÃO PARA LITÍGIOS

A Cooperativa é parte envolvida em ações trabalhistas, cíveis e tributárias, e está discutindo estas questões na esfera judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são estimadas e atualizadas pela Administração que as considera prováveis, amparada pela opinião da assessoria jurídica da Cooperativa.

Contingências	Curto Prazo	Longo Prazo	Valor Estimado 2017	Valor Estimado 2016
Trabalhistas	-	1.150.000,00	1.150.000,00	1.000.000,00
Cíveis	6.673,18	-	6.673,18	6.673,18
Total	6.673,18	1.150.000,00	1.156.673,18	1.006.673,18

No ano de 2017 foram baixados R\$ 250.000,00 de provisões trabalhistas e constituído mais R\$ 400.000,00 para suportar eventuais perdas em processos cíveis e trabalhistas de caráter indenizatório, considerando o prognóstico de nossa assessoria jurídica.

A Cooperativa tem outros processos que a assessoria jurídica indicou como possíveis de perda que somam o montante de R\$ 3.395.526,61.

-25-

NOTA 24 - PASSIVOS FINANCEIROS

Os valores se referem ao registro da neutralidade dos encargos setoriais (Parcela "A") - denominados custos não gerenciáveis e corresponde à diferença entre os valores destes encargos reconhecidos na Revisão Tarifária em relação ao mercado verificado, bem como, a provisão de constituição (em curso) de passivos regulatórios - componentes financeiros em relação ao próximo Reajuste Tarifário.

	2017	2016
Componentes Financeiros em Constituição	41.685,05	3.070,62
Componentes Financeiros Reconhecidos	110.852,81	2.524.294,73
(-) Amortização de Componentes Financeiros Reconhecidos	(55.426,38)	(1.262.147,34)
Total Passivos Financeiros	97.111,48	1.265.218,01

NOTA 25 - ENCARGOS SETORIAIS

	2017	2016
P&D - Empresa	72.794,67	66.665,92
Programa de Eficiência Energética - P.E.E.	244.685,88	224.084,95
Encargos CDE	273.326,01	315.683,34
Bandeiras Tarifárias	1.038.120,53	161.793,43
Total Encargos Setoriais	1.628.927,09	768.227,64

CDE - Conta de Desenvolvimento Energético: foi criada através da Lei 10438/2002, no artigo 13, visando além do desenvolvimento energético dos estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, a promoção da universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional, devendo os seus recursos observar as vinculações previstas em Lei. Este encargo na forma da Lei 12783/2013 e regulamentada pelo Decreto 7891/2013 teve suas finalidades alteradas com vistas a modicidade tarifária.

NOTA 26 - OUTROS CREDORES

	2017	2016
Retenção Causas Trabalhistas	21.585,50	21.585,50
Refis	7.269,70	978.985,32
Total Outros Credores	28.855,20	1.000.570,82

NOTA 27 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**27.1. Capital Social**

O Capital Social da Cooperativa, no valor de R\$ 6.646.661,96 é formado por cotas partes referente a 15.117 associados em 31 de dezembro de 2017.

27.2. Natureza e Finalidade das Reservas

a) Fundo de Reserva: é indivisível para distribuição entre os cooperados, mas a sua constituição é obrigatória conforme a Lei nº 5.764/1971. Sendo constituído de 45% (antes de 2014 30%) das sobras do exercício social, além de eventuais destinações a critério da Assembleia Geral, destina-se à cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos;

-26-

NARDON, NASI - AUDITORES INDEPENDENTES S/S

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA - CERILUZ

- b) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES: também é indivisível entre os cooperados, sendo constituído a partir de 2014 por 5% (antes de 2014 20%) das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, conforme previsão estatutária, destinado à cobertura de gastos com assistência técnica e social dos cooperados, seus dependentes, e dos próprios empregados. Sua constituição é estabelecida pela Lei 5.764/1971;
- c) Fundo de Manutenção e Expansão: é constituído por 30% das sobras líquidas do exercício social, além de eventuais destinações da Assembleia Geral, e destina-se a cobrir investimentos e/ou despesas de manutenção e expansão do patrimônio, podendo ainda ser aplicado em todas as iniciativas que visem ao desenvolvimento social ou econômico da Cooperativa.

27.3. Sobras à Disposição da Assembleia Geral Ordinária

	2017	2016
Resultado do Exercício	7.815.205,99	5.770.911,55
Destinações de Caráter Fiscal - FATES	268.062,37	385.860,67
Destinações de Caráter Legal Estatutário:	6.037.714,90	4.308.040,69
Fundo de Reserva Legal	3.396.214,63	2.423.272,89
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	377.357,18	269.252,54
Fundo de Manutenção e Expansão	2.264.143,09	1.615.515,26
Sobras à Disposição da Assembleia Geral Ordinária	1.509.428,72	1.077.010,19

As sobras apuradas após a constituição das reservas ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária para deliberação quanto a sua destinação.

NOTA 28 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações Gerais e Gerenciamento de Riscos

A Cooperativa mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controle de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão reconhecidas na contabilidade e os principais instrumentos financeiros são:

- Caixa e Equivalentes de Caixa: apresentados na nota 06;
- Consumidores: apresentados na nota 07;
- Empréstimos e Financiamentos: apresentados na nota 21.

b) Valor Justo

	2017		2016	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Caixa e Equivalentes de Caixa	873.333,36	873.333,36	535.481,60	535.481,60
Consumidores	7.012.016,47	7.012.016,47	5.631.894,07	5.631.894,07
Empréstimos e Financiamentos	1.698.092,91	1.698.092,91	2.510.620,76	2.510.620,76
Total	9.583.442,74	9.583.442,74	8.677.996,43	8.677.996,43

-27-

NARDON, NASI - AUDITORES INDEPENDENTES S/S

c) Classificação dos Instrumentos Financeiros

	Mantidos para Negociação	Mantidos até o Vencimento	Destinados a Venda	Empréstimos e Recebíveis
Ativos Financeiros	-	7.885.349,83	-	7.885.349,83
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	873.333,36	-	873.333,36
Consumidores	-	7.012.016,47	-	7.012.016,47
Passivos Financeiros	-	1.698.092,91	-	1.698.092,91
Empréstimos e Financiamentos	-	1.698.092,91	-	1.698.092,91

d) Fatores de Risco que Podem Afetar os Negócios

Risco de Taxas de Juros: esse risco é oriundo da possibilidade de a empresa vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que aplicadas aos seus passivos e ativo captados (aplicados) no mercado.

Risco de Taxas de Câmbio: esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando as despesas financeiras (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo), de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

Risco de Crédito: advém da possibilidade da Cooperativa não receber valores decorrentes de operações de distribuição de energia elétrica ou de créditos detidos junto a instituições financeiras, gerados por operações de aplicação financeira.

Risco de Gerenciamento de Capital: advém da escolha da Cooperativa em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações.

NOTA 29 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2017	2016
Receita Operacional Bruta	59.053.102,89	54.179.746,65
Fornecimento de Energia Elétrica – TE	14.112.675,19	12.108.436,20
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica – TUSD	33.525.605,70	29.563.780,92
Energia Não Faturada	193.744,44	1.182.662,63
Ativos e Passivos Regulatórios	1.503.542,58	(876.804,36)
Outras Receitas	7.212.276,36	6.805.519,99
Receita de Construção	2.505.258,62	5.396.151,27
Tributos sobre Ingressos/Receita	9.156.083,07	(7.984.709,13)
ICMS	8.362.344,71	(7.258.879,10)
COFINS	651.300,27	(589.456,77)
PIS	141.115,07	(127.715,63)
ISS	1.323,02	(8.657,63)
Encargos do Consumidor	6.327.449,58	(5.691.239,29)
Conta Desenvolvimento Energético – CDE	3.576.413,43	(5.277.704,18)
Programa Eficiência Energética – PEE	-	(59.532,64)
P&D	-	(67.732,01)
Bandeiras Tarifárias	2.631.138,65	(185.506,99)
TFSEE	119.897,50	(100.763,47)
Receita Operacional Líquida	43.569.570,24	40.503.798,23

a) Receita de Construção

Correspondem aos valores aplicados no ativo intangível e que, conforme a ITG 01 aprovada pela Resolução CFC 1.261/2009, deve ser registrada como receita. Em contrapartida, registramos também o custo correspondente, decorrente do direito de receber o valor investido através da tarifa, durante o período de permissão, bem como a indenização relativa à parcela não amortizada dos mesmos, ao final do mencionado período.

-28-

NARDON, NASI - AUDITORES INDEPENDENTES S/S

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA. - CERILUZ

NOTA 30 - CUSTO DO SERVIÇO

Custo da Energia Elétrica	2017	2016
Energia Elétrica Comprada para Revenda	7.601.824,18	7.246.369,29
Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição	6.882.141,41	5.614.209,09
Total	14.483.965,59	12.860.578,38

Custo da Operação	2017	2016
Pessoal	6.424.173,07	6.925.232,93
Materiais	3.384.475,07	1.338.693,93
Serviços de Terceiros	1.697.331,64	1.354.960,65
Depreciações/Amortizações	2.641.077,02	2.119.409,67
Outros Custos	122.335,38	530.497,93
Total	14.269.392,18	12.268.795,11

a) Custo de Construção

Custo de Construção	2017	2016
Custo de Construção	2.505.258,62	5.396.151,27
Total	2.505.258,62	5.396.151,27

Correspondem aos valores aplicados no ativo intangível e que, conforme a ITG 01 aprovada pela Resolução CFC 1.261/2009, deve ser registrada como custo. Em contrapartida, registramos também a receita correspondente, decorrente do direito de receber o valor investido através da tarifa, durante o período de permissão, bem como a indenização relativa à parcela não amortizada dos mesmos, ao final do mencionado período.

NOTA 31 - DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Pessoal e Administradores	2.237.214,15	1.865.497,92
Materiais	160.590,34	176.837,84
Serviços de Terceiros	1.678.881,91	1.233.708,73
Depreciações/Amortizações	20.582,25	67.676,04
Outras Despesas	1.668.419,19	1.914.737,60
Total Despesas Operacionais	5.765.687,84	5.258.458,13

NOTA 32 - SEGUROS

A Cooperativa efetua a contratação de seguros para os seus veículos, utilizados para deslocamentos em estradas intermunicipais e seguro de vida para os colaboradores, de acordo com o nível de risco existente e de obrigações contratuais.

NOTA 33 - NOTA EXPLICATIVA DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Cooperativa sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Cooperativa, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar as informações financeiras.

-29-

NARDON, NASI - AUDITORES INDEPENDENTES S/S

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Informações Trimestrais e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09– Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Cooperativa representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

NOTA 34 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO E ATIVIDADES DE NEGÓCIOS**a) Segmentos e Atividades de Negócios**

Distribuição de Energia: é composta de linhas, redes, subestações e demais equipamentos associados e tem por finalidade: a) distribuir energia elétrica e garantir o livre acesso ao sistema para os fornecedores e consumidores; b) permitir o fornecimento de energia elétrica a consumidores; e quando for o caso, c) garantir o suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

b) Áreas Geográficas

A área de ação, para efeito de admissão de associados e prestação de serviços a que se propõe são todas as localidades compreendidas pelas poligonais definidas em contratos e aditivos de permissão firmados com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 2017

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	4
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	24
NOTAS EXPLICATIVAS	31
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	52

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 2015/2018

Presidente: Iloir de Pauli

Vice-presidente: Valmir Elton Seifert

1º vogal: Luiz Auri Visioli

2º vogal: Roque Costa Beber

CONSELHO FISCAL EFETIVO (2017/2018)

Sidnei João Montagner

Ângelo Paulo Przybytowicz

Carlos Karlinski

CONSELHO FISCAL SUPLENTE

Marlene Bussler

Nelson Dallabrida

Grasiele de Siqueira Beier

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO

Senhoras e Senhores Associados,

As informações e números aqui apresentados demonstram o intenso trabalho desenvolvido pela Cooperativa, seus gestores e colaboradores, com o objetivo de garantir, por um lado, energia de qualidade aos nossos consumidores, de modo que estes possam desempenhar seu trabalho e usufruir do conforto que a energia elétrica oferece, enquanto que, por outro, os investimentos realizados são feitos com responsabilidade, a fim de garantir o equilíbrio financeiro da Cooperativa.

DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

A Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda. – CERILUZ é uma sociedade cooperativa, regida pela lei 5.764/71, fundada em 20/08/1966, com sede em Ijuí/RS, com o objetivo social de prestar serviços aos seus 15.117 associados, atuando na área de distribuição de energia elétrica em vinte e seis municípios da sua região de abrangência.

- **Ligações de Consumidores**

Em 2017, tivemos um incremento de 59 novas unidades consumidoras, uma evolução de 0,43% em relação à 2016, com destaque para 79 serviço público, 34 residenciais e 20 comerciais. As demais classes tiveram redução no número de unidades consumidoras.

2012	Consumidores	2013	2014	2015	2016	2017
1.220	Residencial	1.257	1.371	1.464	1.540	1.574
667	Comercial	661	670	678	679	699
41	Industrial	46	54	56	58	46
10.752	Rural	10.881	10.975	11.047	11.142	11.109
170	Poderes Públicos	171	167	164	166	137
27	Iluminação Pública	29	29	29	29	29
16	Serviço Público	39	39	39	71	150
12.893	Total	13.084	13.305	13.477	13.685	13.744
	Variação	1,48%	1,69%	1,29%	1,54%	0,43%

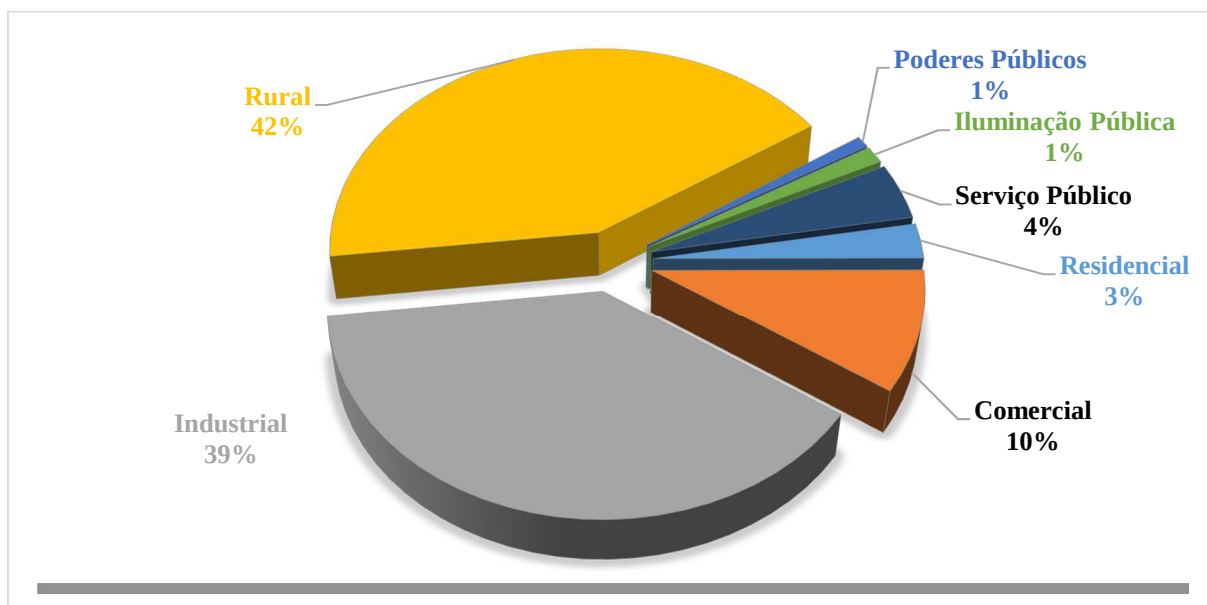
• Comportamento do mercado

A Ceriluz registrou um crescimento no fornecimento de energia elétrica no ano de 2017 em relação ao ano de 2016. A Cooperativa totalizou a distribuição de 121,1 milhões de quilowatts/hora (kWh) no ano de 2017, número 5,13% superior aos 115,2 milhões kWh do ano anterior. Fazendo análise do percentual de consumo por classe, a classe que mais consumiu energia foi a rural com 42%, seguida da industrial com 39%. A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período.

2012	Mercado Atendido - GWh	2013	2014	2015	2016	2017
97.012	Energia Faturada	100.116	117.389	114.898	120.694	120.890
97.012	Fornecimento	100.116	117.389	114.898	120.694	120.890
2.391	Residencial	2.464	2.937	3.058	3.307	3.392
11.516	Comercial	12.345	13.288	12.262	11.518	12.480
28.767	Industrial	31.255	42.124	45.106	46.621	44.948
47.545	Rural	47.091	51.355	46.423	51.201	51.304
1.088	Poderes Públicos	999	1.146	1.082	1.067	958
1.219	Iluminação Pública	1.226	1.313	1.345	1.634	1.584
4.486	Serviço Público	4.736	5.226	5.622	5.346	6.224
1.810	Uso da Rede de Distribuição	7.144	1.729	379	493	660
1.810	Consumidores Livres/Dist/ Ger.	7.144	1.729	379	493	660
-	Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
98.822	Total	107.260	119.118	115.277	121.187	121.550
	Variação	8,54%	11,06%	-3,22%	5,13%	0,30%

Na sequência, o gráfico apresenta o percentual de consumo por classe.

Gráfico 1: Consumo por Classe de Consumidores



- **Número de consumidores**

O número de consumidores faturados em 2017 apresentou um crescimento de 0,43% sobre o ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Classe	2017	2016	Δ%
Residencial	1574	1540	2,21
Industrial	46	58	(20,69)
Comercial	699	679	2,95
Rural	11109	11142	(0,30)
Outros	316	266	18,80
Total	13.744	13.685	0,43

- **Tarifas**

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2017, atingiu R\$ 281,18/MWh um aumento de 2,75% com relação à dezembro de 2016. As tarifas de energia da Ceriluz tiveram elevação no ano de 2017. Em reunião realizada pela diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) definiu-se um reajuste médio de 15,88%, que passou a valer a partir do dia 30 de julho

O último reajuste tarifário foi baseado na nova metodologia adotada pela Aneel para as Permissionárias de Serviço Público, que adota uma forma de cálculo mais apropriada para as cooperativas, considerando suas características de valorização e participação dos associados. Pela nova metodologia a agência entende que as cooperativas devem ter maior autonomia para definição das tarifas, respeitando os interesses dos associados e a realidade de custos operacionais da organização, uma vez que os associados participam das decisões tomadas. No quadro que segue mostra as tarifas médias de fornecimento em R\$/Mwh.

Classe	2017	2016	Δ%
Residencial	376,07	368,54	2,04
Industrial	302,74	294,42	2,83
Comercial	368,64	362,66	1,65
Rural	273,98	264,97	3,40
Suprimento	84,49	77,64	8,82
Total	281,18	273,65	2,75

- **Qualidade do Fornecimento**

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada na tabela a seguir:

Ano	DEC (horas)	FEC (interrupções)	TMA Tempo Médio de Atendimento (horas)
2017	13,53	10,82	2,04
2016	14,43	9,53	1,73
2015	15,65	12,88	1,68
2014	20,83	20,61	1,53
2013	29,60	37,51	1,96
2012	35,20	33,23	2,02

- **Atendimento ao Cooperado/Consumidor**

A Ceriluz disponibiliza aos seus associados diversos canais de comunicação e acesso, entre eles, o atendimento telefônico pelo número 0800 513130 gratuito e com 24 horas de atendimento, para comunicação de falta de energia e serviços de emergência. Temos nossa Sede Administrativa em Ijuí e três escritórios de atendimento nas cidades de Catuípe, Chiapetta e Ajuricaba com atendimento presencial em horário comercial. Também possuímos o site www.ceriluz.com.br onde o associado pode buscar informações do seu interesse.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS**COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA****CNPJ: 87.656.989/0001-74****BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO****(Valores em R\$)**

ATIVO	Notas	2017	2016
CIRCULANTE		14.971	11.802
Caixa e equivalentes de caixa	5	873	535
Consumidores	6	7.012	5.632
Serviços em curso	7	181	82
Tributos compensáveis	8	607	692
Almoxarifado operacional	9	503	554
Despesas pagas antecipadamente	11	38	43
Ativos regulatórios	13	746	392
Títulos e Valores Mobiliários	10	3.012	2.862
Outros ativos circulantes	12	1.999	1.010
NÃO CIRCULANTE		106.590	110.828
Tributos compensáveis	8	658	699
Depósitos judiciais e cauções	21	5	5
Investimentos	14	68	63
Outros ativos não circulantes		181	181
Imobilizado	15	105.377	109.525
Intangível	15	301	355
TOTAL DO ATIVO		121.561	122.630

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

**ILOIR DE PAULI**
PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91**RUBIO FABRICIO MICHAEL**
CONTADOR
CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA

CNPJ: 87.656.989/0001-74

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO

(Valores em R\$)

PASSIVO		2017	2016
CIRCULANTE		7.016	8.343
Fornecedores	16	1.679	1.055
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	847	919
Obrigações sociais e trabalhistas	17	1.342	1.232
Tributos	18	302	246
Encargos setoriais	22	1.629	768
Provisão para Litígios	21	7	7
Passivos regulatórios	23	97	1.265
Outros passivos circulantes	20	1.113	2.851
NÃO CIRCULANTE		8.130	9.030
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	851	1.591
Provisão para litígios	21	1.150	1.000
Outros passivos não circulantes	24	29	1.001
Obrigações Vinculadas à Permissão	31	6.100	5.438
TOTAL DO PASSIVO		15.146	17.373
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25		
Capital social		6.647	6.649
Reservas de capital		568	568
Reserva de sobras		38.174	32.520
Reservas de Reavaliação		59.517	64.443
Sobras à disposição da Assembleia		1.509	1.077
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		106.418	105.257
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		121.561	122.630

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

**ILOIR DE PAULI**

PRESIDENTE

CPF 166.969.800-91

**RUBIO FABRICIO MICHAEL**

CONTADOR

CRC-RS 079358

CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA

CNPJ: 87.656.989/0001-74

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE

(Valores em R\$)

	Nota	2017	2016
Receita / Ingresso	31	56.300	49.330
Fornecimento de energia elétrica		14.306	12.414
Disponibilização do sistema de distribuição		33.526	29.564
Ativos e Passivos Regulatórios		1.503	1.120
Serviços cobráveis		7	8
Doações, contrib. e subvenções		6.958	6.224
Tributos		(9.155)	(7.976)
ICMS		(8.363)	(7.259)
PIS-PASEP		(141)	(128)
COFINS		(651)	(589)
Encargos - Parcela "A"		(6.327)	(5.692)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		0,00	(68)
Programa de Eficiência Energética - PEE		0,00	(60)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(3.576)	(5.278)
Taxa de Fiscalização - TFSEE		(120)	(101)
Outros encargos		(2.631)	(185)
Receita líquida / Ingresso líquido		40.818	35.662
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(14.484)	(12.860)
Energia elétrica comprada para revenda		(7.602)	(7.246)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição		(6.882)	(5.614)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		26.334	22.802
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(22.201)	(19.867)
Pessoal e administradores		(8.661)	(8.791)
Material		(3.545)	(1.515)
Serviços de terceiros		(3.376)	(2.589)
Arrendamentos e aluguéis		(48)	(47)
Seguros		(63)	(51)
Provisões		(306)	(504)
(-) Recuperação de despesas		545	204
Tributos		(90)	(119)
Depreciação e amortização		(5.504)	(5.222)
Gastos diversos		(1.153)	(1.233)
Outras receitas operacionais		246	564
Outras despesas operacionais		(676)	(695)
Resultado da Atividade		3.703	2.804
Resultado Financeiro		108	(66)
Despesas financeiras		(434)	(709)
Receitas financeiras		542	643
Resultado antes dos impostos sobre os lucros		3.811	2.738
Contribuição social		(34)	(50)
Imposto de renda		(69)	(116)
Resultado líquido do exercício		3.708	2.572

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR
CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA

CNPJ: 87.656.989/0001-74

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - DRA

(Valores em R\$)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE	31.12.2017	31.12.2016
RECURSOS		
Resultado do Período	3.708	2.572
Demais Resultados	4.108	4.183
Realização de Reservas Reavaliação	610	599
Realização de Reservas Reavaliação	2.843	3.035
Utilização FATES	655	549
Resultado Líquido do Período	7.816	6.755
DESTINAÇÕES		
Destinações de Caráter Fiscal - FATES	268	386
Destinações de Caráter Legal	6.308	4.308
Reserva Legal 45% - Artigo 47	3.396	2.423
FATES - 5% - Artigo 47	378	269
Reserva Manutenção Redes 30%	2.264	1.616
SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA A.G.O.	1.509	1.077
RESULTADO DE EQUALIZAÇÃO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO	1	984

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

**ILOIR DE PAULI**
PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91**RUBIO FABRICIO MICHAEL**
CONTADOR
CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA

CNPJ: 87.656.989/0001-74

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL

(Valores em R\$)

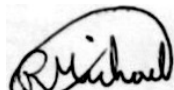
DEMONST. DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de reavaliação	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	6.648	568	69.374	27.389	1.144	105.123
Realização do Capital	1	-	-	-	-	1
Destinação conforme à A.G.O.:	-	-	-	-	(1.144)	(1.144)
Realização de reservas	-	-	(4.931)	-	-	(4.931)
Equalização Resultado Societário/Regulatório	-	-	-	984	-	984
Sobras Líquidas do Exercício	-	-	-	-	1.077	1.077
Aplicação FATES	-	-	-	(549)	-	(549)
Destinação Estatutária das Sobras	-	-	-	4.697	-	4.697
Saldo em 31 de dezembro de 2016	6.649	568	64.443	32.521	1.077	105.258
Realização do Capital	(2)	-	-	-	-	(2)
Destinação conforme à A.G.O.:	-	-	-	-	(1.077)	(1.077)
Realização de reservas	-	-	(4.926)	-	-	(4.926)
Sobras Líquidas do Exercício	-	-	-	-	1.509	1.509
Aplicação FATES	-	-	-	(655)	-	(655)
Destinação Estatutária das Sobras	-	-	-	6.308	-	6.308
Saldo em 31 de dezembro de 2017	6.647	568	59.517	38.174	1.509	106.415

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

**ILOIR DE PAULI**

PRESIDENTE

CPF 166.969.800-91

**RUBIO FABRICIO MICHAEL**

CONTADOR

CRC-RS 079358

CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA

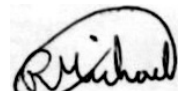
CNPJ: 87.656.989/0001-74

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - DFC - MÉTODO DIRETO

(valores em R\$)

	2017	2016
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
(+) Arrecadação Venda de Energia	51.619	48.110
(+) Arrecadação TUSD Consumidores Livres	307	372
(+) Serviço Taxado	8	8
(+) Recebimento de Subvenção Baixa Renda	6.616	6.282
(+) Outros Recebimentos Operacionais	324	3.098
(-) Fornecedores - Materiais e Serviços	(15.314)	(9.972)
(-) Fornecedores - Energia Elétrica	(9.978)	(12.861)
(-) Salários e Encargos Sociais	(10.607)	(9.155)
(-) Tributos sobre a Receita - Federais	(877)	(896)
(-) Tributos sobre a Receita - Estaduais	(7.617)	(6.467)
(-) Encargos de Transmissão	(2.891)	(1.687)
(-) Demais Encargos Regulatórios	(5.483)	(5.685)
(-) Outras Despesas Operacionais	(694)	(1.336)
(-) Impostos, taxas e contribuições	(647)	(649)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	4.766	9.162
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
(+) Alienação de Imobilizado	288	135
(+) Recebimento Líquido de Receitas Financeiras	-	4
(+) Resgates/ Recebimentos de Ativos Financeiros	2.874	5
(-) Saque para Aplicações em Ativos Financeiros	(2.793)	(2.460)
(-) Aquisição Bruta de Imobilizado	(4.221)	(3.945)
(+) Participação Financeira do Consumidor em Obras	582	996
(-) Outras Movimentações de Investimentos	-	(1.144)
Caixa Líquido Provenientes das Atividades de Investimentos	(3.270)	(6.409)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
(-) Empréstimo Concedido	(23)	(1.315)
(-) Serviço da Dívida a Empresas Não Relacionadas - CP	(339)	(1.373)
(-) Serviço da Dívida a Empresas Não Relacionadas - LP	(796)	(786)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamentos	(1.158)	(3.474)
Caixa Líquido Gerado no Período	338	(721)
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	535	1.256
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	873	535
Variação das contas Caixa e Equivalentes a Caixa	338	(721)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

**ILOIR DE PAULI**
PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91**RUBIO FABRICIO MICHAEL**
CONTADOR
CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA

CNPJ: 87.656.989/0001-74

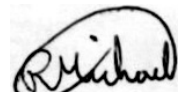
INSC. ESTADUAL: 065/0021908

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

(valores em R\$)

	2017	%	2016	%
1. Receitas	56.548	100,00	48.775	100,00
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	49.336	87,25	41.978	86,06
Outras receitas (ativos não circulantes e ativos construídos para uso próprio)	7.212	12,75	6.797	13,94
2. Insumos Adquiridos de Terceiros	23.196	41,02	19.410	39,79
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	14.484	25,61	16.085	32,98
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	8.712	15,41	3.325	6,80
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	33.352	58,98	29.365	60,21
4. Depreciação, amortização e exaustão	5.504	9,73	2.187	4,48
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO PELA EMPRESA (3-4)	27.848	49,25	27.178	55,72
6. Valor Adicionado Recebido em Transferência	542	0,96	602	1,23
Receitas financeiras, aluguéis e royalties	542	0,96	602	1,23
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	28.390	50,21	27.780	56,96
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal	6.640	11,74	6.985	14,32
Remuneração direta	4.518	7,99	4.782	9,80
Benefícios	1.966	3,48	1.489	3,05
Encargos Sociais - F.G.T.S. e PIS Folha	156	0,28	714	1,46
Impostos, taxas e contribuições	17.607	31,14	15.640	32,07
Federais	9.244	16,35	8.381	17,18
Estaduais	8.362	14,79	7.259	14,88
Municipais	1	0,00	-	-
Remuneração de capitais de terceiros	434	0,77	532	1,09
Juros	434	0,77	532	1,09
Remuneração de capitais próprios	3.709	6,56	4.623	9,48
Lucros retidos	3.709	6,56	4.623	9,48
9. TOTAL DO VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	28.390	50,21	27.780	56,96

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

**ILOIR DE PAULI**
PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91**RUBIO FABRICIO MICHAEL**
CONTADOR
CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Nota 1 - Contexto Operacional

A Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda. – Ceriluz Distribuição é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, fundada em 20 de agosto de 1966, com sede na cidade de Ijuí, estado do Rio Grande do Sul e tem como principal objetivo o desenvolvimento sócio/econômico através da distribuição de energia elétrica e serviços de interesse de seu quadro de associados pessoas físicas ou jurídicas.

A entidade é regida pela Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971 que regulamenta o sistema cooperativista no país e tem como finalidade a prestação de serviços aos seus cooperados nas localidades compreendidas pelas poligonais definidas em contratos e aditivos de permissão firmados com a ANEEL.

Nota 2 – Contratos de Permissão

A Cooperativa CERILUZ-DISTRIBUIÇÃO, em 27 de maio de 2010, firmou o contrato de permissão de serviço público de distribuição de Energia Elétrica com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 036/2010 com prazo de vencimento previsto para maio de 2040, com possibilidade de prorrogação por mais 30 anos, a critério do poder concedente.

De acordo com o estabelecido no Contrato de Permissão do serviço público de distribuição de energia elétrica, as tarifas são reajustadas anualmente no mês de julho e revisadas a cada 4 anos.

Tanto os reajustes como as revisões possuem critérios e metodologias próprias, as quais são definidas pelo órgão regulador ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. A ANEEL estabelece uma tarifa diferente para cada agente (concessão ou permissão) de distribuição de energia em função das particularidades de cada distribuidora e o seu mercado.

As tarifas de energia elétrica devem permitir ao agente uma receita/faturamento suficiente para cobrir seus custos operacionais eficientes, remunerar os investimentos realizados, permitindo sua expansão e o equilíbrio econômico e financeiro da permissão. O Contrato também prevê que a permissionária deve ter estrutura apropriada e condizente com seu mercado, distribuindo uma energia dentro dos padrões técnicos definidos.

Nota 3 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Milhares de Reais e foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Fiscal.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as normas e pronunciamentos de contabilidade emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC na forma da NBC TG 1000, aprovada pela resolução 1.255/2009 do CFC. Tais demonstrações contábeis ainda estão de acordo com a legislação fiscal e comercial em vigor e a Lei nº 5.764/1971 que trata especificamente das sociedades

cooperativas, além de atender a legislação específica das permissionárias de energia elétrica emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL.

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração utilize estimativas e premissas que afetem os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis, bem como os valores reconhecidos de receitas e despesas durante o exercício. Os resultados reais podem ser diferentes das estimativas.

Essas demonstrações seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, exceto quando especificado em contrário.

Nota 4 - Alterações em Práticas Contábeis

Com o advento da Lei nº 11.638/2007, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade (IAS e IFRS), novos pronunciamentos técnicos vêm sendo expedidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, em consonância com as referidas normas internacionais de contabilidade e convertidos em Normas Brasileiras de Contabilidade.

Nota 5 – Sumário das Principais Práticas Contábeis

(a) Moeda Funcional

A moeda funcional da entidade é o real (R\$).

(b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os fluxos de caixa dos investimentos de curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplicações e resgates). As aplicações de curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias são consideradas como caixa e equivalentes. Os demais investimentos, com vencimentos superiores a 90 dias, são reconhecidos a valor justo e registrados em investimentos a curto prazo.

(c) Contas a Receber

Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na realização.

(d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Esta provisão é reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas de contas a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Em relação as contas a receber de consumidores, a mesma é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidas a mais de 90 dias, da classe comercial vencidos a mais de 180 dias e da classe industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos a mais de 360 dias, conforme definido na Instrução Contábil nº 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Engloba os recebíveis faturados, até a data de encerramento do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

(e) Estoques

Os materiais em estoque de manutenção, classificados no ativo circulante e os materiais destinados a investimentos, classificados no ativo intangível em curso estão registrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização.

(f) Não Circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses seguintes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

(g) Imobilizado Em Serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 30 de novembro de 2014. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

(h) Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

(i) Obrigações especiais vinculadas à concessão

As obrigações especiais correspondem ao saldo de valores e/ou bens recebidos de Municípios e Estados, da União Federal e de Consumidores em geral, relativos a doações e participações em investimentos realizados em conjunto com a permissionária, conforme previsto na instrução contábil nº 6.3.14 do MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

(j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Impairment

Consoante ao que determina a NBC TG 01 (R3), aprovada pela resolução 1.292/10 do CFC, que trata da redução do ativo ao seu valor recuperável, apesar de não ter sido elaborado trabalho técnico específico, foram reunidas evidências de que não existem ativos com valores superiores aos possíveis de serem recuperados pelo uso ou pela venda.

Ainda, considerando que o contrato de permissão prevê que os valores dos ativos serão recuperados na tarifa, através da amortização ou de custos previstos na empresa de referência, e que no final da permissão os bens remanescentes serão indenizados, o entendimento da Administração da Ceriluz Distribuição é de que não há evidência de ativos cujos valores não serão recuperáveis.

(k) Benefícios a Empregados

Os pagamentos de benefícios tais como salário, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência.

(l) Empréstimos e financiamentos

Os saldos dos empréstimos e financiamentos incluem o valor principal, os juros, variações monetárias e demais encargos contratuais incorridos até a data do balanço, pelo custo amortizado.

(m) Valor Presente de Ativos e Passivos de Longo Prazo

Os ativos e passivos de longo prazo da Cooperativa são, quando aplicável, ajustados a valor presente utilizando taxas de desconto que refletem a melhor estimativa da Cooperativa.

(n) Provisão para Contingências

Os passivos contingentes são constituídos sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações contábeis, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor do correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate destes depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade.

(o) Apuração do Resultado

A Cooperativa tem como prática a adoção do regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento dos ingressos/receitas e dispêndios/despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

(p) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES

As despesas com assistência técnica, educacional e social, realizadas no exercício, foram contabilizadas originalmente em contas de despesa. No encerramento do exercício, o respectivo valor foi revertido da conta do FATES para a conta Sobras ou Perdas do Exercício.

As referidas despesas totalizaram R\$ 655.113,21 em 2017 e resultaram de pagamento de assistência médica, seguro de vida, estudos, treinamento e auxílio educacional aos colaboradores, e palestras aos associados, conforme permite a legislação.

(q) Regime de Tributação

O regime de tributação da Cooperativa é o Lucro Real.

(r) Ativos e passivos regulatórios

O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O ativo e passivo regulatório serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

(s) Imobilizado em Curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

(t) Reserva de Reavaliação

É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquidos dos efeitos de imposto de renda e contribuição social - nota explicativa nº 25.3. Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de

reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

(u) Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 25% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

Nota 6 – Caixa e Equivalentes de Caixa

	2017	2016
Caixa	1	1
Depósitos Bancários	767	454
Numerário em Trânsito	105	80
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	873	535

Nota 7 – Consumidores

Consumidores - R\$	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS						
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/ Devedores Duvidosos	RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA		Provisão p/ Devedores Duvidosos	TOTAL 2017 LIQUIDO	TOTAL 2016 LIQUIDO
	Até 30 dias	Mais de 30 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
Fornecimento de Energia	6.043	-	503	4	3	66	(66)	7	23	5	5	(4)	6.589	5.448
- Residencial	183	-	58	-	1	13	(13)	2	3	-	-	-	247	194
- Industrial	1.460	-	11	-	-	11	(11)	2	1	-	-	-	1.474	1.556
- Comercial	796	-	87	-	-	6	(6)	1	10	2	1	(1)	896	591
- Rural	1.896	-	337	4	2	33	(33)	2	8	3	3	(3)	2.252	1.761
- Poderes Públicos	27	-	3	-	-	3	(3)	-	-	-	1	-	31	19
- Iluminação Pública	18	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	19	13
- Serviço Público	287	-	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	294	131
- Fornecimento Não Faturado	1.376	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.376	1.183
- Serviço Taxado	1	-	-	-	-	2	(2)	-	-	-	-	-	1	2
- Participação Financeira	36	127	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	169	136
- Outros Creditos	236	-	17	-	-	3	(3)	-	-	-	-	-	253	46
TOTAL	6.316	127	526	4	3	71	(71)	7	23	5	5	(4)	7.012	5.632

Os valores a receber são provenientes do fornecimento de energia elétrica e prestação de serviço aos associados da Cooperativa e estão registrados no ativo circulante.

A provisão para devedores duvidosos foi mensurada e reconhecida a partir dos parâmetros recomendados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O valor de R\$ 75,1 mil é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas que possam ocorrer na realização financeira dos créditos a receber.

Nota 8 – Serviços em Curso

	2017	2016
Manutenção de Redes	181	82
Total de Serviço Próprio em Curso	181	82

Nota 9 – Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis**Ativo Circulante**

	2017	2016
ICMS a Recuperar Curto Prazo	539	596
IRRF a Compensar	57	-
IRRF a Recuperar	11	96
Total de Tributos Compensáveis	607	692

Ativo Não Circulante

	2017	2016
ICMS a Recuperar Longo Prazo	658	699
Total de Tributos Compensáveis	658	699

Os créditos de ICMS a recuperar referem-se ao valor do ICMS pago na aquisição de imobilizados e intangíveis relacionados a atividade de Distribuição, instituído pela Lei Complementar nº 87/1996, que serão recuperados mensalmente na razão de 1/48 conforme determina a Lei Complementar nº102/2000.

Nota 10 – Estoque

	2017	2016
Almoxarifado de Manutenção de Redes	490	337
Almoxarifado da Oficina de Transformadores	-	40
Resíduos e Sucatas	13	177
Total do Estoque	503	554

Os materiais destinados a investimento no serviço permitido não estão registrados nesse grupo de contas, pois conforme preceitua o MCSE, na contabilidade regulatória os mesmos integram o ativo imobilizado em curso, por consequência na societária está compondo o Intangível em Curso.

Nota 11 – Títulos e Valores Mobiliários

A composição da conta Títulos e Valores Mobiliários é a seguinte:

	2017	2016
Banrisul Capitalização	9	46
BB Capitalização	1	1
Banco do Brasil	650	250
Banrisul RDB/CDB	468	400
Sicredi Catuípe	-	300
Sicredi Augusto Pestana	1.884	1.865
Total Títulos e Valores Mobiliários	3.012	2.862

Nota 12 – Despesas Pagas Antecipadamente

A composição da conta das despesas pagas antecipadamente é a seguinte:

	2017	2016
Prêmio de Seguro de Veículos	8	18
Publicidade	30	25
Total Despesas Pagas Antecipadamente	38	43

Nota 13 - Outros Recebíveis

	2017	2016
CDE Aneel	832	491
Empregados	117	115
Adiantamento a Fornecedores	67	128
Outros Devedores	48	12
Alienação de Bens e Direitos	-	21
Dispêndios a Reembolsar	598	80
Encargo de Uso da Rede Elétrica	14	14
Desativações e Alienações	323	149
Total Outros Recebíveis	1.999	1.010

Nota 14 – Ativos Financeiros

Os valores se referem à constituição e registro dos componentes financeiros ativos em curso em relação ao próximo reajuste tarifário.

	2017	2016
Componentes Financeiros em Constituição	467	392
Componentes Financeiros em Amortização	279	-
Total Ativos Financeiros	746	392

Nota 15 – Investimentos

O valor de recuperação do ágio sobre investimentos é avaliado anualmente de acordo com os critérios e métodos estabelecidos pela NBC TG 01 (R3) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Para os exercícios sociais apresentados não foram identificadas quaisquer perdas por redução ao valor recuperável para os ágios da Cooperativa.

INVESTIMENTOS	2017	2016
Composição dos Investimentos em Sociedades Cooperativas		
Participação FECOERGS	1	1
Participação SICREDI Augusto Pestana	52	49
Participação SICREDI Catuípe	6	5
Participação CRESOL Santo Augusto	4	3
Participação Crehnor Noroeste Ijuí	0	0
Participação Cresol Augusto Pestana	0	0
Total 1	63	57
Composição em Incentivos Fiscais		
Acções FINOR	2	2
Acções FINAM	3	3
Acções EMBRAER	0	0
Total 2	5	5
TOTAL (1+2)	68	63

Nota 16 – Imobilizado e Intangível

16.1) Imobilizado em Serviço e em Curso

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reava - liação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	136.845	10.658	(4.190)	-	-	143.313	6.468	(43.854)	99.458	96.857	4.961	(554)	4.407
Terrenos	280	18	-	-	-	298	18	-	298	280	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benf.	283	-	-	-	-	283	-	(126)	156	163	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	133.947	9.276	(3.176)	-	-	140.047	6.099	(42.768)	97.278	95.636	4.961	(554)	4.407
Veículos	2.335	1.364	(1.014)	-	-	2.685	351	(960)	1.725	778	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	387	98	(189)	-	-	296	(91)	(61)	235	224	150	(129)	21
Terrenos	40	-	-	-	-	40	-	-	40	40	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benf.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	91	94	-	-	-	185	94	(41)	144	67	150	(129)	21
Veículos	256	-	(189)	-	-	67	(189)	(20)	47	117	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	4	-	-	-	4	4	0	4	-	-	-	-
Subtotal	137.232	10.756	(4.379)	-	-	143.609	6.377	(43.915)	99.693	97.081	5.111	(683)	4.428
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reava - liação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	12.421	13.945	(10.023)	(10.658)	-	5.684	(6.736)	-	5.684	12.420	1.673	-	1.672
Máquinas e Equipamentos	8.274	5.730	(2.720)	(9.276)	-	2.008	(6.266)	-	2.008	8.273	726	-	726
Outros	4.147	8.215	(7.303)	(1.382)	-	3.676	(470)	-	3.676	4.147	947	-	946
Administração	23	198	(123)	(98)	-	(0,00)	(24)	-	(0,00)	24	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	19	198	(123)	(94)	-	(0,00)	(19)	-	(0,00)	19	-	-	-
Outros	4	-	-	(4)	-	-	(5)	-	-	5	-	-	-
Subtotal	12.444	14.143	(10.146)	(10.756)	-	5.684	(6.760)	-	5.684	12.444	1.673	-	1.672
Total do Ativo Imobilizado	149.676	24.899	(14.525)	(10.756)	-	149.293	(383)	(43.915)	105.377	109.525	6.784	(683)	6.100

16.2) Intangível em Serviço e em Curso

Intangível - R\$	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe- rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)- (B)+(C)	Amorti- zação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Ativo Intangível em Serviço										
Distribuição	97	47	-	-	-	143	47	(96)	47	2
Servidões						-	-		-	
Softwares	97	47	-			143	47	(96)	47	2
Outros						-	-		-	
Administração	500	120	-	-	-	620	120	(463)	157	71
Softwares	500	120	-	-	-	620	120	(463)	157	71
Outros						-	-		-	
Subtotal	597	167	-	-	-	763	167	(559)	204	73
Ativo Intangível em Curso										
Distribuição	161	-	(18)	(47)	-	97	(65)	-	97	161
Servidões						-	-		-	
Softwares	161	-	(18)	(47)	-	97	(65)		97	161
Outros						-	-		-	
Administração	120	-	-	(119)	-	-	(120)	-	-	120
Softwares	120	-	-	(119)	-	-	(120)		-	120
Outros						-	-		-	
Subtotal	281	-	(18)	(166)	-	97	(185)	-	97	281
Total do Ativo Intangível	878	167	(18)	(166)	-	860	(18)	(559)	301	354

16.3 Depreciação e Amortização

		2017		2016	
Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição		143.312	(43.854)	99.458	96.857
Custo Histórico	4,00%	69.032	(21.834)	47.198	40.598
Reavaliação	4,00%	74.280	(22.020)	52.260	56.259
Administração		296	(61)	235	224
Custo Histórico	4,00%	296	(61)	235	223
Reavaliação	4,00%	-	-	-	1
		143.609	(43.915)	99.693	97.081
Em Curso - R\$ Mil					
Distribuição		5.684	-	5.684	12.420
Administração		-	-	-	24
		5.684	-	5.684	12.444
		149.293	(43.915)	105.377	109.525

Nota 17 – Fornecedores

Os Fornecedores estão assim distribuídos

	2017	2016
Encargos de Uso de Rede Elétrica	122	41
Suprimento de Energia	335	-
Materiais e Serviços	1.222	1.014
Total Fornecedores	1.679	1.055

Nota 18 – Obrigações Sociais e Trabalhistas

	2017	2016
Tributos e Contribuições Sociais Retidos na Fonte	301	278
Consignação em Favor da Concessionária	16	29
Previsão de Férias	1.025	925
Total Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.342	1.232

Nota 19 – Tributos e Contribuições Sociais a Recolher

Os Tributos e contribuições sociais a recolher estão assim distribuídos:

	2017	2016
Passivo Circulante		
ICMS a Recolher	193	144
CSLL a Recolher	4	11
IRPJ a Recolher	3	9
PIS s/ Faturamento	15	13
COFINS s/ Faturamento	69	59
I.S.S.Q.N a Recolher	4	3
INSS a Recolher	5	2
PIS/COFINS a Recolher	5	3
Imposto de Renda a Recolher	2	1
Contribuição Social a Recolher	2	1
Outros	-	-
Total Obrigações Sociais e Trabalhistas	302	246

Nota 20 – Empréstimos e Financiamentos

Em 2017 não foram obtidos novos empréstimos, somente houve a contemplação de dois consórcios e a aquisição de mais dois.

	Saldo Devedor	Encargos Financeiros em %		Vencimento no Curto Prazo		Vencimento no Longo Prazo	
		Em R\$	Em %	Total 2017	Total 2016	Total 2017	Total 2016
Ban. Finame			5,5% a.a	-	114	-	-
Banrisul	BNDS		TJLP	780	780	818	1.591
Automático			4,9% a.a	60	14	33	-
Consórcios			-	7	11	-	-
Encargos			-	847	919	851	1.591
Total			-				

Nota 21 – Outros Passivos Circulantes

	2017	2016
Consumidor	9	5
Outros Credores	1.104	2.846
Total Passivos Circulantes	1.113	2.851

a) Consumidor:

Refere-se a consumidores (associados) da Cooperativa de Distribuição de Energia autorizam em documento junto ao setor de faturamento, uma autorização para debitar o valor de sua livre escolha para beneficiar a entidade de sua região, seguro residencial, energia recebida em duplicidade e compensações a consumidores.

b) A Conta Outros Credores:

Convênios de arrecadação de Iluminação pública firmado com as prefeituras, valores recebidos que estão em classificação, credores diversos e PERT.

No ano de 2010 a cooperativa foi autuada pela receita federal através do auto de lançamento nº 10108000/00295/10 devido a dedução da base de cálculo do valor das despesas administrativas e financeiras. Devido as chances remotas de reverter o auto de lançamento a Cooperativa aderiu ao Refis na forma da Lei 12.996 de 18 de junho de 2014 no qual pagaria o referido débito em 180 vezes. Em 2017 foi feita o cancelamento do Refis e aderiu ao PERT por ser mais vantajoso para a cooperativa. O saldo a pagar referente ao PERT no curto prazo é de R\$ 762.203,55.

Nota 22 – Litigio Trabalhistas:

A Cooperativa é parte envolvida em ações Trabalhistas, Cíveis e Tributárias e está discutindo estas questões na esfera judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são estimadas e atualizadas pela Administração que as considera prováveis, amparada pela opinião da assessoria jurídica da Cooperativa.

Contingências	Curto Prazo	Longo Prazo	Valor Estimado 2017	Valor Estimado 2016
Trabalhistas	-	1.150	1.150	1.000
Cíveis	7		7	7
Total de Contingências	7	1.150	1.157	1.007

No ano de 2017 foram baixados R\$ 250 mil de provisões trabalhistas e constituído mais R\$ 400 mil para suportar eventuais perdas em processos cíveis e trabalhistas de caráter indenizatório, considerando o prognostico de nossa assessoria jurídica.

A cooperativa tem outros processos que a assessoria jurídica indicou como possíveis de perda que somam o montante de R\$ 3.395.526,61.

Nota 23 – Passivos Regulatórios

Os valores se referem ao registro da neutralidade dos encargos setoriais (Parcela “A”) - denominados custos não gerenciáveis e corresponde à diferença entre os valores destes encargos reconhecidos na Revisão Tarifária em relação ao mercado verificado, bem como, a provisão de constituição (em curso) de passivos regulatórios – componentes

financeiros em relação ao próximo Reajuste Tarifário.

	2017	2016
Componentes Financeiros em Constituição	42	3
Componentes Financeiros Reconhecidos	111	2.524
(-) Amortização de Componentes Financeiros Reconhecidos	(56)	(1.262)
Total Passivos Regulatórios	97	1.265

Nota 24 – Encargos Setoriais:

	2017	2016
P&D - Empresa	73	66
Programa de Eficiência Energética - P.E.E.	245	224
Encargos CDE	273	316
Bandeiras Tarifárias	1.038	162
Total Encargos Setoriais	1.629	768

CDE – Conta de Desenvolvimento Energético: foi criada através da Lei 10438/2002, no artigo 13, visando além do desenvolvimento energético dos estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, a promoção da universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional, devendo os seus recursos observar as vinculações previstas em Lei. Este encargo na forma da Lei 12783/2013 e regulamentada pelo Decreto 7891/2013 teve suas finalidades alteradas com vistas a modicidade tarifária.

Nota 25 – Outros Credores

	2017	2016
Retenção Causas Trabalhistas	22	22
Refis	7	979
Total de Outras Contas a Pagar	29	1.001

Nota 26 – Patrimônio Líquido

26.1. Capital Social

O Capital Social da Cooperativa, no valor de R\$ 6.646.661,96 é formado por cotas partes referente a 15.117 associados em 31 de dezembro de 2017.

26.2. Natureza e Finalidade das Reservas

a) Fundo de Reserva: é indivisível para distribuição entre os cooperados, mas a sua constituição é obrigatória conforme a Lei nº 5.764/1971. Sendo constituído de 45%

(antes de 2014 30%) das sobras do exercício social, além de eventuais destinações a critério da Assembleia Geral, destina-se à cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.

b) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES: também é indivisível entre os cooperados, sendo constituído a partir de 2014 por 5% (antes de 2014 20%) das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, conforme previsão estatutária, destinado à cobertura de gastos com assistência técnica e social dos cooperados, seus dependentes, e dos próprios empregados. Sua constituição é estabelecida pela Lei 5.764/1971.

c) Fundo de Manutenção e Expansão: é constituído por 30% das sobras líquidas do exercício social, além de eventuais destinações da Assembleia Geral, e destina-se a cobrir investimentos e/ou despesas de manutenção e expansão do patrimônio, podendo ainda ser aplicado em todas as iniciativas que visem ao desenvolvimento social ou econômico da Cooperativa.

Nota 27 – Instrumentos Financeiros

a) Considerações Gerais e Gerenciamento de Riscos

A Cooperativa mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controle de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão reconhecidas na contabilidade e os principais instrumentos financeiros são:

Caixa e equivalentes de caixa: apresentados na nota 6;

Consumidores: apresentadas na nota 7;

Empréstimos e Financiamentos: apresentados na nota 20.

b) Valor Justo

	2017		2016	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Caixa e Equivalentes de Caixa	873	873	535	535
Contas a Receber	7.012	7.012	5.632	5.632
Empréstimos e Financiamentos	1.698	1.698	2.511	2.511
Total	9.583	9.583	8.678	8.678

c) Classificação dos Instrumentos Financeiros

	Mantidos para Negociação	Mantidos até o Vencimento	Destinados a Venda	Empréstimos e Recebíveis
Ativos Financeiros:				
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	873	-	873
Contas a Receber	-	7.012	-	7.012
Total	-	7.885	-	7.885
Passivos Financeiros:				
Empréstimos e Financiamentos	-	1.698	-	1.698
Total	-	1.698	-	1.698

d) Fatores de Risco que Podem Afetar os Negócios

Risco de Taxas de Juros: esse risco é oriundo da possibilidade de a empresa vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que aplicadas aos seus passivos e ativo captados (aplicados) no mercado.

Risco de Taxas de Câmbio: esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando as despesas financeiras (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo), de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

Risco de Crédito: advém da possibilidade da Cooperativa não receber valores decorrentes de operações de distribuição de energia elétrica ou de créditos detidos junto a instituições financeiras, gerados por operações de aplicação financeira.

Risco de Gerenciamento de Capital: advém da escolha da Cooperativa em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações.

Nota 28 – Seguros:

A cooperativa efetua a contratação de seguros para os seus veículos, utilizados para deslocamentos em estradas intermunicipais e seguro de vida para os colaboradores, de acordo com o nível de risco existente e de obrigações contratuais.

Nota 29 – Nota Explicativa DVA:

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar as informações financeiras.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Informações Trimestrais e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09– Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte

apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Nota 30 – Informações por Segmento e Atividades de Negócios

a) Segmentos e Atividades de Negócios

Distribuição de Energia: é composta de linhas, redes, subestações e demais equipamentos associados e tem por finalidade: a) distribuir energia elétrica e garantir o livre acesso ao sistema para os fornecedores e consumidores; b) permitir o fornecimento de energia elétrica a consumidores; e quando for o caso, c) garantir o suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

b) Áreas Geográficas

A área de ação, para efeito de admissão de associados e prestação de serviços a que se propõe são todas as localidades compreendidas pelas poligonais definidas em contratos e aditivos de permissão firmados com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Nota 31 – Ativos e Passivos Regulatórios

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2016	Adição	Amortização	Remune- ração	Transfe- rências	Saldo em 31/12/2017	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	391	1.483	(1.128)	-	-	746	279	467	746	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	-	30	-	-	-	30	-	30	30	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	391	1.453	(1.128)	-	-	716	279	437	716	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	391	1.483	(1.128)	-	-	746	279	467	746	-
Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2016	Adição	Amortização	Remune- ração	Transfe- rências	Saldo em 31/12/2017	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Passiva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	1.265	2.706	(3.874)	-	-	97	55	42	97	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	-	35	-	-	-	35	-	35	35	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Devoluções Tarifárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	1.265	2.671	(3.874)	-	-	62	55	7	62	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	1.265	2.706	(3.874)	-	-	97	55	42	97	-

Nota 32 - Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

A composição destas obrigações:

32.1 – Obrigações Vinculadas em Serviço

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço		5.111	-	-	5.111
Participação da União, Estados e Municípios	0,00%	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	4,00%	4.961	-	-	4.961
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	0,00%	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	0,00%	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	4,00%	150	-	-	150
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	0,00%	-	-	-	-
Outros	0,00%	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	0,00%	-	-	-	-
Excedente de reativos	0,00%	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	0,00%	-	-	-	-
Outros	0,00%	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS		(684)	-	-	(684)
Participação da União, Estados e Municípios	0,00%	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	0,00%	(554)	-	-	(554)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	0,00%	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	0,00%	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	0,00%	(130)	-	-	(130)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	0,00%	-	-	-	-
Outros	0,00%	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	0,00%	-	-	-	-
Excedente de reativos	0,00%	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	0,00%	-	-	-	-
Outros	0,00%	-	-	-	-
Total		4.427	-	-	4.427

32.2 - Obrigações vinculadas em curso

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe- rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amorti- zação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Em curso	1.520	2.483	-	(2.331)	-	1.673	-	-	1.673	1.520
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	717	1.253	-	(1.438)	-	533	-	-	533	717
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	135	601	-	(593)	-	143	-	-	143	135
Valores Não Aplicados	1	350	-	(300)	-	50	-	-	50	1
Outros	667	279	-	-	-	947	-	-	947	667
Ultrapassagem de demanda	320	193	-	-	-	513	-	-	513	320
Excedente de reativos	347	86	-	-	-	434	-	-	434	347
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.520	2.483	-	(2.331)	-	1.673	-	-	1.673	1.520

33 - Receita Operacional Bruta

	Nº Consumidores		KWh Mil		R\$ Mil	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Receita Bruta						
Fornecimento - Faturado	13.740	13.913	120.889.878	120.694	14.392	12.776
Residencial	1.574	1.558	3.391.766	3.307	796	707
Industrial	42	61	44.948.087	46.621	5.089	4.902
Comercial	699	713	12.480.394	11.518	3.084	2.712
Rural	11.109	11.315	51.304.241	51.201	3.860	3.196
Poder público	137	166	957.885	1.067	194	186
Iluminação pública	29	29	1.583.856	1.634	171	140
Serviço público	150	71	6.223.649	5.346	1.198	933
Suprimento Faturado						
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	6	-	660.376	-	33.526	29.564
Consumidores Cativos					33.051	29.564
Consumidores Livres	1		660.376		307	-
Encargos de conexão de agentes de geração	5				168	-
Permissionárias					-	-
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado					-	-
(-) Transferências	-	-	-	-	(279)	(237)
(-) Trsf p/ OE do AIC - Ultrapassagem Demanda					(193)	(154)
(-) Trsf p/ OE do AIC - Excedente de Reativos					(86)	(83)
(-) Trsf p/ OE. do AIC - Difer. Perdas Regulatórias						
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado					194	(125)
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva						
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Dev.						
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Pass. Regulat.					1.503	1.120
Serviços Cobráveis					7	8
Subvenções vinculadas ao serviço concedido					6.958	6.224
Outras Receitas Vinculadas					-	-
Total	13.746	13.913	121.550.254	120.694	56.301	49.330

Nota 34 - Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	2017	2016
Pessoal	8.081	8.282
Remuneração	4.268	4.547
Encargos	1.714	2.106
Previdência privada	-	-
Previdência - Fundação - Mantenedora	-	-
Previdência - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Assistência médica	322	301
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	-	-
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	781	472
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	996	856
Administradores	580	509
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	522	467
Benefícios dos administradores	58	42
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	8.661	8.791

Nota 35 - Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

35.1 - BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO X SOCIETÁRIO

Em 31 de dezembro de 2017, valores apresentados em R\$.

2017				2016		
Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo						
Ativo circulante	14.971	-	14.971	11.802	-	11.802
Caixa e equivalentes de caixa	873	-	873	535	-	535
Consumidores	7.012	-	7.012	5.632	-	5.632
Serviços em curso	181	-	181	82	-	82
Tributos compensáveis	607	-	607	692	-	692
Almoxarifado operacional	503	-	503	554	-	554
Despesas pagas antecipadamente	38	-	38	43	-	43
Ativos regulatórios	746	-	746	392	-	392
Títulos e Valores Mobiliários	3.012	-	3.012	2.862	-	2.862
Outros ativos circulantes	1.999	-	1.999	1.010	-	1.010
Ativo não circulante	106.590	(52.259)	54.331	110.828	(56.259)	54.569.076,22
Tributos compensáveis	658	-	658	699	-	699
Depósitos judiciais e cauções	5	-	5	5	-	5
Investimentos	68	-	68	63	-	63
Indenização pela concessão a receber	35.1	2.855	2.855	-	1.485	1.485
Outros ativos não circulantes	181	-	181	181	-	181
Imobilizado	35.2	105.377	(103.112)	109.525	(107.731)	1.794
Intangível	35.3	301	47.998	355	49.987	50.342
Total do ativo	121.561	(52.259)	69.302	122.630	(56.259)	66.371
Passivo						
Passivo circulante	7.016	-	7.016	8.343	-	8.343
Fornecedores	1.679	-	1.679	1.055	-	1.055
Empréstimos, financiamentos e debêntures	847	-	847	919	-	919
Obrigações sociais e trabalhistas	1.342	-	1.342	1.232	-	1.232
Tributos	302	-	302	246	-	246
Encargos setoriais	1.629	-	1.629	768	-	768
Provisão para Litígios	7	-	7	7	-	7
Passivos regulatórios	97	-	97	1.265	-	1.265
Outros passivos circulantes	1.113	-	1.113	2.851	-	2.851
Passivo não circulante	8.130	-	8.130	9.030	-	9.030
Empréstimos, financiamentos e debêntures	851	-	851	1.591	-	1.591
Provisão para litígios	1.150	-	1.150	1.000	-	1.000
Outros passivos não circulantes	29	-	29	1.001	-	1.001
Obrigações vinculadas a permissão	6.100	-	6.100	5.438	-	5.438
Total do passivo	15.146	-	15.146	17.373	-	17.373
Patrimônio Líquido		-			-	
Capital social	6.647	-	6.647	6.649	-	6.649
Reservas de capital	568	-	568	568	-	568
Reserva de sobras	35.4	38.173	38.173	32.520	-	32.520
Reservas de Reavaliação	35.5	59.517	(52.259)	64.443	(56.259)	8.184
Sobras à disposição da Assembleia	1.510	-	1.510	1.077	-	1.077
Total do patrimônio líquido	106.415	(52.259)	54.156	105.257	(56.259)	48.998
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	121.561	(52.259)	69.302	122.630	(56.259)	66.371

35.2 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIO X SOCIETÁRIO

Em 31 de dezembro de 2017, valores apresentados em R\$.

		2017			2016		
	Nota	Regulatório	Ajustes CPCs	Societário	Regulatório	Ajustes CPCs	Societário
Receita / Ingresso		56.300	-	56.300	49.330	1.119.166,70	48.210.629,11
Fornecimento de energia elétrica	35.6	14.306	-	14.306	12.414	878	13.292
Disponibilização do sistema de distribuição		33.526	-	33.526	29.564	-	29.564
Ativos e Passivos Regulatórios	35.7	1.503	-	1.503	1.120	(1.997)	(877)
Serviços cobráveis		7	-	7	8	-	8
Doações, contrib. e subvenções		6.958	-	6.958	6.224	-	6.224
Tributos		(9.155)	-	(9.155)	(7976)	-	(7.976)
ICMS		(8.363)	-	(8.363)	(7.259)	-	(7.259)
PIS-PASEP		(141)	-	(141)	(128)	-	(128)
COFINS		(651)	-	(651)	(589)	-	(589)
Encargos - Parcela "A"		(6.327)	-	(6.327)	(6.327)	-	(5.692)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		-	-	-	(68)	-	(68)
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-	-	(60)	-	(60)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(3.576)	-	(3.576)	(5.278)	-	(5.278)
Taxa de Fiscalização - TFSEE		(120)	-	(120)	(101)	-	(101)
Outros encargos		(2.631)	-	(2.631)	(185)	-	(185)
Receita líquida / Ingresso líquido		40.818	-	40.818	35.662	(1.119)	34.543
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(14.484)		(14.484)	(12.860)		(12.860)
Energia elétrica comprada para revenda		(7.602)	-	(7.602)	(7.246)	-	(7.246)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição		(6.882)	-	(6.882)	(5.614)	-	(5.614)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		26.334	-	26.334	26.334	(1.119)	21.683
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(22.201)	- 337	(21.864)	(19.867)	(2.361)	(22.228)
Pessoal e administradores		(8.661)	-	(8.661)	(8.791)	-	(8.791)
Material		(3.545)	-	(3.545)	(1.515)	-	(1.515)
Serviços de terceiros		(3.376)	-	(3.376)	(2.589)	-	(2.589)
Arrendamentos e aluguéis		(48)	-	(48)	(47)	-	(47)
Seguros		(63)	-	(63)	(51)	-	(51)
Provisões		(306)	-	(306)	(504)	-	(504)
(-) Recuperação de despesas		545	-	545	204	-	204
Tributos		(90)	-	(90)	(119)	-	(119)
Depreciação e amortização	35.9	(5.504)	2.842	(2.662)	(5.222)	3.035	(2.187)
Gastos diversos	35.10	(1.153)	(2505)	(3.658)	(1.233)	(5.396)	(6.629)
Outras receitas operacionais	35.8	246	2.505	2.751	564	5.396	5.960
Outras despesas operacionais		(676)	-	(676)	(695)		(695)
Resultado da Atividade		3.703	2.842	6.545	2.804	1.916	4.720
Resultado Financeiro		108	-	108	(66)	135	69
Despesas financeiras	35.11	(434)	-	(434)	(709)	176	533
Receitas financeiras	35.11	542	-	542	643	(41)	602
Resultado antes dos impostos sobre os lucros		3.811	2.842	6.653	2.738	2.051	4.789
Contribuição social		(34)	-	(34)	(50)	-	(50)
Imposto de renda		(69)	-	(69)	(116)	-	(116)
Resultado líquido do exercício		3.708	2.842	6.550	2.572	2.051	4.622.798,83

36- NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS X SOCIETÁRIAS

Nota 36.1 – Consumidores

A diferença entre os valores apurados na Contabilidade Societária e Contabilidade Regulatória se referem à reversão da energia não faturada do mês de dezembro de 2015 estava registrada apenas na contabilidade regulatória. Após 07/2016 esses valores também formam registrados na contabilidade societária.

Nota 36.2 – Indenização pela Concessão a receber

O Ativo Financeiro Indenizável é decorrente da aplicação do ICPC 01 (R1). Tais ativos correspondem à parcela dos bens e instalações, que em função de suas vidas úteis e do prazo de permissão, não estarão amortizados ao final do mesmo. Conforme previsto no contrato de permissão, o valor do ativo financeiro indenizável será objeto de indenização.

Na Contabilidade Regulatória, todo o valor dos bens e instalações utilizados direta ou indiretamente, exclusiva e permanentemente na prestação de serviço público de energia elétrica, está registrado no ativo imobilizado, conforme determina a Resolução nº 396/2009 e o contrato de permissão.

	2017	2016
Maquinas - Subestação CERILUZ 01	252	240
Máquinas - Redes de Distribuição	2.013	1.245
Maquinas - Subestação CERILUZ 02	572	-
Terrenos - Subestação CERILUZ 2	18	-
Total	2.855	1.485

Nota 36.3 – Imobilizado

O valor dos bens e instalações vinculados às atividades de permissão deverá ser registrado na Contabilidade Regulatória no grupo Ativo Não Circulante – Imobilizado e Intangível, enquanto que na Contabilidade Societária os bens reversíveis da concessão se encontram nos grupos Ativo Financeiro Indenizável e Intangível. Os bens não reversíveis continuam lançados na Contabilidade Societária como Imobilizado.

Na forma da Resolução nº 396/2009, as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica registrarão contabilmente a título de reavaliação compulsória, o montante decorrente da diferença entre o valor contábil e o Valor Novo de Reposição – VNR do Ativo Imobilizado em Serviço – AIS, ajustado pela respectiva

depreciação acumulada, decorrente da reavaliação regulatória compulsória efetuada, nos termos da legislação regulatória, em decorrência da última Revisão Tarifária.

Em 2014, a Aneel pela metodologia aprovada para a 1ª Revisão Tarifária Periódica das permissionárias através da Nota Técnica SER/Aneel nº 189/2014 definiu os novos valores dos ativos que vão compor a BRR – Base de Remuneração e a respectiva depreciação acumulada. Por tratar-se de regramento regulatório, o VNR – Valor Novo de Reposição e a respectiva depreciação acumulada, somente foram reconhecidos na contabilidade regulatória, não sendo reconhecidos na contabilidade societária.

Nota 36.4 – Intangível

Na Contabilidade Societária, por força do ICPC 01 o valor do Intangível corresponde à parcela dos bens, direitos e instalações vinculados a permissão, que será amortizada ao longo do correspondente contrato. Na Contabilidade Regulatória o Intangível é destinado a contabilizações intangíveis em servidões, uso do bem público, software e outros, empregadas pela Permissionária, de modo exclusivo e permanente, na consecução do objeto da mesma para o Serviço Público de Energia Elétrica.

Nota 36.5 – Reserva de Sobras

Considerando que o resultado colocado à disposição da assembleia, assim como as destinações estatutárias e legais devem corresponder ao que foi apurado na Contabilidade Societária, ao registrarmos tais destinações, na Contabilidade Regulatória, requer que a diferença existente no resultado à disposição da assembleia seja transferido para a conta intitulada “Equalização Resultado Regulatório e Societário” no grupo das Reservas de Lucros.

	2017	2016
Equalização do Resultado Regulatório e Societário do Exercício	652,27	60,00
Total	652,27	60,00

Nota 36.6 – Reserva de Avaliação Patrimonial (Reavaliação Regulatória)

A diferença entre os valores apurados na Contabilidade Societária e Regulatória refere-se à contabilização da Reavaliação Regulatória Compulsória dos bens do Ativo Imobilizado, na forma da Resolução 396/2009 e reconhecidos de acordo com a metodologia aprovada para a 1ª Revisão Tarifária Periódica das permissionárias e Nota Técnica nº 189/2014 – SRE/Aneel.

	2017	2016
Reserva de Reavaliação Regulatória de Softwares		(1)
Reserva de Reavaliação Regulatória de Terrenos	279	279
Reserva de Reavaliação Regulatória de Edificações	139	143
Reserva de Reavaliação Regulatória de Máquinas e Equipamentos	51.846	55.747
Reserva de Reavaliação Regulatória de Veículos	(5)	91
Total	52.259	56.259

Nota 36.07 – Ativos e Passivos Regulatórios

O valor apresentado como Ajuste dos CPCs, correspondem aos encargos setoriais pagos mensalmente com base nos valores definidos por ocasião da revisão tarifária e ou reajuste tarifário e aqueles devidamente arrecadados dos consumidores, além do valor correspondente a amortização dos Componentes Financeiros e da Neutralidade da Parcela A do Reajuste Tarifário 2015. Após o mês 07/2016 esses valores também foram registrados na Contabilidade Societária.

Ativo Circulante	2017	2016
Neutralidade da Parcela A	-	779
Componentes Financeiros	-	1.217
Total	-	1.996

Nota 36.08 – Receita de Construção

A diferença verificada nesse grupo se refere à receita de construção (CPC 27), que representa o direito de receber os recursos investidos na permissão, através da tarifa ou indenização no final do contrato. Esta receita é registrada somente na contabilidade societária, em atendimento a ITG 01, aprovada pela resolução CFC 1.261/2009. A contabilidade regulatória, não prevê tratamento para o registro dessa receita. O valor apresentado nessa conta, na Contabilidade Regulatória, corresponde às Outras Receitas e Rendas.

	2017	2016
Receita de Construção	2.505	5.396
Total	2.505	5.396

Nota 36.09 – Depreciação e Amortização

A origem da diferença entre os saldos da Contabilidade Regulatória e da Contabilidade Societária está no tratamento dispensado aos investimentos realizados na permissão. Na Contabilidade Societária tem-se o entendimento que os mesmos geram um direito de recuperação do valor e, portanto, os considera como Intangíveis, os registros da reintegração são efetuados como despesa de amortização.

Na Contabilidade Regulatória os investimentos devem ser contabilizados no ativo imobilizado e os registros da reintegração são efetuados como despesa de depreciação. Desta forma os valores que na Contabilidade Societária estão registrados em contas de amortização, na Contabilidade Regulatória são apresentados em contas de depreciação.

A diferença existente a Contabilidade Regulatória e Societária deve-se pelo reconhecimento das despesas da Depreciação do VNR –Valor Novo de Reposição e por tratar-se de regramento regulatório os efeitos estão registrados somente na Contabilidade Regulatória:

	2017	2016
Depreciação / Amortização do VNR	2.842	3.035
Total	2.842	3.035

Nota 36.10– Custo de Construção

A diferença verificada entre os saldos apurados na Contabilidade Societária e na Contabilidade Regulatória corresponde aos Custos de Construção. A referida conta existe somente na Contabilidade Societária, em virtude de que está previsto na ITG 01 aprovada pela Resolução CFC 1.261/2009 e se destina ao registro dos valores investidos na permissão. Na Contabilidade Regulatória, tais investimentos são contabilizados no ativo imobilizado.

	2017	2016
Custo de Construção	2.505	5.396
Total	2.505	5.396

Nota 36.11 – Receita Financeira / Despesa Financeira

A diferença entre os valores apurados nas Contabilidades Societária e Regulatória se refere ao registro da variação monetária (IPCA) da neutralidade dos encargos setoriais e ativos ou passivos regulatórios. Após o mês 07/2016 esses valores também foram registrados na Contabilidade Societária.

	2017	2016
Variações Monetárias Ativos Regulatórios	-	176
Variações Monetárias Passivos Regulatórios	-	(41)
Total	-	135

Nota 36.12 – Composição do Resultado Abrangente Societário e Regulatório

No quadro abaixo, tendo como base o Demonstrativo Societário de Resultado Abrangente e Sobras ou Perdas a Disposição da Assembleia Geral, são demonstrados os efeitos dos ajustes no resultado regulatório em comparação ao resultado societário. Dentre os ajustes, foi efetuada a recomposição do resultado regulatório pela realização e reversão da Reserva de Reavaliação Regulatória. Considerando que as sobras à disposição da assembleia e as

destinações legais e estatutárias apuradas na societária, devem também servir para a regulatória, encontramos uma diferença de R\$ 984 na conta de saldo a disposição da assembleia, valor este de cunho exclusivamente regulatório, o qual transferimos para a conta Equalização Resultado Regulatório e Societário no grupo das Reservas de Lucros.

DEMONSTRATIVO DE SOBRAS OU PERDAS A DISPOSIÇÃO COMPARATIVO	REGULATÓRIO	AJUSTES	SOCIETÁRIO
RECURSOS			
Resultado do Período	3.708	2.842	6.550
Demais Resultados	4.108	2.843	1.265
Realização de Reservas Reavaliação	610	-	610
Realização de Reservas Reavaliação	2.843	2.843	-
Utilização FATES	655	-	655
Resultado Líquido do Período	7.816	(1)	7.815
DESTINAÇÕES			
Destinações de Caráter Fiscal - FATES	268	-	268
Destinações de Caráter Legal	6.038	-	6.038
Reserva Legal 45% - Artigo 47	3.396	-	3.396
FATES - 5% - Artigo 47	378	-	378
Reserva Manutenção Redes 30%	2.264	-	2.264
SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA A.G.O.	1.509	-	1.509
RESULTADO DE EQUALIZAÇÃO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO	1	(1)	-

Nota 36 – Eventos Subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes entre a data de encerramento do exercício social e de aprovação das demonstrações contábeis para fins de divulgação, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.



NARDON / NASI
Auditores & Consultores

**ACN/CHP/FPF/MM
040/2018**

Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCR

**COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E
DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA. (CERILUZ)**

31 de dezembro de 2017

Relatório sobre a Aplicação de Procedimentos
Previamente Acordados para Atendimento ao
Despacho ANEEL nº 4.356/17, Relativo ao
Manual de Orientação dos Trabalhos de Auditoria
das Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCR
- Resolução ANEEL nº 605/14.

AVENIDA ALBERTO BINS, 600 – 5º ANDAR • FONES (51)3342.9388 / 3342.9424 • CEP 90030-140 • PORTO ALEGRE – RS
RUA EMILIANO PERNETA, 725/CJ. 903 – ED. SAINT LOUIS BUSINESS • FONE (41)3225.4341 • CEP 80420-080 • CURITIBA – PR
www.nardonnasi.com.br • email: nardonnasi@nardonnasi.com.br • Registros CVM – BACEN – OCB • CRCRS 542 • CNPJ 92.838.150/0001-97

RELATÓRIO SOBRE A APLICAÇÃO DE PROCEDIMENTOS PREVIAMENTE ACORDADOS REFERENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS - DCR

Ilmo. Sr.
Iloir de Pauli
MD. Presidente da
COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA. (CERILUZ)
Ijuí – RS

Prezado Senhor

1. Aplicamos os procedimentos determinados no Manual de Orientação dos Trabalhos de Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCR, emitido pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Despacho nº 4.356, de 22 de dezembro de 2017. Os procedimentos descritos neste relatório estão relacionados à reconciliação dos ajustes entre as demonstrações contábeis societárias publicadas e as demonstrações contábeis regulatórias da **COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA. (CERILUZ)**, correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016. A apresentação das demonstrações contábeis regulatórias é obrigatória a partir do exercício de 2011 para fins regulatórios, tanto para a fiscalização do processo de revisão tarifária ordinária/periódica, como para a reversão dos ativos à União, vinculados aos serviços outorgados. No Anexo I estão apresentados os balanços patrimoniais e as demonstrações dos resultados societários reconciliados com os balanços patrimoniais e as demonstrações dos resultados regulatórios para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, demonstrações essas preparadas por e sob a responsabilidade da Administração da Cooperativa.

2. Nossos trabalhos foram realizados de acordo com a NBC TSC 4400 - Trabalhos de Procedimentos Previamente Acordados sobre Informações Contábeis, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aprovada pela Resolução CFC nº 1277/10, aplicável a trabalhos de procedimentos previamente acordados. A suficiência desses procedimentos é de responsabilidade exclusiva da ANEEL. Consequentemente, não estamos expressando qualquer assecuração, nem concluindo quanto à suficiência dos procedimentos descritos abaixo em relação aos propósitos para o qual este relatório foi solicitado, nem para nenhum outro propósito. Os procedimentos foram aplicados com o único intuito de confrontar os ajustes e reclassificações, efetuados pela administração da Cooperativa, ao balanço patrimonial e demonstração do resultado societária para preparação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório, conforme estabelecido pela Resolução ANEEL nº 605/14.



AVENIDA ALBERTO BINS, 600 – 5º ANDAR • FONES (51) 3342.9388 / 3342.9424 • CEP 90030-140 • PORTO ALEGRE – RS
RUA EMILIANO PERNETA, 725/CJ. 903 – ED. SAINT LOUIS BUSINESS • FONE (41) 3225.4341 • CEP 80420-080 • CURITIBA – PR
www.nardonnasi.com.br • email: nardonnasi@nardonnasi.com.br • Registros CVM – BACEN – OCB • CRCRS 542 • CNPJ 92.838.150/0001-97

3. Os procedimentos aplicados e nossas observações estão apresentados a seguir:

I. Imobilizado

1) Confrontar as informações de 31/12/2017 e de 31/12/2016 dos valores regulatórios apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias, por grupo de bens, com os valores do sistema de controle do imobilizado regulatório (procedimento aplicável para distribuidora e transmissora).

- Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

2) Obter a planilha ou relatório com a movimentação do imobilizado regulatório, tendo como ponto de partida os valores de 31/12/2016 e confrontar os saldos com a eventual Base de Remuneração homologada, bem como, confrontar as informações das movimentações de adições, baixas e transferências regulatórias com os valores do sistema de controle do imobilizado regulatório (procedimento aplicável para distribuidora).

- Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

3) Obter a planilha ou relatório com a movimentação anual do imobilizado regulatório, tendo como ponto de partida os valores de 31/12/2016, e confrontar os saldos e as informações das movimentações de 2017 de adições, baixas e transferências regulatórias com os valores do sistema de controle do imobilizado regulatório (procedimento aplicável para transmissora).

- A Cooperativa é uma distribuidora e o procedimento não é aplicável a mesma.

4) Confrontar as informações das movimentações e saldos de depreciação/amortização, por grupo de bens, apresentadas na planilha de movimentação mencionada no item anterior (procedimento aplicável para a distribuidora e transmissora), com os valores/saldos do sistema de controle do imobilizado regulatório.

- Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

5) Confrontar as informações de bens que estão 100% depreciados por grupo de bens com os valores/saldos do sistema de controle imobilizado regulatório (procedimento aplicável para a distribuidora e transmissora).

- Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

6) Selecionar 10 principais adições (por critério de maior valor) e mais 15 adições do imobilizado em serviço selecionadas de forma aleatória da movimentação ocorrida, para distribuidora ou, transmissora, do ano de 2017 e testar as capitalizações (materiais, mão-de-obra, serviços, juros, etc.), conforme critérios constantes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

- Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

7) Selecionar 10 principais baixas (por critério de maior valor) e mais 15 baixas selecionadas de forma aleatória da movimentação ocorrida, para distribuidora ou transmissora, do ano de 2017 e testar a adequação do processo de baixa, conforme critérios constantes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

- Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

8) Com base na seleção do item 6 deste Programa de Trabalho, verificar as evidências de que a data da unitização dos bens atende ao prazo de até 60 dias após o encerramento do imobilizado em curso através da comparação entre a data do encerramento da obra em curso proposta pelo técnico/engenheiro e a data do registro em Ativo Imobilizado em Serviço.

- Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

9) As principais observações e constatações encontradas deverão estar incluídas no Relatório do Auditor Independente (Execução de Procedimentos Previamente Acordados).

- Nada a observar.

II Obrigações Especiais

1) Confrontar os saldos das demonstrações financeiras regulatórias de 31/12/2017 e de 31/12/2016 com a planilha ou relatório de movimentação de obrigações especiais.

- Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

2) Obter a planilha ou relatório com a movimentação das obrigações especiais, tendo como ponto de partida os valores contábeis em 31/12/2016 e confrontar o saldo em 31/12/2017 com a Base de Remuneração homologada, bem como, confrontar as informações das movimentações de adições, baixas e transferências regulatórias com os valores do sistema de controle do imobilizado/obrigações especiais.

- Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

3) Confrontar as informações das movimentações e saldos de amortização, por grupo de bens, apresentadas na planilha de movimentação mencionada no item anterior, com os valores/saldos do sistema de controle imobilizado/obrigações especiais.

- Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

4) Verificar autorização da ANEEL para as eventuais baixas de Obrigações Especiais ocorridas desde a data-base de 31/12/2016.

- Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

5) Selecionar 10 principais adições (por critério de maior valor) e mais 15 adições selecionadas de forma aleatória da movimentação ocorrida desde 31/12/2016 e testar as capitalizações conforme critérios constantes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

- Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

6) Com base na amostra do item anterior, testar a amortização de acordo com o Manual de Contabilidade de Setor Elétrico os valores/saldos do sistema de controle imobilizado/obrigações especiais.

- Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

7) As principais observações e constatações encontradas deverão estar incluídas no Relatório do Auditor Independente (Execução de Procedimentos Previamente Acordados).

- Nada a observar.

III Ativos e passivos regulatórios

III. a) CVA e itens financeiros

1) Obter planilha com saldos de 31/12/2016, a movimentação de 2017 (adições, baixas, atualizações monetárias e transferências), por tipo de componente de CVA, até a data-base de revisão/reajuste tarifário e a movimentação complementar do ano 2017 (adições, baixas, atualizações monetárias e transferências), por tipo de componente de CVA, até 31/12/2017.

- Esse procedimento não é aplicável a Cooperativa.

2) Confrontar os saldos de CVA da data-base da revisão/reajuste tarifário da planilha mencionada no item anterior com os montantes homologados pela ANEEL.

- Esse procedimento não é aplicável a Cooperativa.

3) Testar as 5 maiores constituições de ativos e passivos regulatórios (critério de seleção deverá ser pelos maiores valores).

- Esse procedimento não é aplicável a Cooperativa.

4) Testar as 5 maiores atualizações monetárias de saldos (critério de seleção deverá ser pelos maiores valores).

- Esse procedimento não é aplicável a Cooperativa.

5) Testar as 5 maiores amortizações de ativos e passivos regulatórios (critério de seleção deverá ser pelos maiores valores).

- Esse procedimento não é aplicável a Cooperativa.

6) As principais observações e constatações encontradas deverão estar incluídas no Relatório do Auditor Independente (Execução de Procedimentos Previamente Acordados).

- Nada a observar.

III. b) Diferença entre Tarifa Provisória e Estimativa de Tarifa Definitiva, com base nos critérios definidos para o 1º Ciclo – Permissionárias com a data Revisão Tarifária em 2017.

1) Obter as planilhas preparadas para suportar os cálculos das diferenças entre a tarifa provisória e a estimativa pro-rata de tarifa definitiva e confrontar com os saldos constantes das demonstrações contábeis regulatórias.

- Esse procedimento não é aplicável a Cooperativa.

2) Com base nas informações das planilhas obtidas (indicadas no item anterior), testar os cálculos das diferenças entre o praticado pela concessionária e estimativa pro-rata de tarifa definitiva, confrontando as bases utilizadas com as informações disponibilizadas pela ANEEL.

- Esse procedimento não é aplicável a Cooperativa.

3) As principais observações e constatações encontradas deverão estar incluídas no Relatório do Auditor Independente (Execução de Procedimentos Previamente Acordados).

- Nada a observar.

IV. Demais saldos de contas de ativo, passivo e resultado

1) Para as demais contas de ativo, passivo e resultado que estão apresentadas nas demonstrações contábeis regulatórias e que não apresentam divergências em relação às práticas contábeis adotadas na preparação e divulgação das demonstrações contábeis societárias, confrontar as informações entre estas demonstrações contábeis societárias publicadas e/ou arquivadas na Comissão de Valores Mobiliários - CVM e regulatórias.

- Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

2) Para saldos das demonstrações contábeis societárias que eventualmente foram mensurados com base em práticas contábeis que não estejam alinhadas com as práticas contábeis regulatórias, previstas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, realizar testes da mensuração e movimentação de saldos de 2017.

- Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

3) As principais observações e constatações encontradas deverão estar incluídas no Relatório do Auditor Independente (Execução de Procedimentos Previamente Acordados).

- Nada a observar.

V - Considerando que os procedimentos descritos no item III deste relatório não se constituem em um trabalho de auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, conduzido de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, não expressamos qualquer asseguarção sobre o balanço e demonstração de resultado regulatórios da Cooperativa, tomados em conjunto, nem sobre as contas contábeis das quais foram extraídas as informações constantes do Anexo I.



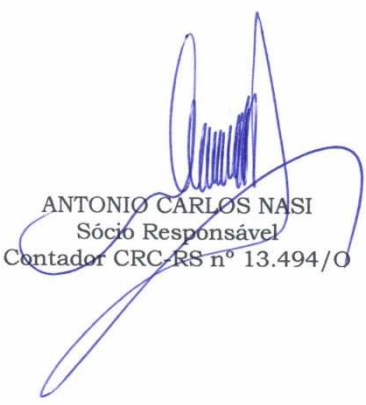
VI - Caso tivéssemos aplicado procedimentos adicionais ou conduzido uma auditoria do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatórios de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, outros assuntos poderiam ter vindo ao nosso conhecimento, os quais teriam sido relatados.

VII - Este relatório destina-se apenas e exclusivamente à finalidade definida no item 1 acima, para informação da Administração da Cooperativa e da ANEEL, não devendo ser utilizado para qualquer outro propósito, nem distribuído a terceiros que não tenham assumido responsabilidade pela suficiência dos, ou que não tenham concordado com os, procedimentos acima descritos, tampouco publicado ou disponibilizado no “site” da Cooperativa ou da ANEEL. Este relatório está relacionado exclusivamente com a reconciliação dos ajustes entre os balanços e demonstrações de resultados societários e os regulatórios da Cooperativa, cuja obrigatoriedade de apresentação passou a ser exigida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e subsequentes, e não se estende às demonstrações contábeis societárias e regulatórias da Cooperativa, tomadas em conjunto.

“Todos os passos previstos neste programa foram devidamente executados e os respectivos resultados encontram-se inseridos em nosso relatório de execução de procedimentos previamente acordados, emitido sob minha responsabilidade.”

Porto Alegre, 29 de março de 2018.

NARDON, NASI – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-RS Nº 542 - CVM Nº 303/4 – OCB Nº 15



ANTONIO CARLOS NASI
Sócio Responsável
Contador CRC-RS nº 13.494/O

Anexo I - Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Regulatórias**1 - Balanços Patrimoniais**

Valores em Milhares de Reais.

ATIVO	Nota	2017	2016
Circulante		14.971	11.802
Caixa e equivalentes de caixa	6	873	535
Consumidores	7	7.012	5.632
Serviços em Curso	8	181	82
Tributos Compensáveis	9	607	692
Almoxarifado Operacional	10	503	554
Despesas Pagas Antecipadamente	12	38	43
Ativos Regulatórios	14	746	392
Títulos e Valores Mobiliários	11	3.012	2.862
Outros Ativos Circulantes	13	1.999	1.010
Não Circulante		106.590	110.828
Tributos Compensáveis	9	658	699
Depósitos Judiciais e Cauções	22	5	5
Investimentos	15	68	63
Outros Ativos Não Circulantes	25	181	181
Imobilizado	16.1	105.377	109.525
Intangível	16.2	301	355
Total do Ativo		121.561	122.630

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2017	2016
Circulante		7.016	8.343
Fornecedores	17	1.679	1.055
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	20	847	919
Obrigações Sociais e Trabalhistas	18	1.342	1.232
Tributos	19	302	246
Encargos Setoriais	24	1.629	768
Provisões para Litígios	22	7	7
Passivos Regulatórios	23	97	1.265
Outros Passivos Circulantes	21	1.113	2.851
Não Circulante		8.130	9.030
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	20	851	1.591
Provisões para Litígios	22	1.150	1.000
Outros Passivos Não Circulantes	25	29	1.001
Obrigações Vinculadas à Concessão	32	6.100	5.438
Patrimônio Líquido	26	106.415	105.257
Capital Social		6.647	6.649
Reservas de Capital		568	568
Reservas de Sobras		38.174	32.520
Reservas de Reavaliação		59.517	64.443
Saldo a Disposição da Assembleia		1.509	1.077
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		121.561	122.630

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

AVENIDA ALBERTO BINS, 600 – 5º ANDAR • FONES (51)3342.9388 / 3342.9424 • CEP 90030-140 • PORTO ALEGRE – RS
RUA EMILIANO PERNETA, 725/CJ. 903 – ED. SAINT LOUIS BUSINESS • FONE (41)3225.4341 • CEP 80420-080 • CURITIBA – PR
www.nardonnasi.com.br • email:nardonnasi@nardonnasi.com.br • Registros CVM – BACEN – OCB • CRCRS 542 • CNPJ 92.838.150/0001-97

2 - Demonstrações do Resultado

Valores em Milhares de Reais.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	Nota	2017	2016
Ingresso / Receita	33	56.300	49.330
Fornecimento de Energia Elétrica		14.306	12.414
Disponibilização do Sistema de Distribuição		33.526	29.564
Ativos e Passivos Regulatórios		1.503	1.120
Serviços Cobráveis		7	8
Doações, Contribuições e Subvenções		6.958	6.224
Tributos e Encargos		(9.155)	(7.976)
ICMS		(8.363)	(7.259)
Pis-Pasep		(141)	(128)
Cofins		(651)	(589)
Encargos parcela "A"		(6.327)	(5.692)
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D		-	(68)
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	(60)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(3.576)	(5.278)
Taxa de Fiscalização - TFSE		(120)	(101)
Outros Encargos		(2.631)	(185)
Receita Operacional Líquida		40.818	35.662
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"		(14.484)	(12.860)
Energia Elétrica Comprovada para Revenda		(7.602)	(7.246)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição		(6.882)	(5.614)
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		26.334	22.802
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"		(22.201)	(19.867)
Pessoal e Administradores		(8.661)	(8.791)
Material		(3.545)	(1.515)
Serviços de Terceiros		(3.376)	(2.589)
Arrendamentos e Aluguéis		(48)	(47)
Seguros		(63)	(51)
Provisões		(306)	(504)
Recuperação de Despesas		545	204
Tributos		(90)	(119)
Depreciação e Amortização		(5.504)	(5.222)
Gastos Diversos		(1.153)	(1.233)
Outras Receitas Operacionais		246	564
Outras Despesas Operacionais		(676)	(695)
Resultado da Atividade		3.703	2.804
Resultado Financeiro		108	(66)
Despesa Financeira		(434)	(709)
Receita Financeira		542	643
Resultado antes dos Impostos sobre os Lucros		3.811	2.738
Contribuição Social		(34)	(50)
Imposto de Renda		(69)	(116)
Lucro (prejuízo)		3.708	2.572

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AVENIDA ALBERTO BINS, 600 – 5º ANDAR • FONES (51)3342.9388 / 3342.9424 • CEP 90030-140 • PORTO ALEGRE – RS
RUA EMILIANO PERNETA, 725/CJ. 903 – ED. SAINT LOUIS BUSINESS • FONE (41)3225.4341 • CEP 80420-080 • CURITIBA – PR
www.nardonnasi.com.br • email:nardonnasi@nardonnasi.com.br • Registros CVM – BACEN – OCB • CRCRS 542 • CNPJ 92.838.150/0001-97

3 - Demonstrações do Resultado Abrangente**Valores em Milhares de Reais.**

Demonstração do Resultado Abrangente	31/12/2017	31/12/2016
RECURSOS		
Resultado do Período	3.708	2.572
Demais Resultados	4.108	4.183
Realização de Reservas Reavaliação	610	599
Realização de Reservas Reavaliação	2.843	3.035
Utilização FATES	655	549
Resultado Líquido do Período	7.816	6.755
DESTINAÇÕES		
Destinações de Caráter Fiscal - FATES	268	386
Destinações de Caráter Legal	6.038	4.308
Reserva Legal 45% - Artigo 47	3.396	2.423
FATES - 5% - Artigo 47	378	269
Reserva Manutenção Redes 30%	2.264	1.616
Sobras a Disposição da A.G.O.	1.509	1.077
Resultado de Equalização Regulatório e Societário	1	984

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



4 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Valores em Milhares de Reais.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Método Direto	2017	2016
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
(+) Arrecadação Venda de Energia	51.619	48.110
(+) Arrecadação TUSD Consumidores Livres	307	372
(+) Serviço Taxado	8	8
(+) Recebimento de Subvenção Baixa Renda	6.616	6.282
(+) Outros Recebimentos Operacionais	324	3.098
(-) Fornecedores - Materiais e Serviços	(15.314)	(9.972)
(-) Fornecedores - Energia Elétrica	(9.978)	(12.861)
(-) Salários e Encargos Sociais	(10.607)	(9.155)
(-) Tributos sobre a Receita - Federais	(877)	(896)
(-) Tributos sobre a Receita - Estaduais	(7.617)	(6.467)
(-) Encargos de Transmissão	(2.891)	(1.687)
(-) Demais Encargos Regulatórios	(5.483)	(5.685)
(-) Outras Despesas Operacionais	(694)	(1.336)
(-) Impostos, Taxas e Contribuições	(647)	(649)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	4.766	9.162
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
(+) Alienação do Imobilizado	288	135
(+) Recebimento Líquido de Receitas Financeiras	0	4
(+) Resgate/Recebimento de Ativos Financeiros	2.874	5
(-) Saque para Aplicação em Ativos Financeiros	(2.793)	(2.460)
(-) Aquisição Bruta de Imobilizado	(4.221)	(3.945)
(+) Participação Financeira do Consumidor em Obras	582	996
(-) Outras Movimentações de Investimentos	0	(1.144)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos	(3.270)	(6.409)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
(-) Empréstimo Concedido	(23)	(1.315)
(-) Serviço da Dívida a Empresas não Relacionadas - CP	(339)	(1.373)
(-) Serviço da Dívida a Empresas não Relacionadas - LP	(796)	(786)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamentos	(1.158)	(3.474)
Caixa Líquido Gerado no Período	338	(721)
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	535	1.256
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	873	535
Variação das Contas de Caixa e Equivalentes de Caixa	338	(721)

AVENIDA ALBERTO BINS, 600 – 5º ANDAR • FONES (51)3342.9388 / 3342.9424 • CEP 90030-140 • PORTO ALEGRE – RS
RUA EMILIANO PERNETA, 725/CJ. 903 – ED. SAINT LOUIS BUSINESS • FONE (41)3225.4341 • CEP 80420-080 • CURITIBA – PR
www.nardonnasi.com.br • email:nardonnasi@nardonnasi.com.br • Registros CVM – BACEN – OCB • CRCRS 542 • CNPJ 92.838.150/0001-97

5 - Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Valores em Milhares de Reais.

	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Reavaliação	Reserva de Lucros	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	6.648	568	69.374	27.389	1.144	105.123
Realização do Capital	1	-	-	-	-	1
Destinação conforme à A.G.O.	-	-	-	-	(1.144)	(1.144)
Realização de Reservas	-	-	(4.931)	-	-	(4.931)
Equalização Resultado Societário/Regulatório	-	-	-	984	-	984
Sobras Líquidas do Exercício	-	-	-	-	1.077	1.077
Aplicação FATES	-	-	-	(549)	-	(549)
Destinação Estatutária das Sobras	-	-	-	4.697	-	4.697
Saldo em 31 de dezembro de 2016	6.649	568	64.443	32.521	1.077	105.258
Realização do Capital	(2)	-	-	-	-	(2)
Destinação conforme à A.G.O.	-	-	-	-	(1.077)	(1.077)
Realização de Reservas	-	-	(4.926)	-	-	(4.926)
Sobras Líquidas do Exercício	-	-	-	-	1.509	1.509
Aplicação FATES	-	-	-	(655)	-	(655)
Destinação Estatutária das Sobras	-	-	-	6.308	-	6.308
Saldo em 31 de dezembro de 2017	6.647	568	59.517	38.174	1.509	106.415



6 - Demonstração do Valor Adicionado – DVA

Valores em Milhares de Reais.

	2017	%	2016	%
Receitas	56.548	100,00%	48.775	100,00%
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	49.336	87,25%	41.978	86,06%
Outras Receitas	7.212	12,75%	6.797	13,94%
Insumos Adquiridos de Terceiros	23.196	41,02%	19.410	39,79%
Custos dos Produtos, Mercadorias e Serviços Vendidos	14.484	25,61%	16.085	32,98%
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	8.712	15,41%	3.325	6,82%
Valor Adicionado Bruto	33.352	58,98%	29.365	60,21%
Depreciação, Amortização e Exaustão	5.504	9,73%	2.187	4,48%
Valor Adicionado Líquido Gerado pela Empresa	27.848	49,25%	27.178	55,72%
Valor Adicionado Recebido em Transferência	542	0,96%	602	1,23%
Receitas Financeiras, Aluguéis e Royalties	542	0,96%	602	1,23%
Valor Adicionado Total a Distribuir	28.390	50,21%	27.780	56,96%
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal	6.640	11,74%	6.985	14,32%
Remuneração direta	4.518	7,99%	4.782	9,80%
Benefícios	1.966	3,48%	1.489	3,05%
Encargos Sociais - F.G.T.S. e PIS Folha	156	0,28%	714	1,46%
Impostos, Taxas e Contribuições	17.607	31,14%	15.640	32,07%
Federais	9.244	16,35%	8.381	17,18%
Estaduais	8.362	14,79%	7.259	14,88%
Municipais	1	0,00%	-	-
Remuneração de Capitais de Terceiros	434	0,77%	532	1,09%
Juros	434	0,77%	532	1,09%
Remuneração de Capitais Próprios	3.709	6,56%	4.623	9,48%
Lucros Retidos	3.709	6,56%	4.623	9,48%
Total do Valor Adicionado Distribuído	28.390	50,21%	27.780	56,96%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**6 - Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em
31 de dezembro de 2017 e 2016
(valores em milhares de reais)**

1. Contexto Operacional

A Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda. – Ceriluz Distribuição é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, fundada em 20 de agosto de 1966, com sede na cidade de Ijuí, estado do Rio Grande do Sul e tem como principal objetivo o desenvolvimento sócio/econômico através da distribuição de energia elétrica e serviços de interesse de seu quadro de associados pessoas físicas ou jurídicas.

A entidade é regida pela Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1.971 que regulamenta o sistema cooperativista no país e tem como finalidade a prestação de serviços aos seus cooperados nas localidades compreendidas pelas poligonais definidas em contratos e aditivos de permissão firmados com a ANEEL.

2. Contratos de Permissão

A Cooperativa CERILUZ-DISTRIBUIÇÃO, em 27 de maio de 2010, firmou o contrato de permissão de serviço público de distribuição de Energia Elétrica com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 036/2010 com prazo de vencimento previsto para maio de 2040, com possibilidade de prorrogação por mais 30 anos, a critério do poder concedente.

De acordo com o estabelecido no Contrato de Permissão do serviço público de distribuição de energia elétrica, as tarifas são reajustadas anualmente no mês de julho e revisadas a cada 4 anos.

Tanto os reajustes como as revisões possuem critérios e metodologias próprias, as quais são definidas pelo órgão regulador ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. A ANEEL estabelece uma tarifa diferente para cada agente (concessão ou permissão) de distribuição de energia em função das particularidades de cada distribuidora e o seu mercado.

As tarifas de energia elétrica devem permitir ao agente uma receita/faturamento suficiente para cobrir seus custos operacionais eficientes, remunerar os investimentos realizados, permitindo sua expansão e o equilíbrio econômico e financeiro da permissão. O Contrato também prevê que a permissionária deve ter estrutura apropriada e condizente com seu mercado, distribuindo uma energia dentro dos padrões técnicos definidos.

AVENIDA ALBERTO BINS, 600 – 5º ANDAR • FONES (51)3342.9388 / 3342.9424 • CEP 90030-140 • PORTO ALEGRE – RS
RUA EMILIANO PERNETA, 725/CJ. 903 – ED. SAINT LOUIS BUSINESS • FONE (41)3225.4341 • CEP 80420-080 • CURITIBA – PR
www.nardonnasi.com.br • email:nardonnasi@nardonnasi.com.br • Registros CVM – BACEN – OCB • CRCRS 542 • CNPJ 92.838.150/0001-97

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais (R\$) e foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Fiscal.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as normas e pronunciamentos de contabilidade emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC na forma da NBC TG 1000, aprovada pela resolução 1.255/2009 do CFC. Tais demonstrações contábeis ainda estão de acordo com a legislação fiscal e comercial em vigor e a Lei nº 5.764/1971 que trata especificamente das sociedades cooperativas, além de atender a legislação específica das permissionárias de energia elétrica emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL.

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração utilize estimativas e premissas que afetem os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis, bem como os valores reconhecidos de receitas e despesas durante o exercício. Os resultados reais podem ser diferentes das estimativas.

Essas demonstrações seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, exceto quando especificado em contrário.

4. Alterações em Práticas Contábeis

Com o advento da Lei nº 11.638/2007, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade (IAS e IFRS), novos pronunciamentos técnicos vêm sendo expedidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, em consonância com as referidas normas internacionais de contabilidade e convertidos em Normas Brasileiras de Contabilidade.

5. Sumário das Principais Práticas Contábeis

(a) Moeda Funcional

A moeda funcional da entidade é o real (R\$).

(b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os fluxos de caixa dos investimentos de curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplicações e resgates). As aplicações de curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias são consideradas como caixa e equivalentes. Os demais investimentos, com vencimentos superiores a 90 dias, são reconhecidos a valor justo e registrados em investimentos a curto prazo.

(c) Contas a Receber

Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na realização.

(d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Esta provisão é reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas de contas a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Em relação às contas a receber de consumidores, a mesma é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidas a mais de 90 dias, da classe comercial vencidas a mais de 180 dias e da classe industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos a mais de 360 dias, conforme definido na Instrução Contábil nº 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Engloba os recebíveis faturados, até a data de encerramento do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

(e) Estoques

Os materiais em estoque de manutenção, classificados no ativo circulante e os materiais destinados a investimentos, classificados no ativo intangível em curso estão registrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização.

(f) Não Circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses seguintes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

(g) Imobilizado em Serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 30 de novembro de 2014. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

AVENIDA ALBERTO BINS, 600 – 5º ANDAR • FONES (51) 3342.9388 / 3342.9424 • CEP 90030-140 • PORTO ALEGRE – RS
RUA EMILIANO PERNETA, 725/CJ. 903 – ED. SAINT LOUIS BUSINESS • FONE (41) 3225.4341 • CEP 80420-080 • CURITIBA – PR
www.nardonnasi.com.br • email:nardonnasi@nardonnasi.com.br • Registros CVM – BACEN – OCB • CRCRS 542 • CNPJ 92.838.150/0001-97



(h) Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

(i) Obrigações especiais vinculadas à concessão

As obrigações especiais correspondem ao saldo de valores e/ou bens recebidos de Municípios e Estados, da União Federal e de Consumidores em geral, relativos a doações e participações em investimentos realizados em conjunto com a permissionária, conforme previsto na instrução contábil nº 6.3.14 do MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

(j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Impairment

Consoante ao que determina a NBC TG 01 (R3), aprovada pela resolução 1.292/10 do CFC, que trata da redução do ativo ao seu valor recuperável, apesar de não ter sido elaborado trabalho técnico específico, foram reunidas evidências de que não existem ativos com valores superiores aos possíveis de serem recuperados pelo uso ou pela venda.

Ainda, considerando que o contrato de permissão prevê que os valores dos ativos serão recuperados na tarifa, através da amortização ou de custos previstos na empresa de referência, e que no final da permissão os bens remanescentes serão indenizados, o entendimento da Administração da Ceriluz Distribuição é de que não há evidência de ativos cujos valores não serão recuperáveis.

(k) Benefícios a Empregados

Os pagamentos de benefícios tais como salário, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência.

(l) Empréstimos e financiamentos

Os saldos dos empréstimos e financiamentos incluem o valor principal, os juros, variações monetárias e demais encargos contratuais incorridos até a data do balanço, pelo custo amortizado.

(m) Valor Presente de Ativos e Passivos de Longo Prazo

Os ativos e passivos de longo prazo da Cooperativa são, quando aplicável, ajustados a valor presente utilizando taxas de desconto que refletem a melhor estimativa da Cooperativa.

(n) Provisão para Contingências

Os passivos contingentes são constituídos sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações contábeis, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor do correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate destes depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade.

(o) Apuração do Resultado

A Cooperativa tem como prática a adoção do regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento dos ingressos/receitas e dispêndios/despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

(p) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES

As despesas com assistência técnica, educacional e social, realizadas no exercício, foram contabilizadas originalmente em contas de despesa. No encerramento do exercício, o respectivo valor foi revertido da conta do FATES para a conta Sobras ou Perdas do Exercício.

As referidas despesas totalizaram R\$ 655.113,21 em 2017 e resultaram de pagamento de assistência médica, seguro de vida, estudos, treinamento e auxílio educacional aos colaboradores, e palestras aos associados, conforme permite a legislação.

(q) Regime de Tributação

O regime de tributação da Cooperativa é o Lucro Real.

(r) Ativos e passivos regulatórios

O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos



custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O ativo e passivo regulatório serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

(s) Imobilizado em Curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

(t) Reserva de Reavaliação

É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social - nota explicativa nº 25.3. Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

(u) Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 25% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

6. Caixa e Equivalentes de Caixa

Contas	2017	2016
Caixa	1	1
Depósitos Bancários	767	454
Numerário em Trânsito	105	80
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	873	535

AVENIDA ALBERTO BINS, 600 – 5º ANDAR • FONES (51) 3342.9388 / 3342.9424 • CEP 90030-140 • PORTO ALEGRE – RS
RUA EMILIANO PERNETA, 725/CJ. 903 – ED. SAINT LOUIS BUSINESS • FONE (41) 3225.4341 • CEP 80420-080 • CURITIBA – PR
www.nardonnasi.com.br • email: nardonnasi@nardonnasi.com.br • Registros CVM – BACEN – OCB • CRCRS 542 • CNPJ 92.838.150/0001-97

7. Consumidores

VALORES CORRENTES								VALORES RENEGOCIADOS							
Consumidores - R\$	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/ Devedores Duvidosos	RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA		Provisão p/ Devedores Duvidosos	TOTAL 2017 LIQUIDO	TOTAL 2016 LIQUIDO	
	Até 30 dias	Mais de 30 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias				
Fornecimento de Energia	6.043	-	503	4	3	66	(66)	7	23	5	5	(4)	6.589	5.448,0	
- Residencial	183	-	58	-	1	13	(13)	2	3	-	-	-	247	194,0	
- Industrial	1.460	-	11	-	-	11	(11)	2	1	-	-	-	1.474	1.556,0	
- Comercial	796	-	87	-	-	6	(6)	1	10	2	1	(1)	896	591,0	
- Rural	1.896	-	337	4	2	33	(33)	2	8	3	3	(3)	2.252	1.781,0	
- Poderes Públicos	27	-	3	-	-	3	(3)	-	-	-	1	-	31	19,0	
- Iluminação Pública	18	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	19	13,0	
- Serviço Público	287	-	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	294	131,0	
- Fornecimento Não Faturado	1.376	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.376	1.183,0	
Serviço Taxado	1	-	-	-	-	2	(2)	-	-	-	-	-	1	2	
Participação Financeira	36	127	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	169	136	
Outros Créditos	236	-	17	-	-	3	(3)	-	-	-	-	-	253	46	
TOTAL	6.316	127	526	4	3	71	(71)	7	23	5	5	(4)	7.012	5.632	

Os valores a receber são provenientes do fornecimento de energia elétrica e prestação de serviço aos associados da Cooperativa e estão registrados no ativo circulante.

A provisão para devedores duvidosos foi mensurada e reconhecida a partir dos parâmetros recomendados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O valor de R\$ 75,1 mil é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas que possam ocorrer na realização financeira dos créditos a receber.



AVENIDA ALBERTO BINS, 600 – 5º ANDAR • FONES (51)3342.9388 / 3342.9424 • CEP 90030-140 • PORTO ALEGRE – RS
 RUA EMILIANO PERNETA, 725/CJ. 903 – ED. SAINT LOUIS BUSINESS • FONE (41)3225.4341 • CEP 80420-080 • CURITIBA – PR
 www.nardonnasi.com.br • email:nardonnasi@nardonnasi.com.br • Registros CVM – BACEN – OCB • CRCRS 542 • CNPJ 92.838.150/0001-97

8. Serviços em Curso

Serviços em Curso	2017	2016
Manutenção de Redes	181	82
Total de Serviço Próprio em Curso	181	82

9. Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis**Ativo Circulante**

Contas	2017	2016
ICMS a Recuperar Curto Prazo	539	596
IRRF a Compensar	57	0
IRRF a Recuperar	11	96
Total de Tributos Compensáveis	607	692

Ativo Não Circulante

Conta	2017	2016
ICMS a Recuperar Longo Prazo	658	699
Total de Tributos Compensáveis	658	699

Os créditos de ICMS a recuperar referem-se ao valor do ICMS pago na aquisição de imobilizados e intangíveis relacionados a atividade de Distribuição, instituído pela Lei Complementar nº 87/1996, que serão recuperados mensalmente na razão de 1/48 conforme determina a Lei Complementar nº 102/2000.

10. Estoque

Contas	2017	2016
Almoxarifado de Manutenção de Redes	490	337
Almoxarifado da Oficina de Transformadores	-	40
Resíduos e Sucatas	13	177
Total do Estoque	503	554

Os materiais destinados a investimento no serviço permitido não estão registrados nesse grupo de contas, pois conforme preceitua o MCSE, na contabilidade regulatória os mesmos integram o ativo imobilizado em curso, por consequência na societária está compondo o Intangível em Curso.

11. Títulos e Valores Mobiliários

A composição da conta Títulos e Valores Mobiliários é a seguinte:

Contas	2017	2016
Banrisul Capitalização	9	46
BB Capitalização	1	1
Banco do Brasil	650	250
Banrisul RDB/CDB	468	400
Sicredi Catulpe	0	300
Sicredi Augusto Pestana	1.884	1.865
Total Títulos e Valores Mobiliários	3.012	2.862

AVENIDA ALBERTO BINS, 600 - 5º ANDAR • FONES (51)3342.9388 / 3342.9424 • CEP 90030-140 • PORTO ALEGRE - RS
RUA EMILIANO PERNETA, 725/CJ. 903 - ED. SAINT LOUIS BUSINESS • FONE (41)3225.4341 • CEP 80420-080 • CURITIBA - PR
www.nardonnasi.com.br • email:nardonnasi@nardonnasi.com.br • Registros CVM - BACEN - OCB • CRCRS 542 • CNPJ 92.838.150/0001-97

12. Despesas Pagas Antecipadamente

A composição da conta das despesas pagas antecipadamente é a seguinte:

Contas	2017	2016
Prêmio de Seguro de Veículos	8	18
Publicidade	30	25
Total Despesas Pagas Antecipadamente	38	43

13. Outros Recebíveis

Contas	2017	2016
CDE Aneel	832	491
Empregados	117	115
Adiantamento a Fornecedores	67	128
Outros Devedores	48	12
Alienação de Bens e Direitos	-	21
Dispêndios a Reembolsar	598	80
Encargo de Uso da Rede Elétrica	14	14
Desativações e Alienações	323	149
Total Outros Recebíveis	1.999	1.010

14. Ativos Financeiros

Os valores se referem à constituição e registro dos componentes financeiros ativos em curso em relação ao próximo reajuste tarifário.

Contas	2017	2016
Componentes Financeiros em Constituição	467	392
Componentes Financeiros em Amortização	279	-
Total Ativos Financeiros	746	392

15. Investimentos

O valor de recuperação do ágio sobre investimentos é avaliado anualmente de acordo com os critérios e métodos estabelecidos pela NBC TG 01 (R3) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Para os exercícios sociais apresentados não foram identificadas quaisquer perdas por redução ao valor recuperável para os ágios da Cooperativa.

Investimentos	2017	2016
Composição dos Investimentos em Sociedades Cooperativas		
Participação FECOERGS	1	1
Participação SICREDI Augusto Pestana	52	49
Participação SICREDI Catuípe	6	5
Participação CRESOL Santo Augusto	4	3
Participação Crehonor Noroeste Ijuí	0	0
Participação Cresol Augusto Pestana	0	0
Total 1	63	57
Composição em Incentivos Fiscais		
Ações FINOR	2	2
Ações FINAM	3	3
Ações EMBRAER	0	0
Total 2	5	5
TOTAL (1+2)	68	63



NARDON / NASI
Audidores & Consultores

16. Imobilizado e Intangível

16.1) Imobilizado em Serviço e em Curso

Ativo Imobilizado em Serviço – R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	136.845	10.658	(4.190)	-	-	143.313	6.468	(43.854)	99.458	96.857	4.961	(554)	4.407
Terrenos	280	18	-	-	-	298	18	-	280	280	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benf.	283	-	-	-	-	283	-	(126)	157	163	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	133.947	9.276	(3.176)	-	-	140.047	6.099	(42.768)	97.278	95.636	4.961	(554)	4.407
Veículos	2.335	1.364	(1.014)	-	-	2.685	351	(960)	1.725	778	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	387	96	(189)	-	-	296	(91)	(61)	235	224	150	(129)	21
Terrenos	40	-	-	-	-	40	-	-	40	40	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benf.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	91	94	-	-	-	185	94	(41)	144	67	150	(129)	21
Veículos	256	-	(189)	-	-	67	(189)	(20)	47	117	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	4	-	-	-	4	4	-	4	-	-	-	-
Subtotal	137.232	10.756	(4.379)	-	-	143.609	6.377	(43.915)	99.693	97.081	5.111	(683)	4.428
Ativo Imobilizado em Curso – R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	12.421	13.945	(10.023)	(10.658)	-	5.684	(6.736)	-	5.684	12.420	1.673	-	1.672
Máquinas e Equipamentos	6.274	5.730	(2.720)	(9.276)	-	2.008	(6.266)	-	2.008	8.273	726	-	725
Outros	4.147	8.215	(7.303)	(1.382)	-	3.676	(470)	-	3.676	4.147	947	-	946
Administração	23	198	(123)	(96)	-	-	(24)	-	-	24	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	19	198	(123)	(94)	-	-	(19)	-	-	19	-	-	-
Outros	4	-	-	(4)	-	-	(5)	-	-	5	-	-	-
Subtotal	12.444	14.143	(10.146)	(10.756)	-	5.684	(6.760)	-	5.684	12.444	1.673	-	1.672
Total do Ativo Imobilizado	149.676	24.899	(14.525)	(10.756)	-	149.293	(383)	(43.915)	105.377	109.525	6.784	(683)	6.100



AVENIDA ALBERTO BINS, 600 – 5º ANDAR • FONES (51) 3342.9388 / 3342.9424 • CEP 90030-140 • PORTO ALEGRE – RS
RUA EMILIANO PERNETA, 725/CJ. 903 – ED. SAINT LOUIS BUSINESS • FONE (41) 33223.4341 • CEP 80420-080 • CURITIBA – PR
www.nardomasi.com.br • email: nardomasi@nardomasi.com.br • Registros CVM – BACEN – OCB • CRCRS 542 • CNPJ 92.838.150/0001-97

16.2) Intangível em Serviço e em Curso

Intangível - R\$	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Ativo Intangível em Serviço										
Distribuição	97	47	-	-	-	143	47	(96)	47	2
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	97	47	-	-	-	143	47	(96)	47	2
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	500	120	-	-	-	620	120	(463)	157	71
Softwares	500	120	-	-	-	620	120	(463)	157	71
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	597	167	-	-	-	763	167	(559)	204	73
Ativo Intangível em Curso										
Distribuição	161	-	(18)	(47)	-	97	(65)	-	97	161
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	161	-	(18)	(47)	-	97	(65)	-	97	161
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	120	-	-	(119)	-	-	(120)	-	-	120
Softwares	120	-	-	(119)	-	-	(120)	-	-	120
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	281	-	(18)	(166)	-	97	(185)	-	97	281
Total do Ativo Intangível	878	167	(18)	(166)	-	860	(18)	(559)	301	354



AVENIDA ALBERTO BINS, 600 - 5º ANDAR • FONES (51) 3342.9388 / 3342.9424 • CEP 90030-140 • PORTO ALEGRE - RS
 RUA EMILLIANO PERNETA, 725/CJ. 903 - ED. SAINT LOUIS BUSINESS • FONE (41) 3225.4341 • CEP 80420-080 • CURITIBA - PR
 www.nardonnasi.com.br • email: nardonnasi@nardonnasi.com.br • Registros CVM - BACEN - OCB • CRCRS 542 • CNPJ 92.838.150/0001-97

16.3 Depreciação e Amortização

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2017			2016
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição		143.312	(43.854)	99.458	96.857
Custo Histórico	4,00%	69.032	(21.834)	47.198	40.598
Reavaliação	4,00%	74.280	(22.020)	52.260	56.259
Administração		296	(61)	235	224
Custo Histórico	4,00%	296	(61)	235	223
Reavaliação	4,00%	-	-	-	1
Em Curso - R\$ Mil		143.609	(43.915)	99.693	97.081
Distribuição		5.684	-	5.684	12.420
Administração		-	-	-	24
		5.684	-	5.684	12.444
		149.293	(43.915)	105.377	109.525

17. Fornecedores

Os Fornecedores estão assim distribuídos

Contas	2017	2016
Encargos de Uso de Rede Elétrica	122	41
Suprimento de Energia	335	-
Materiais e Serviços	1.222	1.014
Total Fornecedores	1.679	1.055

18. Obrigações Sociais e Trabalhistas

Contas	2017	2016
Tributos e Contribuições Sociais Retidos na Fonte	301	278
Consignação em Favor da Concessionária	16	29
Previsão de Férias	1.025	925
Total Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.342	1.232

19. Tributos e Contribuições Sociais a Recolher

Os Tributos e contribuições sociais a recolher estão assim distribuídos:

Contas	2017	2016
Passivo Circulante		
ICMS a Recolher	193	144
CSLL a Recolher	4	11
IRPJ a Recolher	3	9
PIS s/ Faturamento	15	13
COFINS s/ Faturamento	69	59
I.S.S.Q.N a Recolher	4	3
INSS a Recolher	5	2
PIS/COFINS a Recolher	5	3
Imposto de Renda a Recolher	2	1
Contribuição Social a Recolher	2	1
Outros	-	-
Total Obrigações Sociais e Trabalhistas	302	246

AVENIDA ALBERTO BINS, 600 – 5º ANDAR • FONES (51)3342.9388 / 3342.9424 • CEP 90030-140 • PORTO ALEGRE – RS
RUA EMILIANO PERNETA, 725/CJ. 903 – ED. SAINT LOUIS BUSINESS • FONE (41)3225.4341 • CEP 80420-080 • CURITIBA – PR
www.nardonnasi.com.br • email:nardonnasi@nardonnasi.com.br • Registros CVM – BACEN – OCB • CRCRS 542 • CNPJ 92.838.150/0001-97

20. Empréstimos e Financiamentos

Em 2017 não foram obtidos novos empréstimos, somente houve a contemplação de dois consórcios e a aquisição de mais dois.

Contas	Saldo Devedor	Encargos Financeiros em %		Vencimento no Curto Prazo		Vencimento no Longo Prazo	
		Em R\$	Em %	Total 2017	Total 2016	Total 2017	Total 2016
Ban. Finame	BNDS		5,5% a.a	-	114	-	
Banrisul							
Automático			TJLP + 4,9% a.a	780	780	818	1.591
Consórcios			-	60	14	33	-
Encargos				7	11	-	-
Total			-	847	919	851	1.591

21. Outros Passivos Circulantes

Contas	2017	2016
Consumidor	9	5
Outros Credores	1.104	2.846
Total Passivos Circulantes	1.113	2.851

a) Consumidor:

Refere-se a consumidores (associados) da Cooperativa de Distribuição de Energia autorizam em documento junto ao setor de faturamento, uma autorização para debitar o valor de sua livre escolha para beneficiar a entidade de sua região, seguro residencial, energia recebida em duplicidade e compensações a consumidores.

b) A Conta Outros Credores:

Convênios de arrecadação de Iluminação pública firmado com as prefeituras, valores recebidos que estão em classificação, credores diversos e PERT.

No ano de 2010 a cooperativa foi autuada pela receita federal através do auto de lançamento nº 10108000/00295/10 devido a dedução da base de cálculo do valor das despesas administrativas e financeiras. Devido as chances remotas de reverter o auto de lançamento a Cooperativa aderiu ao Refis na forma da Lei 12.996 de 18 de junho de 2014 no qual pagaria o referido débito em 180 vezes. Em 2017 foi feita o cancelamento do Refis e aderiu ao PERT por ser mais vantajoso para a cooperativa. O saldo a pagar referente ao PERT no curto prazo é de R\$ 762.203,55.

22. Litígio Trabalhistas

A Cooperativa é parte envolvida em ações Trabalhistas, Cíveis e Tributárias e está discutindo estas questões na esfera judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são estimadas e atualizadas pela Administração que as considera prováveis, amparada pela opinião da assessoria jurídica da Cooperativa.



Contingências	Curto Prazo	Longo Prazo	Valor Estimado 2017	Valor Estimado 2016
Trabalhistas	-	1.150	1.150	1.000
Cíveis	7		7	7
Total de Contingências	7	1.150	1.157	1.007

No ano de 2017 foram baixados R\$ 250 mil de provisões trabalhistas e constituído mais R\$ 400 mil para suportar eventuais perdas em processos cíveis e trabalhistas de caráter indenizatório, considerando o prognóstico de nossa assessoria jurídica.

A cooperativa tem outros processos que a assessoria jurídica indicou como possíveis de perda que somam o montante de R\$ 3.395.526,61.

23. Passivos Regulatórios

Os valores se referem ao registro da neutralidade dos encargos setoriais (Parcela "A") - denominados custos não gerenciáveis e corresponde à diferença entre os valores destes encargos reconhecidos na Revisão Tarifária em relação ao mercado verificado, bem como, a provisão de constituição (em curso) de passivos regulatórios - componentes financeiros em relação ao próximo Reajuste Tarifário.

Contas	2017	2016
Componentes Financeiros em Constituição	42	3
Componentes Financeiros Reconhecidos	111	2.524
(-) Amortização de Componentes Financeiros Reconhecidos	(56)	(1.262)
Total Passivos Regulatórios	97	1.265

24. Encargos Setoriais

Contas	2017	2016
P&D - Empresa	73	66
Programa de Eficiência Energética - P.E.E.	245	224
Encargos CDE	273	316
Bandeiras Tarifárias	1.038	162
Total Encargos Setoriais	1.629	768

CDE - Conta de Desenvolvimento Energético: foi criada através da Lei 10438/2002, no artigo 13, visando além do desenvolvimento energético dos estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, a promoção da universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional, devendo os seus recursos observar as vinculações previstas em Lei. Este encargo na forma da Lei 12783/2013 e regulamentada pelo Decreto 7891/2013 teve suas finalidades alteradas com vistas a modicidade tarifária.

25. Outros Credores

Contas	2017	2016
Retenção Causas Trabalhistas	22	22
Refis	7	979
Total de Outras Contas a Pagar	29	1.001

AVENIDA ALBERTO BINS, 600 - 5º ANDAR • FONES (51)3342.9388 / 3342.9424 • CEP 90030-140 • PORTO ALEGRE - RS
RUA EMILIANO PERNETA, 725/CJ. 903 - ED. SAINT LOUIS BUSINESS • FONE (41)3225.4341 • CEP 80420-080 • CURITIBA - PR
www.nardonnasi.com.br • email.nardonnasi@nardonnasi.com.br • Registros CVM - BACEN - OCB • CRCRS 542 • CNPJ 92.838.150/0001-97

26. Patrimônio Líquido**26.1. Capital Social**

O Capital Social da Cooperativa, no valor de R\$ 6.646.661,96 é formado por cotas partes referente a 15.117 associados em 31 de dezembro de 2017.

26.2. Natureza e Finalidade das Reservas

a) Fundo de Reserva: é indivisível para distribuição entre os cooperados, mas a sua constituição é obrigatória conforme a Lei nº 5.764/1971. Sendo constituído de 45% (antes de 2014 30%) das sobras do exercício social, além de eventuais destinações a critério da Assembleia Geral, destina-se à cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.

b) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES: também é indivisível entre os cooperados, sendo constituído a partir de 2014 por 5% (antes de 2014 20%) das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, conforme previsão estatutária, destinado à cobertura de gastos com assistência técnica e social dos cooperados, seus dependentes, e dos próprios empregados. Sua constituição é estabelecida pela Lei 5.764/1971.

c) Fundo de Manutenção e Expansão: é constituído por 30% das sobras líquidas do exercício social, além de eventuais destinações da Assembleia Geral, e destina-se a cobrir investimentos e/ou despesas de manutenção e expansão do patrimônio, podendo ainda ser aplicado em todas as iniciativas que visem ao desenvolvimento social ou econômico da Cooperativa.

27. Instrumentos Financeiros**a) Considerações Gerais e Gerenciamento de Riscos**

A Cooperativa mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controle de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão reconhecidas na contabilidade e os principais instrumentos financeiros são:

Caixa e equivalentes de caixa: apresentados na nota 6;

Consumidores: apresentadas na nota 7;

Empréstimos e Financiamentos: apresentados na nota 20.

b) Valor Justo

Contas	2017		2016	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Caixa e Equivalentes de Caixa	873	873	535	535
Contas a Receber	7.012	7.012	5.632	5.632
Empréstimos e Financiamentos	1.698	1.698	2.511	2.511
Total	9.583	9.583	8.678	8.678

c) Classificação dos Instrumentos Financeiros

Contas	Mantidos para Negociação	Mantidos até o Vencimento	Destinados a Venda	Empréstimos e Recebíveis
Ativos Financeiros:				
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	873	-	873
Contas a Receber	-	7.012	-	7.012
Total	-	7.885	-	7.885
Passivos Financeiros:				
Empréstimos e Financiamentos	-	1.698	-	1.698
Total	-	1.698	-	1.698

d) Fatores de Risco que Podem Afetar os Negócios

Risco de Taxas de Juros: esse risco é oriundo da possibilidade de a empresa vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que aplicadas aos seus passivos e ativo captados (aplicados) no mercado.

Risco de Taxas de Câmbio: esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando as despesas financeiras (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo), de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

Risco de Crédito: advém da possibilidade da Cooperativa não receber valores decorrentes de operações de distribuição de energia elétrica ou de créditos detidos junto a instituições financeiras, gerados por operações de aplicação financeira.

Risco de Gerenciamento de Capital: advém da escolha da Cooperativa em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações.

28. Seguros

A cooperativa efetua a contratação de seguros para os seus veículos, utilizados para deslocamentos em estradas intermunicipais e seguro de vida para os colaboradores, de acordo com o nível de risco existente e de obrigações contratuais.

29. Nota Explicativa DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar as informações financeiras.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Informações Trimestrais e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09– Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

30. Informações por Segmento e Atividades de Negócios

a) Segmentos e Atividades de Negócios

Distribuição de Energia: é composta de linhas, redes, subestações e demais equipamentos associados e tem por finalidade: a) distribuir energia elétrica e garantir o livre acesso ao sistema para os fornecedores e consumidores; b) permitir o fornecimento de energia elétrica a consumidores; e quando for o caso, c) garantir o suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

b) Áreas Geográficas

A área de ação, para efeito de admissão de associados e prestação de serviços a que se propõe são todas as localidades compreendidas pelas poligonais definidas em contratos e aditivos de permissão firmados com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.





NARDON / NASI
Auditores & Consultores

31. Ativos e Passivos Regulatórios

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2016	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2017	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	391	1.483	(1.128)	-	-	746	279	467	746	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	-	30	-	-	-	30	-	30	30	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	391	1.453	(1.128)	-	-	716	279	437	716	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	391	1.483	(1.128)	-	-	746	279	467	746	-
Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2016	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2017	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Passiva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	1.265	2.706	(3.874)	-	-	97	55	42	97	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	-	35	-	-	-	35	-	35	35	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Devoluções Tarifárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	1.265	2.671	(3.874)	-	-	62	55	7	62	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	1.265	2.706	(3.874)	-	-	97	55	42	97	-



AVENIDA ALBERTO BINS, 660 – 5º ANDAR • FONES (51)3342-9388 / 3342-9424 • CEP 90030-140 • PORTO ALEGRE – RS
RUA EMILIANO PERNETA, 725/CJ. 903 – ED. SAINT LOUIS BUSINESS • FONE (41)3325-4341 • CEP 80420-080 • CURITIBA – PR
www.nardonnasi.com.br • email.nardonnasi@nardonnasi.com.br • Registros CVM – BACEN – OCB • CRCRS 542 • CNPJ 92.838.150/0001-97

32. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

A composição destas obrigações:

32.1 – Obrigações Vinculadas em Serviço

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço		5.111	-	-	5.111
Participação da União, Estados e Municípios	0,00%	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	4,00%	4.961	-	-	4.961
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	0,00%	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	0,00%	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	4,00%	150	-	-	150
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	0,00%	-	-	-	-
Outros	0,00%	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	0,00%	-	-	-	-
Excedente de reativos	0,00%	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	0,00%	-	-	-	-
Outros	0,00%	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada – AIS		(684)	-	-	(684)
Participação da União, Estados e Municípios	0,00%	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	0,00%	(554)	-	-	(554)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	0,00%	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	0,00%	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	0,00%	(130)	-	-	(130)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	0,00%	-	-	-	-
Outros	0,00%	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	0,00%	-	-	-	-
Excedente de reativos	0,00%	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	0,00%	-	-	-	-
Outros	0,00%	-	-	-	-
Total		4.427	-	-	4.427



32.2 - Obrigações vinculadas em curso

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Em curso	1.520	2.483	-	(2.331)	-	1.673	-	-	1.673	1.520
Participação União Estados Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	717	1.253	-	(1.438)	-	533	-	-	533	717
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	135	601	-	(593)	-	143	-	-	143	135
Valores Não Aplicados	1	350	-	(300)	-	50	-	-	50	1
Outros	667	279	-	-	-	947	-	-	947	667
Ultrapassagem de demanda	320	193	-	-	-	513	-	-	513	320
Excedente de reativos	347	86	-	-	-	434	-	-	434	347
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.520	2.483	-	-	-	1.673	-	-	1.673	1.520



AVENIDA ALBERTO BINS, 600 - 5º ANDAR • FONES (51) 3342.9388 / 3342.9424 • CEP 90030-140 • PORTO ALEGRE - RS
 RUA EMILIANO PERNETA, 725/CJ. 903 - ED. SAINT LOUIS BUSINESS • FONE (41) 3225.4341 • CEP 80420-080 • CURITIBA - PR
 www.nardonnasi.com.br • email:nardonnasi@nardonnasi.com.br • Registros CVM - BACEN - OCB • CRCRS 542 • CNPJ 92.838.150/0001-97



NARDON / NASI
Auditores & Consultores

33. Receita Operacional Bruta

	Nº Consumidores		KWh Mil		R\$ Mil	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Receita Bruta	13.740	13.913	120.889.878	120.694	14.392	12.776
Fornecimento - Faturado	1.574	1.558	3.391.766	3.307	796	707
Residencial	42	61	44.948.087	46.621	5.089	4.902
Industrial	699	713	12.480.394	11.518	3.084	2.712
Rural	11.109	11.315	51.304.241	51.201	3.860	3.196
Poder público	137	166	957.885	1.067	194	186
Iluminação pública	29	29	1.583.856	1.634	171	140
Serviço público	150	71	6.223.649	5.346	1.198	933
Suprimento Faturado	6	-	660.376	-	33.526	29.564
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	-	-	-	-	33.051	29.564
Consumidores Cativos	1	-	660.376	-	307	-
Consumidores Livres	5	-	-	-	168	-
Encargos de conexão de agentes de geração	-	-	-	-	-	-
Permissionárias	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	-	-	-	-	(279)	(237)
(-) Transferências	-	-	-	-	(193)	(154)
(-) Trsf p/ OE do AIC - Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	(86)	(83)
(-) Trsf p/ OE do AIC - Excedente de Reativos	-	-	-	-	-	-
(-) Trsf p/ OE do AIC - Difer. Perdas Regulatórias	-	-	-	-	-	-
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado					194	(125)
Constituição e Amortização - CVA Ativa e Passiva						
Constituição e Amortização - RTP Diferimento ou Dev.					1.503	1.120
Constituição e Amortização - Demais Ativos e Passivos Regulatórios					7	8
Serviços Cobráveis					6.958	6.224
Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido					-	-
Outras Receitas Vinculadas					-	-
Total	13.746	13.913	121.550.254	120.694	56.301	49.330



AVENIDA ALBERTO BINS, 600 - 5º ANDAR • FONES (51) 3342.9388 / 3342.9424 • CEP 90030-140 • PORTO ALEGRE - RS
RUA EMILIANO PERNETA, 725/CJ. 903 - ED. SAINT LOUIS BUSINESS • FONE (41) 3225.4341 • CEP 80420-080 • CURITIBA - PR
www.nardonnasi.com.br • email.nardonnasi@nardonnasi.com.br • Registro CVM - BACEN - OCB • CRCRS 542 • CNPJ 92.838.150/0001-97

34. Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	2017	2016
Pessoal	8.081	8.282
Remuneração	4.268	4.547
Encargos	1.714	2.106
Previdência Privada	-	-
Previdência - Fundação - Mantenedora	-	-
Previdência - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Assistência Médica	322	301
Programa de Demissão Voluntária	-	-
Despesas Rescisórias	-	-
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	781	472
(-) Créditos de Tributos Recuperáveis	-	-
Outros	996	856
Administradores	580	509
Honorários e Encargos (Diretoria e Conselho)	522	467
Benefícios dos Administradores	58	42
(-) Créditos de Tributos Recuperáveis	-	-
Total	8.661	8.791

35. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.



35.1 - BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO x SOCIETÁRIO

Em 31 de dezembro de 2017, valores apresentados em R\$.

Em 31 de dezembro de 2017, valores apresentados em R\$.							
		2017			2016		
	Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo Circulante		14.971	-	14.971	11.802	-	11.802
Caixa e Equivalentes de Caixa		873	-	873	535	-	535
Consumidores		7.012	-	7.012	5.632	-	5.632
Serviços em Curso		181	-	181	82	-	82
Tributos Compensáveis		607	-	607	692	-	692
Almoxarifado Operacional		503	-	503	554	-	554
Despesas Pagas Antecipadamente		38	-	38	43	-	43
Ativos Regulatórios		746	-	746	392	-	392
Titulos e Valores Mobiliários		3.012	-	3.012	2.862	-	2.862
Outros Ativos Circulantes		1.999	-	1.999	1.010	-	1.010
Ativo Não Circulante		106.590	(52.259)	54.331	110.828	(56.259)	54.569
Tributos Compensáveis		658	-	658	699	-	699
Depósitos Judiciais e Cauções		5	-	5	5	-	5
Investimentos		68	-	68	63	-	63
Indenização pela Concessão a Receber	36.2	-	2.855	2.855	-	1.485	1.485
Outros Ativos não Circulantes		181	-	181	181	-	181
Imobilizado	36.3	105.377	(103.112)	2.265	109.525	(107.731)	1.794
Intangível	36.4	301	47.998	48.299	355	49.987	50.342
Total do Ativo		121.561	(52.259)	69.302	122.630	(56.259)	66.371
Passivo							
Passivo Circulante		7.016	-	7.016	8.343	-	8.343
Fornecedores		1.679	-	1.679	1.055	-	1.055
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures		847	-	847	919	-	919
Obrigações Sociais e Trabalhistas		1.342	-	1.342	1.232	-	1.232
Tributos		302	-	302	246	-	246
Encargos Setoriais		1.629	-	1.629	768	-	768
Provisão para Litígios		7	-	7	7	-	7
Passivos Regulatórios		97	-	97	1.265	-	1.265
Outros Passivos Circulantes		1.113	-	1.113	2.851	-	2.851
Passivo Não Circulante		8.130	-	8.130	9.030	-	9.030
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures		851	-	851	1.591	-	1.591
Provisão para Litígios		1.150	-	1.150	1.000	-	1.000
Outros Passivos não Circulantes		29	-	29	1.001	-	1.001
Obrigações Vinculadas a Permissão		6.100	-	6.100	5.438	-	5.438
Total do Passivo		15.146	-	15.146	17.373	-	17.373
Patrimônio Líquido							
Capital social		6.647	-	6.647	6.649	-	6.649
Reservas de Capital		568	-	568	568	-	568
Reserva de Sobras	36.5	38.173	-	38.173	32.520	-	32.520
Reservas de Reavaliação	36.6	59.517	(52.259)	7.258	64.443	(56.259)	8.184
Sobras à Disposição da Assembleia		1.510	-	1.510	1.077	-	1.077
Total do Patrimônio Líquido		106.415	(52.259)	54.156	105.257	(56.259)	48.998
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		121.561	(52.259)	69.302	122.630	(56.259)	66.371

AVENIDA ALBERTO BINS, 600 – 5º ANDAR • FONES (51)3342.9388 / 3342.9424 • CEP 90030-140 • PORTO ALEGRE – RS
RUA EMILIANO PERNETA, 725/CJ. 903 – ED. SAINT LOUIS BUSINESS • FONE (41)3225.4341 • CEP 80420-080 • CURITIBA – PR
www.nardonnasi.com.br • email:nardonnasi@nardonnasi.com.br • Registros CVM – BACEN – OCB • CRCRS 542 • CNPJ 92.838.150/0001-97

35.2 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIO x SOCIETÁRIO

Em 31 de dezembro de 2017, valores apresentados em R\$.

Nota	2017			2016		
	Regulatório	Ajustes CPCs	Societário	Regulatório	Ajustes CPCs	Societário
Receita / Ingresso	56.300	-	56.300	49.330	(1.119)	48.211
Fornecimento de Energia Elétrica 35.6	14.306	-	14.306	12.414	878	13.292
Disponibilização do Sistema de Distribuição	33.526	-	33.526	29.564	-	29.564
Ativos e Passivos Regulatórios 36.7	1.503	-	1.503	1.120	(1.997)	(877)
Serviços Cobráveis	7	-	7	8	-	8
Doações, Contribuições. e Subvenções	6.958	-	6.958	6.224	-	6.224
Tributos	(9.155)	-	(9.155)	(7.976)	-	(7.976)
ICMS	(8.363)	-	(8.363)	(7.259)	-	(7.259)
Pis-Pasep	(141)	-	(141)	(128)	-	(128)
Cofins	(651)	-	(651)	(589)	-	(589)
Encargos - Parcela "A"	(6.327)	-	(6.327)	(5.692)	-	(5.692)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	0	-	0	(68)	-	(68)
Programa de Eficiência Energética - PEE	0	-	0	(60)	-	(60)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(3.576)	-	(3.576)	(5.278)	-	(5.278)
Taxa de Fiscalização - TFSEE	(120)	-	(120)	(101)	-	(101)
Outros encargos	(2.631)	-	(2.631)	(185)	-	(185)
Receita líquida / Ingresso líquido	40.818	-	40.818	35.662	(1.119)	34.543
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(14.484)	-	(14.484)	(12.860)	-	(12.860)
Energia elétrica comprada para revenda	(7.602)	-	(7.602)	(7.246)	-	(7.246)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	(6.882)	-	(6.882)	(5.614)	-	(5.614)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	26.334	-	26.334	22.802	(1.119)	21.683
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(22.201)	337	(21.864)	(19.867)	(2.361)	(22.228)
Pessoal e administradores	(8.661)	-	(8.661)	(8.791)	-	(8.791)
Material	(3.545)	-	(3.545)	(1.515)	-	(1.515)
Serviços de terceiros	(3.376)	-	(3.376)	(2.589)	-	(2.589)
Arrendamentos e aluguéis	(48)	-	(48)	(47)	-	(47)
Seguros	(63)	-	(63)	(51)	-	(51)
Provisões	(306)	-	(306)	(504)	-	(504)
(+) Recuperação de despesas	545	-	545	204	-	204
Tributos	(90)	-	(90)	(119)	-	(119)
Depreciação e amortização 36.9	(5.504)	2.842	(2.662)	(5.222)	3.035	(2.187)
Gastos diversos 36.10	(1.153)	(2.505)	(3.658)	(1.233)	(5.396)	(6.629)
Outras receitas operacionais 36.8	246	2.505	2.751	564	5.396	5.960
Outras despesas operacionais	(676)	-	(676)	(695)	-	(695)
Resultado da Atividade	3.703	2.842	6.545	2.804	1.916	4.720
Resultado Financeiro	108	-	108	(66)	135	69
Despesas financeiras 36.11	(434)	-	(434)	(709)	176	(533)
Receitas financeiras 36.11	542	-	542	643	(41)	602
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	3.811	2.842	6.653	2.738	2.051	4.789
Contribuição social	(34)	-	(34)	(50)	-	(50)
Imposto de renda	(69)	-	(69)	(116)	-	(116)
Resultado líquido do exercício	3.708	2.842	6.550	2.572	2.051	4.623

AVENIDA ALBERTO BINS, 600 – 5º ANDAR • FONES (51)3342.9388 / 3342.9424 • CEP 90030-140 • PORTO ALEGRE – RS
RUA EMILIANO PERNETA, 725/CJ. 903 – ED. SAINT LOUIS BUSINESS • FONE (41)3225.4341 • CEP 80420-080 • CURITIBA – PR
www.nardonnasi.com.br • email:nardonnasi@nardonnasi.com.br • Registros CVM – BACEN – OCB • CRCRS 542 • CNPJ 92.838.150/0001-97

**36. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REGULATÓRIAS X SOCIETÁRIAS****Nota 36.1 – Consumidores**

A diferença entre os valores apurados na Contabilidade Societária e Contabilidade Regulatória se referem à reversão da energia não faturada do mês de dezembro de 2015 estava registrada apenas na contabilidade regulatória. Após 07/2016 esses valores também formam registrados na contabilidade societária.

Nota 36.2 – Indenização pela Concessão a Receber

O Ativo Financeiro Indenizável é decorrente da aplicação do ICPC 01 (R1). Tais ativos correspondem à parcela dos bens e instalações, que em função de suas vidas úteis e do prazo de permissão, não estarão amortizados ao final do mesmo. Conforme previsto no contrato de permissão, o valor do ativo financeiro indenizável será objeto de indenização.

Na Contabilidade Regulatória, todo o valor dos bens e instalações utilizados direta ou indiretamente, exclusiva e permanentemente na prestação de serviço público de energia elétrica, está registrado no ativo imobilizado, conforme determina a Resolução nº 396/2009 e o contrato de permissão.

	2017	2016
Máquinas - Subestação CERILUZ 01	252	240
Máquinas - Redes de Distribuição	2.013	1.245
Máquinas - Subestação CERILUZ 02	572	-
Terrenos - Subestação CERILUZ 2	18	-
Total	2.855	1.485

Nota 36.3 – Imobilizado

O valor dos bens e instalações vinculados às atividades de permissão deverá ser registrado na Contabilidade Regulatória no grupo Ativo Não Circulante – Imobilizado e Intangível, enquanto que na Contabilidade Societária os bens reversíveis da concessão se encontram nos grupos Ativo Financeiro Indenizável e Intangível. Os bens não reversíveis continuam lançados na Contabilidade Societária como Imobilizado.

Na forma da Resolução nº 396/2009, as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica registrarão contabilmente a título de reavaliação compulsória, o montante decorrente da diferença entre o valor contábil e o Valor Novo de Reposição – VNR do Ativo Imobilizado em Serviço – AIS, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, decorrente da reavaliação regulatória compulsória efetuada, nos termos da legislação regulatória, em decorrência da última Revisão Tarifária.

Em 2014, a Aneel pela metodologia aprovada para a 1ª Revisão Tarifária Periódica das permissionárias através da Nota Técnica SER/Aneel nº 189/2014 definiu os novos valores dos ativos que vão compor a BRR – Base de Remuneração e a respectiva depreciação acumulada. Por tratar-se de regramento regulatório, o VNR – Valor Novo de Reposição e a respectiva depreciação acumulada, somente foram reconhecidos na contabilidade regulatória, não sendo reconhecidos na contabilidade societária.

Nota 36.4 – Intangível

Na Contabilidade Societária, por força do ICPC 01 o valor do Intangível corresponde à parcela dos bens, direitos e instalações vinculados a permissão, que será amortizada ao longo do correspondente contrato. Na Contabilidade Regulatória o Intangível é destinado a contabilizações intangíveis em servidões, uso do bem público, software e outros, empregadas pela Permissionária, de modo exclusivo e permanente, na consecução do objeto da mesma para o Serviço Público de Energia Elétrica.

36.5 – Reserva de Sobras

Considerando que o resultado colocado à disposição da assembleia, assim como as destinações estatutárias e legais devem corresponder ao que foi apurado na Contabilidade Societária, ao registrarmos tais destinações, na Contabilidade Regulatória, requer que a diferença existente no resultado à disposição da assembleia seja transferido para a conta intitulada “Equalização Resultado Regulatório e Societário” no grupo das Reservas de Lucros.

	2017	2016
Equalização do Resultado Regulatório e Societário do Exercício	652,27	60,00
Total	652,27	60,00

Nota 36.6 – Reserva de Avaliação Patrimonial (Reavaliação Regulatória)

A diferença entre os valores apurados na Contabilidade Societária e Regulatória refere-se à contabilização da Reavaliação Regulatória Compulsória dos bens do Ativo Imobilizado, na forma da Resolução 396/2009 e reconhecidos de acordo com a metodologia aprovada para a 1ª Revisão Tarifária Periódica das permissionárias e Nota Técnica nº 189/2014 – SRE/Aneel.

	2017	2016
Reserva de Reavaliação Regulatória de Softwares	-	(1)
Reserva de Reavaliação Regulatória de Terrenos	279	279
Reserva de Reavaliação Regulatória de Edificações	139	143
Reserva de Reavaliação Regulatória de Máquinas e Equipamentos	51.846	55.747
Reserva de Reavaliação Regulatória de Veículos	(5)	91
Total	52.259	56.259

Nota 36.7 – Ativos e Passivos Regulatórios

O valor apresentado como Ajuste dos CPCs, correspondem aos encargos setoriais pagos mensalmente com base nos valores definidos por ocasião da revisão tarifária e ou reajuste tarifário e aqueles devidamente arrecadados dos consumidores, além do valor correspondente a amortização dos Componentes Financeiros e da Neutralidade da Parcela A do Reajuste Tarifário 2015. Após o mês 07/2016 esses valores também foram registrados na Contabilidade Societária.

Ativo Circulante	2017	2016
Neutralidade da Parcela A	-	779
Componentes Financeiros	-	1.217
Total	-	1.996

Nota 36.8 – Receita de Construção

A diferença verificada nesse grupo se refere à receita de construção (CPC 27), que representa o direito de receber os recursos investidos na permissão, através da tarifa ou indenização no final do contrato. Esta receita é registrada somente na contabilidade societária, em atendimento a ITG 01, aprovada pela resolução CFC 1.261/2009. A contabilidade regulatória, não prevê tratamento para o registro dessa receita. O valor apresentado nessa conta, na Contabilidade Regulatória, corresponde às Outras Receitas e Rendas.

	2017	2016
Receita de Construção	2.505	5.396
Total	2.505	5.396

Nota 36.9 – Depreciação e Amortização

A origem da diferença entre os saldos da Contabilidade Regulatória e da Contabilidade Societária está no tratamento dispensado aos investimentos realizados na permissão. Na Contabilidade Societária tem-se o entendimento que os mesmos geram um direito de recuperação do valor e, portanto, os considera como Intangíveis, os registros da reintegração são efetuados como despesa de amortização.

Na Contabilidade Regulatória os investimentos devem ser contabilizados no ativo imobilizado e os registros da reintegração são efetuados como despesa de depreciação. Desta forma os valores que na Contabilidade Societária estão registrados em contas de amortização, na Contabilidade Regulatória são apresentados em contas de depreciação.

A diferença existente a Contabilidade Regulatória e Societária deve-se pelo reconhecimento das despesas da Depreciação do VNR –Valor Novo de Reposição e por tratar-se de regramento regulatório os efeitos estão registrados somente na Contabilidade Regulatória:

	2017	2016
Depreciação / Amortização do VNR	2.842	3.035
Total	2.842	3.035

Nota 36.10 – Custo de Construção

A diferença verificada entre os saldos apurados na Contabilidade Societária e na Contabilidade Regulatória corresponde aos Custos de Construção. A referida conta existe somente na Contabilidade Societária, em virtude de que está previsto na ITG 01 aprovada pela Resolução CFC 1.261/2009 e se destina ao registro dos valores investidos na permissão. Na Contabilidade Regulatória, tais investimentos são contabilizados no ativo imobilizado.

	2017	2016
Custo de Construção	2.505	5.396
Total	2.505	5.396

Nota 36.11 – Receita Financeira / Despesa Financeira

A diferença entre os valores apurados nas Contabilidades Societária e Regulatória se refere ao registro da variação monetária (IPCA) da neutralidade dos encargos setoriais e ativos ou passivos regulatórios. Após o mês 07/2016 esses valores também foram registrados na Contabilidade Societária.

	2017	2016
Variações Monetárias Ativos Regulatórios	-	176
Variações Monetárias Passivos Regulatórios	-	41
Total	-	135

Nota 36.12 – Composição do Resultado Abrangente Societário e Regulatório

No quadro abaixo, tendo como base o Demonstrativo Societário de Resultado Abrangente e Sobras ou Perdas a Disposição da Assembleia Geral, são demonstrados os efeitos dos ajustes no resultado regulatório em comparação ao resultado societário. Dentre os ajustes, foi efetuada a recomposição do resultado regulatório pela realização e reversão da Reserva de Reavaliação Regulatória. Considerando que as sobras à disposição da assembleia e as destinações legais e estatutárias apuradas na societária, devem também servir para a regulatória, encontramos uma diferença de R\$ 984 na conta de saldo a disposição da assembleia, valor este de cunho exclusivamente regulatório, o qual transferimos para a conta Equalização Resultado Regulatório e Societário no grupo das Reservas de Lucros.

DEMONSTRATIVO DE SOBRAS OU PERDAS A DISPOSIÇÃO COMPARATIVO	REGULATÓRIO	AJUSTES	SOCKETÁRIO
RECURSOS			
Resultado do Período	3.708	2.842	6.550
Demais Resultados	4.108	2.843	1.265
Realização de Reservas Reavaliação	610	-	610
Realização de Reservas Reavaliação	2.843	2.843	-
Utilização FATES	655	-	655
Resultado Líquido do Período	7.816	(1)	7.815
DESTINAÇÕES			
Destinações de Caráter Fiscal - FATES	268	-	268
Destinações de Caráter Legal	6.038	-	6.038
Reserva Legal 45% - Artigo 47	3.396	-	3.396
FATES - 5% - Artigo 47	378	-	378
Reserva Manutenção Redes 30%	2.264	-	2.264
Sobras à Disposição da A.G.O.	1.509	-	1.509
Resultado de Equalização Regulatório e Societário	1	(1)	-



NARDON / NASI
Auditores & Consultores

Nota 37 – Eventos Subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes entre a data de encerramento do exercício social e de aprovação das demonstrações contábeis para fins de divulgação, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

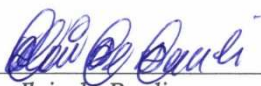


AVENIDA ALBERTO BINS, 600 – 5º ANDAR • FONES (51)3342.9388 / 3342.9424 • CEP 90030-140 • PORTO ALEGRE – RS
RUA EMILIANO PERNETA, 725/CJ. 903 – ED. SAINT LOUIS BUSINESS • FONE (41)3225.4341 • CEP 80420-080 • CURITIBA – PR
www.nardonnasi.com.br • email:nardonnasi@nardonnasi.com.br • Registros CVM – BACEN – OCB • CRCRS 542 • CNPJ 92.838.150/0001-97

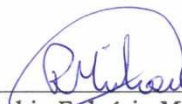
Anexo II – Cópia do Termo de Responsabilidade

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, decorrentes dos trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do código penal.

Ijuí, 02 de abril de 2018.



Iloir de Pauli
Presidente



Rubio Fabrício Michael
Contador

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004

Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição de penalidade de multa do Grupo IV:

...

X – fornecer informação falsa à ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato, juridicamente relevante.

Anexo III – Cópia da Carta de Representação da Administração

Ijuí, 02 de abril de 2018.

À

Nardon, Nasi – Auditores Independentes S/S.

Av. Alberto Bins, 600 – 5º Andar

Porto Alegre – RS

Prezados Senhores,

Em conexão com seus trabalhos de procedimentos previamente acordados, relacionados com as informações contábeis da **Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda. - CERILUZ**, de acordo com o estabelecido no manual de Orientação dos Trabalhos de Auditoria de Relatório de Controle Patrimonial, emitido pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 674/2015, nós reconhecemos que obter nossa representação, abrangendo as informações contidas nesta carta, é um procedimento significativo para permitir-lhes que sejam realizados os procedimentos descritos na carta proposta datada de 05 de abril de 2017. Consequentemente, fazemos as seguintes declarações de responsabilidade, que são verdadeiras, segundo nosso conhecimento e entendimento:

- Colocamos à sua disposição todos os registros e as informações necessárias à execução dos procedimentos previamente acordados e pusemos à sua disposição toda a documentação original suporte referente a estes registros e informações;
- Não temos conhecimento de nenhuma informação ou documentação que poderia vir a contrariar o objeto do trabalho, ou qualquer comunicação das agências reguladoras que poderia afetar o objeto do trabalho;
- As informações contidas no Relatório de Controle Patrimonial – RCP, elaborado segundo os termos da Resolução ANEEL 674/2015, foram examinadas por V.Sas. de acordo com os procedimentos previamente acordados e conforme as amostras selecionadas e definidas na mencionada Resolução.

Entendemos que seus procedimentos foram conduzidos de acordo com a carta de contratação de “procedimentos previamente acordados” e com a norma NBC TSC 4400, específica para trabalhos de procedimentos previamente acordados, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Entendemos que seus procedimentos não se constituem em trabalho de auditoria ou revisão, de acordo com as NBC TAs ou NBC TRs, respectivamente emitidas pelo CFC e, portanto, V. Sas. não expressam nenhum tipo de asseguração em nosso relatório. Entendemos também, que a suficiência de seus procedimentos foram limitados àqueles previamente acordados conosco, através de nossa carta proposta anteriormente mencionada e aqueles que V.Sas. consideram necessários para essa finalidade.

Atenciosamente



Ilair de Pauli
Presidente



Rubio Fabrício Michael
Contador

Anexo IV - Programa de Trabalho Detalhado Revisado

Procedimentos	Referência ao papel de trabalho	Executado (nome, cargo, visto e data)	Revisado (nome, cargo, visto e data)
I. Imobilizado			
1) Confrontar as informações de 31/12/2017 e de 31/12/2016 dos valores regulatórios apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias, por grupo de bens, com os valores do sistema de controle do imobilizado regulatório (procedimento aplicável para distribuidora e transmissora).	DCR 1	Celso Hugo Petry, Auditor, 28/03/2018	Antonio Carlos Nasi, Sócio, 02/04/2018
2) Obter a planilha ou relatório com a movimentação do imobilizado regulatório, tendo como ponto de partida os valores de 31/12/2016 e confrontar os saldos com a eventual Base de Remuneração homologada, bem como, confrontar as informações das movimentações de adições, baixas e transferências regulatórias com os valores do sistema de controle do imobilizado regulatório (procedimento aplicável para distribuidora).	DCR 2	Celso Hugo Petry, Auditor, 28/03/2018	Antonio Carlos Nasi, Sócio, 02/04/2018
3) Obter a planilha ou relatório com a movimentação anual do imobilizado regulatório, tendo como ponto de partida os valores de 31/12/2016, e confrontar os saldos e as informações das movimentações de 2017 de adições, baixas e transferências regulatórias com os valores do sistema de controle do imobilizado regulatório (procedimento aplicável para transmissora).	DCR 3	Celso Hugo Petry, Auditor, 28/03/2018	Antonio Carlos Nasi, Sócio, 02/04/2018
4) Confrontar as informações das movimentações e saldos de depreciação/amortização, por grupo de bens, apresentadas na planilha de movimentação mencionada no item anterior (procedimento aplicável para a distribuidora e transmissora), com os valores/saldos do sistema de controle do imobilizado regulatório.	DCR 4	Celso Hugo Petry, Auditor, 28/03/2018	Antonio Carlos Nasi, Sócio, 02/04/2018
5) Confrontar as informações de bens que estão 100% depreciados por grupo de bens com os valores/saldos do sistema de controle imobilizado regulatório (procedimento aplicável para a distribuidora e transmissora).	DCR 5	Celso Hugo Petry, Auditor, 28/03/2018	Antonio Carlos Nasi, Sócio, 02/04/2018
6) Selecionar 10 principais adições (por critério de maior valor) e mais 15 adições do imobilizado em serviço selecionadas de forma aleatória da movimentação ocorrida, para distribuidora ou, transmissora, do ano de 2017 e testar as capitalizações (materiais, mão-de-obra, serviços, juros, etc.), conforme critérios constantes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.	DCR 6	Celso Hugo Petry, Auditor, 28/03/2018	Antonio Carlos Nasi, Sócio, 02/04/2018
7) Selecionar 10 principais baixas (por critério de maior valor) e mais 15 baixas selecionadas de forma aleatória da movimentação ocorrida, para distribuidora ou transmissora, do ano de 2017 e testar a adequação do processo de baixa, conforme critérios constantes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.	DCR 7	Celso Hugo Petry, Auditor, 28/03/2018	Antonio Carlos Nasi, Sócio, 02/04/2018
8) Com base na seleção do item 6 deste Programa de Trabalho, verificar as evidências de que a data da unitização dos bens atende ao prazo de até 60 dias após o encerramento do imobilizado em curso através da comparação entre a data do encerramento da obra em curso proposta pelo técnico/engenheiro e a data do registro em Ativo Imobilizado em Serviço.	DCR 8	Celso Hugo Petry, Auditor, 28/03/2018	Antonio Carlos Nasi, Sócio, 02/04/2018
9) As principais observações e constatações encontradas deverão estar incluídas no Relatório do Auditor Independente (Execução de Procedimentos Previamente Acordados).	DCR 9	Celso Hugo Petry, Auditor, 28/03/2018	Antonio Carlos Nasi, Sócio, 02/04/2018

II. Obrigações Especiais			
1) Confrontar os saldos das demonstrações financeiras regulatórias de 31/12/2017 e de 31/12/2016 com a planilha ou relatório de movimentação de obrigações especiais.	DCR 10	Celso Hugo Petry, Auditor, 28/03/2018	Antonio Carlos Nasi, Sócio, 02/04/2018
2) Obter a planilha ou relatório com a movimentação das obrigações especiais, tendo como ponto de partida os valores contábeis em 31/12/2016 e confrontar o saldo em 31/12/2017 com a Base de Remuneração homologada, bem como, confrontar as informações das movimentações de adições, baixas e transferências regulatórias com os valores do sistema de controle do imobilizado/obrigações especiais.	DCR 11	Celso Hugo Petry, Auditor, 28/03/2018	Antonio Carlos Nasi, Sócio, 02/04/2018
3) Confrontar as informações das movimentações e saldos de amortização, por grupo de bens, apresentadas na planilha de movimentação mencionada no item anterior, com os valores/saldos do sistema de controle imobilizado/obrigações especiais.	DCR 12	Celso Hugo Petry, Auditor, 28/03/2018	Antonio Carlos Nasi, Sócio, 02/04/2018
4) Verificar autorização da ANEEL para as eventuais baixas de Obrigações Especiais ocorridas desde a data-base de 31/12/2016.	DCR 13	Celso Hugo Petry, Auditor, 28/03/2018	Antonio Carlos Nasi, Sócio, 02/04/2018
5) Selecionar 10 principais adições (por critério de maior valor) e mais 15 adições selecionadas de forma aleatória da movimentação ocorrida desde 31/12/2015 e testar as capitalizações conforme critérios constantes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.	DCR 14	Celso Hugo Petry, Auditor, 28/03/2018	Antonio Carlos Nasi, Sócio, 02/04/2018
6) Com base na amostra do item anterior, testar a amortização de acordo com o Manual de Contabilidade de Setor Elétrico os valores/saldos do sistema de controle imobilizado/obrigações especiais.	DCR 15	Celso Hugo Petry, Auditor, 28/03/2018	Antonio Carlos Nasi, Sócio, 02/04/2018
7) As principais observações e constatações encontradas deverão estar incluídas no Relatório do Auditor Independente (Execução de Procedimentos Previamente Acordados).	-	Celso Hugo Petry, Auditor, 28/03/2018	Antonio Carlos Nasi, Sócio, 02/04/2018
III. Ativos e Passivos Regulatórios			
<u>III.a) CVA e itens financeiros</u>			
1) Obter planilha com saldos de 31/12/2016, a movimentação de 2017 (adições, baixas, atualizações monetárias e transferências), por tipo de componente de CVA até a data base de revisão/ajuste tarifário e a movimentação complementar do ano de 2017 (adições, baixas, atualizações monetárias e transferências), por tipo de componente de CVA, até 31/12/2017.	-	Celso Hugo Petry, Auditor, 28/03/2018	Antonio Carlos Nasi, Sócio, 02/04/2018
2) Confrontar os saldos de CVA da data-base da revisão/ajuste tarifário da planilha mencionada no item anterior com os montantes homologados pela ANEEL.	-	Celso Hugo Petry, Auditor, 28/03/2018	Antonio Carlos Nasi, Sócio, 02/04/2018
3) Testar as 5 maiores contribuições de ativos e passivos regulatórios (critério de seleção deverá ser pelos maiores valores).	-	Celso Hugo Petry, Auditor, 28/03/2018	Antonio Carlos Nasi, Sócio, 02/04/2018
4) Testar as 5 maiores atualizações monetárias de saldos (critério de seleção deverá ser pelos maiores valores).	-	Celso Hugo Petry, Auditor, 28/03/2018	Antonio Carlos Nasi, Sócio, 02/04/2018
5) Testar as 5 maiores amortizações de ativos e passivos regulatórios (critério de seleção deverá ser pelos maiores valores).	-	Celso Hugo Petry, Auditor, 28/03/2018	Antonio Carlos Nasi, Sócio, 02/04/2018
6) As principais observações e constatações encontradas deverão estar incluídas no Relatório do Auditor Independente (Execução de Procedimentos Previamente Acordados).	-	Celso Hugo Petry, Auditor, 28/03/2018	Antonio Carlos Nasi, Sócio, 02/04/2018
<u>III.b) Diferença entre Tarifa Provisória e Estimativa de Tarifa Definitiva, com Base nos Critérios definidos para o 1º. Ciclo – Permissãoárias com a data Revisão Tarifária em 2017</u>			

1) Obter planilhas preparadas para suportar os cálculos das diferenças entre a tarifa provisória e a estimativa <i>pro-rata</i> da tarifa definitiva e confrontar com os saldos constantes das demonstrações financeiras regulatórias.	-	Celso Hugo Petry, Auditor, 28/03/2018	Antonio Carlos Nasi, Socio, 02/04/2018
2) Com base nas informações das planilhas obtidas (indicadas no item anterior), testar os cálculos das diferenças entre o praticado pela concessionária e estimativa <i>pro-rata</i> de tarifa definitiva, confrontando as bases utilizadas com as informações disponibilizadas pela ANEEL.	-	Celso Hugo Petry, Auditor, 28/03/2018	Antonio Carlos Nasi, Socio, 02/04/2018
3) As principais observações e constatações encontradas deverão estar incluídas no Relatório do Auditor Independente (Execução de Procedimentos Previamente Acordados).	-	Celso Hugo Petry, Auditor, 28/03/2018	Antonio Carlos Nasi, Socio, 02/04/2018
IV. Demais Saldos de Contas de Ativo, Passivo e Resultado			
1) Para as demais contas de ativo, passivo e resultado que estão apresentadas nas demonstrações contábeis regulatórias e que não apresentam divergências em relação às práticas contábeis adotadas na preparação e divulgação das demonstrações contábeis societárias, confrontar as informações entre estas demonstrações contábeis societárias publicadas e/ou arquivadas na Comissão de Valores Mobiliários - CVM e regulatórias.	DCR 16	Celso Hugo Petry, Auditor, 28/03/2018	Antonio Carlos Nasi, Socio, 02/04/2018
2) Para saldos das demonstrações contábeis societárias que eventualmente foram mensurados com base em práticas contábeis que não estejam alinhadas com as práticas contábeis regulatórias, previstas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, realizar testes da mensuração e movimentação de saldos de 2017.	DCR 17	Celso Hugo Petry, Auditor, 28/03/2018	Antonio Carlos Nasi, Socio, 02/04/2018
3) As principais observações e constatações encontradas deverão estar incluídas no Relatório do Auditor Independente (Execução de Procedimentos Previamente Acordados).	-	Celso Hugo Petry, Auditor, 28/03/2018	Antonio Carlos Nasi, Socio, 02/04/2018